

Ivo Castro

Introdução à História do Português

Geografia da Língua. Português Antigo

Edições Colibri
Apartado 42.001
1601-801 Lisboa

Tel/Fax: 217 964 038
colibri@edi-colibri.pt
www.edi-colibri.pt



Edições Colibri

Charlotte
Lisboa 2005

Biblioteca Nacional – Catalogação na Publicação

Castro, Ivo, 1945-
Introdução à história do Português: geografia da língua
– português antigo. – (Extra-colecção)
ISBN 972-772-520-1

CDU 811.134.3-112"04/14"

Título Introdução à História do Português
Geografia da Língua. Português Antigo

Autor Ivo Castro

Edição Edições Colibri

Execução Gráfica Colibri – Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal n° 220 063/04

Lisboa, Dezembro de 2004

Índice

Síntese Introdutória 7

Capítulo I – TERRITÓRIO E COMUNIDADE LINGUÍSTICA

1. Introdução. Conceitos de «língua portuguesa»,
norma, crioulo, pidgin..... 11
2. Área linguística galego-portuguesa 17
3. Português extra-europeu (Brasil, Angola,
Moçambique) 33
4. Crioulos de base portuguesa 39

Capítulo II – ORIGENS DO PORTUGUÊS NO QUADRO ROMÂNICO

5. Introdução à Romanística 53
 - 5.1 România. Origem do nome..... 53
 - 5.2 Elenco das línguas românicas 54
 - 5.3 Fenómenos de mudança pan-românicos 58
 - 5.4 Posição do português 59
 - 5.5 Latim vulgar..... 60
 - 5.6 Diferenciação do latim vulgar..... 61
 - 5.7 Substrato 64
 - 5.8 Superstrato 65

6. Formação de um espaço nacional para a
língua portuguesa 68
 - 6.1 Mapa da Península no séc. VIII 68
 - 6.2 Romance moçárabe 70
 - 6.3 Área inicial do galego-português 73
 - 6.4 Povoamento do território..... 77

Capítulo III – PORTUGUÊS ANTIGO

7. Periodização 83
 - 7.1 Períodos 83
 - 7.2 Ciclos 84

8. Fontes escritas.....	89
8.1 Problemas, métodos, classificação, bibliografia	89
8.2 Classificação dos textos não-literários	96
8.3 Bibliografia dos textos literários	105
8.4 A primitiva produção escrita em português	106
8.5 Comentário linguístico de textos.....	126
<i>Bibliografia</i>	155

Síntese Introdutória

A LÍNGUA PORTUGUESA NO TEMPO E NO ESPAÇO

Uma língua não é um objecto estático e fechado, como as descrições linguísticas sincrónicas, por conveniência prática, muitas vezes deixam supor; antes parece um corpo vivo que se acha em mutação constante, nem sempre avançando de forma linear para um objectivo determinado: também pode reverter sobre os seus passos ou pode oscilar entre avanços em várias direcções, naquilo a que se chamaria variação. Os fenómenos de mudança e variação manifestam-se em três dimensões:

A. *variação social (ou diastrática)* – uma língua, em primeiro lugar, muda ou oscila de acordo com as características e a estrutura da comunidade que a fala;

B. *variação geográfica (ou diatópica)* – em segundo lugar, de acordo com a organização do espaço em que é falada;

C. *variação cronológica (ou diacrónica)* – finalmente, muda à medida que o tempo vai passando.

Em relação à variação social, costuma dizer-se que Portugal goza de uma condição de monolinguismo quase absoluto, sendo o português a língua que praticamente todos os portugueses aprendem à nascença e usam ao longo da vida. Bem diferentes são as coisas em Espanha, onde se fala castelhano, mas também outras línguas oficialmente reconhecidas, como o galego, o catalão e o basco, além de grupos de dialectos que descendem de línguas medievais, como o leonês e o aragonês, e que reclamam idêntico estatuto oficial. Daqui resulta que o cidadão espanhol, embora deva conhecer o castelhano, tem a possibilidade de tratar da sua vida em outra das línguas oficiais do Estado. No pequeno território português, as coisas apresentam-se mais simples: além do português, apenas se fala uma outra língua, o mirandês, que goza do estatuto de língua oficial regional. Assim, na perspectiva da variação social,

língua portuguesa em Portugal apresenta-se como um objecto relativamente homogéneo, que serve de instrumento quase único de comunicação entre os membros da comunidade nacional, apenas matizado pelas cambiantes de registo cultural, formalismo, grau de intimidade ou de expressividade que são normais em sociedades antigas e estruturadas como a nossa.

Mas, segundo outro critério de classificação variacional – a distribuição da língua no espaço –, deixa de ser possível restringir o âmbito da questão às fronteiras de Portugal. Um brasileiro tem igual direito a dizer que a sua língua é o português, exactamente como os africanos que o têm como língua materna e, nos mesmos termos, os timorenses, macaenses, indianos, etc. que nasceram em ambientes onde se preservam a cultura e a língua portuguesas. Facilmente se conclui que o português não é apenas uma língua europeia, no sentido exclusivo em que isso se dirá do dinamarquês ou mesmo do alemão e do italiano, mas também uma língua não-europeia. Talvez seja *principalmente* uma língua não-europeia, tendo em conta a distribuição desproporcionada da sua área geográfica e das massas populacionais que a falam na Europa e fora dela. Não têm razão, pois, as pessoas que pensam serem os portugueses os proprietários únicos da língua e os seus utilizadores mais competentes.

A descontinuidade territorial do mapa linguístico do português – língua autenticamente transcontinental – tem implicações históricas, quer nos movimentos que a causaram, quer nas consequências futuras que o desconhecimento mútuo e o afastamento das várias populações lusofalantes não deixarão de ter sobre a unidade do sistema linguístico. Daremos mais atenção a esta dimensão, a da *variação diacrónica*.

A língua portuguesa não nasceu ao mesmo tempo em todo o enorme espaço que hoje ocupa, mas num pequeno território do canto noroeste da Península Ibérica, de onde se expandiu na direcção do sul. Foi seu berço a Galécia Magna (que inclui a Galiza actual, parte do norte de Portugal e o ocidente das Astúrias). Não nasceu, como pensavam Alexandre Herculano e Leite de Vasconcelos, no centro de Portugal; não nasceu na Lusitânia, mas mais a norte, num território que vai continuamente desde a Corunha, no extremo setentrional da Galiza, até à ria de Aveiro e ao vale do

rio Vouga, que nela desagua. A população nativa, galega ou portuguesa, deste território fala a mesma língua que os seus antepassados nunca deixaram de aí falar. Coisa de que um lisboeta não pode orgulhar-se: um lisboeta nativo, descendente de muitas gerações de habitantes da capital ou do sul do país, fala uma língua que não é autóctone e não descende do latim aí falado no tempo do Império Romano, mas que foi transplantada a partir da Galécia Magna após a reconquista cristã. Exactamente como a língua falada no Rio de Janeiro ou em Maputo foi para aí transportada a partir de Portugal.

Capítulo I
TERRITÓRIO E COMUNIDADE LINGUÍSTICA

1. Introdução. Conceitos de «língua portuguesa», norma, crioulo, pidgin

1.1

Antes de começarmos a estudar a língua portuguesa do ponto de vista da sua história, tracemos um quadro muito geral da sua geografia actual. Quais são as regiões do mundo em que se conhece a existência, no início do séc. XXI, de variedades linguísticas que respondam à definição básica do que é a língua portuguesa? Como se podem classificar e caracterizar essas variedades e como elas se relacionam entre si dentro de um mesmo território, ou em territórios distintos? Que contactos estabelecem com outras línguas e que frutos daí resultam? Teremos para isto em conta não só a geografia actual da língua, mas também a das épocas passadas. Procuraremos, em suma, responder a duas perguntas:

- a) Onde se fala português?
- b) Porque se fala aí português?

Feito isso, teremos ainda de considerar, de uma forma mais problematizada do que sistematizada, aquilo a que poderíamos chamar os «problemas pendentes» da nossa língua. Ou seja, aqueles aspectos da existência e do movimento do português que na actualidade não se acham totalmente estabilizados (como se alguma vez o pudessem estar) e dos quais podemos esperar evoluções interessantes durante os séculos que se vão seguir (tendo sempre em conta que se trata de movimentos muito lentos, que escapam à nossa capacidade de observação empírica: diz-se que, na história das línguas, o século talvez seja a unidade mínima de contagem do tempo). Os problemas pendentes são, em nosso entender, os seguintes:

- a) A situação do português nos novos países de língua oficial portuguesa.
- b) O distanciamento entre as variantes nacionais portuguesa e brasileira da nossa língua.
- c) O estado da variante europeia, tanto no plano da estrutura gramatical e lexical, como no plano do ensino e do uso.

Um problema pendente que não colocamos a par destes é constituído pela situação do galego face ao castelhano e face ao português. Discuti-lo aqui pressuporia uma opinião afirmativa quanto à pertença do galego moderno ao domínio linguístico do português, opinião defendida por sectores respeitáveis na Galiza, mas que não acompanhamos.

Discutir estes problemas é fazer história da língua virada para o futuro. Embora a posição habitual do historiador da língua seja a retrospectiva, cabe-lhe igualmente adoptar uma atitude prospectiva, que deve ser muito prudente e apoiada na analogia com os movimentos observados no passado.

1.2

Não parece necessário, à primeira vista, definir o que seja a **língua portuguesa**. Mas quando tomamos consciência de que muitos brasileiros têm dificuldade em reconhecer como sua a variedade que usamos em Portugal; e quando a tese da cisão efectiva entre português europeu (PE) e português brasileiro (PB) é defendida consistentemente por muitos linguistas, não apenas brasileiros; quando, por outro lado, vemos galegos defender que a língua que falam e em que escrevem é a portuguesa; quando, finalmente, o exame da situação linguística em Moçambique e Angola revela indícios de estarem a ser aí constituídas gramáticas não coincidentes com o PE ou o PB – quando tomamos consciência de percepções tão contraditórias, fica-nos a sensação de que, possivelmente, a designação **língua portuguesa** não significa o mesmo para toda a gente.

Adoptemos uma definição de trabalho, consensual devido ao seu largo espectro e prática por assentar no contraste com o castelhano, língua que, em muitas regiões do mundo, não apenas na

Europa, mas também na América Latina, serve de vizinha ao português (Mateus, 1986: 147):

Os dialectos de todas as variantes do português apresentam duas características fundamentais que as diferenciam, em conjunto, dos dialectos castelhanos:

- supressão do /l/ e do /n/ latinos intervocálicos;
- manutenção das vogais breves latinas sem ditongação.

Recorrendo aos conceitos coserianos de *sistema* e de *norma* (Coseriu, 1967), podemos dizer que todas as normas (sociais, regionais e individuais) do português partilham destas características: uma inovadora – a síncope da consoante intervocálica em casos como MANU > *mão* e MALU > *mau* – e uma conservadora, que consiste em não acompanhar o castelhano em diversas das suas inovações mais marcantes, tais como a transformação em ditongo crescente das vogais tónicas em *terra* e *cova*, ou a perda do F- inicial latino, FACERE > *hacer*. Tais características, por serem comuns a todas as normas, podem ser tomadas como marcas do sistema que as alberga. A este sistema linguístico daremos, por necessidades práticas, o nome de **língua portuguesa**.

O facto de este sistema ocupar vastos espaços geográficos descontínuos, em diversos continentes, habitados por comunidades dissemelhantes nas suas origens étnicas e no seu modo de viver actual, coloca o problema da sua homogeneidade e da sua coesão interna. Sistema originado na Europa, é hoje usado como língua materna por mais de 180 milhões de pessoas, residentes sobretudo no hemisfério sul. No ano 2000, era falado por 10 milhões de portugueses, 170 milhões de brasileiros e por parte da população angolana e moçambicana, concentrada em torno das respectivas capitais, além de residualmente em outros países.

Reflectindo há cerca de vinte anos sobre o problema da unidade da língua, que lhe parecia prioritário defender, Lindley Cintra (Cintra, 1983b) identificava a existência de três normas nacionais dentro do sistema linguístico unitário do português, em termos bastante semelhantes aos usados por Celso Cunha para definir as duas *variantes nacionais* de Portugal e Brasil (Cunha, 1985: 65-67):

1. A **norma do português europeu**, agrupando dentro do seu domínio variedades dialectais diferentes, continentais e insulares, além da «forma falada normalizada do português padrão», que continua a ser igualmente adoptada por cinco países africanos: Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

2. A **norma do português brasileiro**, também com os seus dialectos próprios e que Cintra definia como «o conjunto de hábitos linguísticos de uma determinada camada de falantes brasileiros, admitida como modelo que se procura realizar e que em vários aspectos é diferente da norma ou modelo que está em vigor em Portugal».

3. A **norma galega**, ainda em vias de fixação. Assim como a brasileira, afasta-se da norma portuguesa em vários aspectos, mas «sem que se justifique – dada a unidade mantida nos aspectos fundamentais – a designação desta variedade como língua». Na Galiza, para Cintra, «a situação não é essencialmente diferente da do Brasil».

Este modo de ver as coisas, apesar de formulado há pouco tempo, precisa de revisão por dois motivos principais:

a) Cintra resumia exemplarmente o pensamento que durante a segunda metade do séc. XX predominou em Portugal e no Brasil, segundo a qual a «unidade superior» do idioma era um objectivo prioritário e alcançável por meio de um conjunto de medidas tais como a uniformização da ortografia, o reforço do intercâmbio cultural e a definição de uma norma culta comum às diversas comunidades nacionais. Este último objectivo levou-o a escrever com Celso Cunha a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1984), na qual se procura realçar a identidade entre a língua literária dos escritores portugueses, brasileiros e africanos. Aquele pensamento encontra-se hoje em crise.

b) No plano social e político, ocorreram bastantes mudanças recentes, que na verdade decorrem ainda, tendo por consequência a alteração de alguns pressupostos da categorização linguística de Cintra: p. ex., é discutível que os países africanos sigam a norma oral europeia e as análises linguísticas realizadas, sobretudo em

Moçambique, apontam para a formação incipiente de variedades nacionais nesse país e em Angola; já no plano da norma escrita, seria mais aceitável a formulação de Cintra; surgiu entretanto o fenómeno de Timor, cuja avaliação seria prematuro fazer desde já; quanto à Galiza, regista-se o fracasso da proposta reintegracionista, que defende a adopção de soluções portuguesas por parte da normativa galega, e procura definir-se um consenso que afirme a originalidade do galego escrito e falado face às línguas vizinhas, o castelhano e o português, de tudo isto decorrendo a conclusão de que não há lugar para ver o galego, actualmente, como parte integrante do sistema linguístico português, à semelhança do que acontece com o brasileiro, embora uma abordagem histórica possa colocar as coisas de modo diferente.

Em resumo, é apropriado, graças ao conceito de *variante nacional* (Celso Cunha), reconhecer que o sistema linguístico do português dispõe, no início do séc. XXI, de duas variantes nacionais plenas – a **variante portuguesa**, geralmente designada por «português europeu» ou PE, e a **variante brasileira**, conhecida por «português brasileiro» ou PB. E que, além disso, em África, se acham em formação uma **variante moçambicana** e uma **variante angolana**, que precisam de determinadas condições sociais para vingar. O galego, por seu lado, sendo reconhecido como uma das línguas oficiais do estado espanhol e como língua românica autónoma (Fernández Rei), não entra nestas contas.

1.3

Não é raro cometer-se o equívoco de pensar que os territórios ocupados pelos países de língua oficial portuguesa são monolíngues, isto é, que todos os seus habitantes usam o português, com exclusão de qualquer outra língua. Nada mais falso: mesmo em Portugal existem, além do português, as línguas de algumas comunidades imigrantes, recentes e em crescimento, e existe o **mirandês**, que goza do estatuto de língua oficial regional. No Brasil, a própria constituição política reconhece que as línguas das comunidades índias são línguas oficiais. Em Angola e Moçambique, numerosas línguas indígenas são faladas como língua materna, subtraindo os respectivos falantes às estatísticas do português. E em

Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, é pequena a percentagem de falantes nativos de português e dominantes os falantes de línguas indígenas ou de crioulo. Estes países não são, pois, monolíngues e a estatística do português a nível mundial não é obtida pela soma exacta dos totais dos seus habitantes. Claro que, nesta distinção, é mais importante a qualidade que as quantidades envolvidas.

Importa especialmente reconhecer a existência, autónoma em relação ao português, de crioulos e de pidgins, que resultam do contacto histórico de línguas africanas ou asiáticas com o português, mas devem ser tratados como línguas independentes.

O crioulo é uma língua que teve por base o português europeu, em dado momento da sua evolução, mas depois se afastou dele profundamente, ainda que compartilhando muitas vezes o mesmo território com o português que podemos chamar normativo, numa situação próxima do bilinguismo.

Falam-se crioulos de base portuguesa em Cabo Verde (onde têm servido de instrumento a uma literatura de importância considerável, há mais de cinquenta anos), na Guiné-Bissau, numa pequena zona do Senegal (Casamance) e nas ilhas de S. Tomé, Príncipe e Ano Bom (antiga Guiné Equatorial). Na Ásia, nas costas da Índia (Chaul, Korlai, Tellicherry, Cananor e Fort Cochim) e no Sri-Lanka (Vaipim e Batticaloa), em Malaca (onde persiste numa comunidade de cerca de três mil pessoas) e em Macau, ou melhor em Hong-Kong. Na Oceania encontra-se ainda vivo o crioulo de Tugu, na ilha de Java. Na América central, além de alguns crioulos de base portuguesa como o «papiamento» de Curaçau, Aruba e Bonaire, e o dialecto de Surinam, na Guiana holandesa, estão os crioulos brasileiros, que ainda sobrevivem em alguns pontos isolados do território do Brasil.

Por outro lado, e dentro da evolução do crioulo nestas áreas, especialmente a asiática, sobrevivem variedades do português que são o resultado de processos de descrioulização, p. ex. o português de Macau, de Timor-Leste, e de Goa, Damão e Diu. Nestas regiões, o processo de descrioulização ocorreu a partir do início do séc. XX, quando a melhoria dos meios de comunicação rompeu o isolamento em que elas se encontravam em relação a Portugal e submergiu os crioulos locais sob uma camada de português euro-

peu moderno, que mais facilmente passou a ser difundido. Idêntico processo terá ocorrido em Angola e Moçambique, mas não nas outras colónias africanas, onde o incremento da presença portuguesa não se terá registado com a mesma intensidade.

Pidgin é o termo com que se designa o **proto-crioulo** que deu origem aos diferentes crioulos portugueses espalhados pela costa de África e Ásia e que, segundo alguns autores (Germán de Granda, Holm), também contribuiu para a formação dos crioulos em colónias de outros países, caso das Caraíbas, das Filipinas ou do *afrikaans*, crioulo holandês da África do Sul.

2. Área linguística galego-portuguesa

2.1

O espaço linguístico galego-português tem a configuração de um rectângulo que corresponde à faixa ocidental da Península Ibérica, delimitado em três lados pelo mar e a oriente por uma linha que corre de norte a sul, desde as Astúrias até à foz do Guadiana. Esta linha, representada a negro no mapa de Lindley Cintra (Cintra, 1971, Mapa I) foi definida por Menéndez Pidal como sendo a fronteira linguística que, desde a Idade Média, separa o leonês das línguas que lhe ficam a ocidente: os dialectos galegos a norte e os dialectos portugueses mais a sul.

É muito sugestivo o modo como Ramón Menéndez Pidal descreve o traçado dessa fronteira:

Por el Occidente, el límite del leonés no coincide con el del antiguo reino de León, ya que éste abarcó también a Galicia y Portugal; tampoco coincide, ni mucho menos, con los límites de las provincias gallegas y del reino de Portugal. A pesar de que la frontera del dialecto leonés con el gallego-portugués es bien precisa (a diferencia de la frontera oriental), está poco estudiada y mal conocida; es preciso ir marcando una línea que pase por entre pueblos vecinos, de los cuales los de Occidente no diptongan la *ö* y *ë* latinas [breves], diciendo *corpo*, *terra*, y los de Oriente las diptongan, diciendo *cuerpo*, *tierra*. [...]

En Asturias, junto al mar, el dialecto leonés, no empieza sino a la derecha del río Navia; a la izquierda del río se habla hoy una variedad del gallego de Lugo, y aún en algunos pueblos inmediatos a la orilla derecha. Así en Armental, que está a la derecha, se dice *corpo, terra, morto, tempo* (mientras en Villapedre, que dista ocho kilómetros, ya aparece el diptongo *muorto*, etc.). Remontando el curso del Navia se hallan a su orilla derecha, nombres gallegos mezclados con otros leoneses. [...]

En León, en el Bierzo bajo ú occidental (hoy partido de Villafranca), se habla una variedad del gallego, mientras en el Bierzo alto ú oriental (partido de Ponferrada) se habla leonés. Nótese que el nombre *Bierzo* Bérgidum, es de derivación leonesa (como lo indica su diptongo) y no gallega. La divisoria entre las cuencas del río Cua y del Sil debe marcar poco más o menos el límite del gallego y del leonés, en esta región. [...]

En la provincia de Zamora el pueblo de Ermisende habla gallego. Pero, en cambio, entra el dominio del leonés en el reino de Portugal, en Riodonor, Guadramil, y quizá en Quintanilha (a juzgar por su diminutivo *-illa* y no *-ela*), y además en la tierra de Miranda. El eminente filólogo J. Leite de Vasconcellos estudió y consideró el dialecto de Miranda dentro del cuadro de los dialectos portugueses; pero, según veremos, no es más que uno de tantos restos del leonés occidental. [...] La constitución de los dialectos del Norte del Duero es evidentemente anterior a la delimitación del reino portugués en el siglo XII [...]. La tierra de Miranda en la España romana pertenecía, no al convento jurídico bracarense, sino al Asturicense, y en la Alta Edad Media la iglesia de Braganza perteneció a la diócesis de Astorga. [...] En Salamanca y Extremadura los límites lingüísticos ya coinciden bastante bien con los políticos, pues en la región del sur del Duero ya podemos afirmar que no se conserva la lengua anterior a la invasión árabe, sino la implantada por la reconquista, que rebasó tarde la línea del Duero; de modo que las respectivas conquistas de Portugal y de León determinaron a la vez el límite político y el límite lingüísticos. No obstante, en Alamedilla (provincia de Salamanca) dicen que se habla portugués; por lo cual los coterráneos llaman «nестizos» a los habitantes de ese pueblo. En fin, el portugués se sigue

hablando hoy en Olivenza (provincia de Badajoz), plaza que perteneció ora a uno ora a otro de los reinos vecinos. (Pidal, 1906 (1962: 16-21)).

2.2

O rectângulo definido a ocidente por esta fronteira linguística é ocupado por um *continuum* linguístico, que permite a quem se deslocar de um extremo a outro do território ir sucessivamente atravessando regiões dialectais diferenciadas de modo gradual, sem que em nenhum momento uma fronteira linguística interrompa essa transição suave das variedades dialectais. Dito de outro modo, quem viajar da Galiza ao Algarve, não encontrará nenhum sobresalto comparável ao de viajar da Galiza até Burgos, por exemplo, porque aí terá de atravessar a fronteira da monotongação, definida por Pidal. Este conceito de *continuum* aplica-se apenas à realidade dialectal e não, naturalmente, às variedades linguísticas urbanas, nem às normas cultas, as quais contrastam mais nitidamente entre si. Mesmo linguistas galegos, defensores da autonomia actual da sua língua em relação ao português, reconhecem a existência desta disposição contínua dos dialectos. É o caso, por exemplo, de F. Fernández Rei:

Desde unha perspectiva estrictamente linguística, (...), ó N e ó S do Mino fálase o mesmo *dialecto* latino (ou a mesma *lingua* latina) porque non existen diferencias sustanciais entre os falares galegos e os falares interamnsenses e transmontanos portugueses. (Fernández Rei, 1988: 100).

No passado, nem sempre os linguistas reconheceram a existência deste *continuum* que compreendia a Galiza: nem Leite de Vasconcellos, nem Paiva Boléo incluíram o galego no espaço dialectal português. A classificação hoje geralmente adoptada para os dialectos portugueses é a de Lindley Cintra, formulada pela primeira vez em 1970 no artigo «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses» (Cintra, 1971), e reformulada no capítulo «Domínio actual da língua portuguesa» da *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (Cunha-Cintra, 1985: 5-17). É a formulação deste capítulo da *Nova Gra-*

mática que seguimos daqui por diante, acrescentando-lhe alguns comentários.

2.3

Lindley Cintra utiliza como critério para a sua classificação dialectal aquilo a que chama «o sentimento dos falantes comuns do português padrão europeu», isto é, dos que seguem a norma, o conjunto dos usos linguísticos das classes cultas da região de Lisboa e de Coimbra. Este sentimento dos falantes do português padrão permite-lhes distinguir, por uns poucos de traços fonéticos, um natural da Galiza de um natural do Norte e este de um homem do Sul. Por tal método, Lindley Cintra identifica três grandes grupos dialectais:

- o grupo dos dialectos galegos,
- o grupo dos dialectos portugueses setentrionais,
- o grupo dos dialectos portugueses centro-meridionais.

O falante português medianamente culto, e mesmo muitos falantes não cultos, distinguem perfeitamente, pelo modo de falar, um homem do Norte (tratando-se naturalmente de um daqueles que conservam a maioria, se não a totalidade, dos traços que caracterizam o falar próprio da região onde nasceram) de um homem do Sul. De ambos distinguem ainda perfeitamente um galego, «que compreendem quando fala o seu dialecto, mas em cuja linguagem não vêem normalmente, a não ser que tenham certa cultura histórica ou linguística, uma variedade do português» (Cintra, 1971: 101).

2.3.1

Esta distinção nasce da reacção do falante do padrão ao modo como as sibilantes são realizadas nas várias regiões:

1. Nos dialectos galegos não existem as sibilantes sonoras /z/ nem [z], próprias do português (a sibilante de *rosa* articula-se

como a de *passo*, [s] apical ou [s] predorsal; e a sibilante de *fazer* como a de *caça*, [s] predorsal ou [θ] interdental, consoante que corresponde à grafia *th* inglesa). Do mesmo modo, a palatal sonora /ʒ/ (j e g antes de e / i) não existe, mas apenas a sua correspondente surda [ʃ]. Notar que a redacção deste parágrafo diferiu ligeiramente entre a *Nova* e a *Breve Gramática*, sendo esta mais completa ao explicitar a inexistência de [z] em galego. Além disso, a frase da *Nova Gramática*, «Em galego, *hoje* tem a mesma fricativa [ʃ] (surda) de *enxada*», suscitou protestos de certos meios reintegracionistas por utilizar a ortografia dos autonomistas (x para [ʃ]). Na *Breve Gramática*, os autores substituíram esta frase por «Em galego, só há a fricativa [ʃ] (surda) do português *enxada*».

2. Nos dialectos portugueses setentrionais, ao contrário dos galegos, existem sibilantes surdas e sonoras, predominando nos meios rurais as sibilantes ápico-alveolares, surda [ʃ] (idêntica à do castelhano setentrional e padrão) e sonora [z], às quais se reduziram as predorsodentais. Nos dialectos mais conservadores, no entanto, as ápico-alveolares coexistem com as predorsais.
3. Nos dialectos portugueses centro-meridionais não há sibilantes apicais, mas apenas as sibilantes predorsodentais, que também são características da língua padrão [s] e [z] (*seis*, *passo* = *caça* e *rosa* = *fazer*). A fronteira entre os dialectos galegos e os dialectos setentrionais portugueses corresponde, na prática, à fronteira entre Portugal e a Galiza.

A fronteira entre os dialectos portugueses setentrionais e os centro-meridionais corresponde a uma linha que atravessa obliquamente o centro de Portugal, partindo da costa ao norte de Aveiro e encontrando a fronteira com Espanha na região de Castelo Branco. Na *Nova Proposta*, Lindley Cintra descreve minuciosamente a isófona, ou seja, a fronteira fonética que separa a região setentrional, onde predominam as sibilantes apicais, da região cen-

tro-meridional, onde não há apicais, e onde predominam as sibilantes predorso-dentais. Essa fronteira é representada

por uma linha que parte, no Oeste, da região da ria de Aveiro, próxima da foz do rio Vouga, desce de aí em direcção ao rio Mondego que atravessa a montante de Coimbra, mas ao sul do Caramulo, de Seia e de São Romão, de aí caminha ao rio Zêzere, contornando pelo sul os maciços mais altos da Serra da Estrela que, na sua parte meridional, não parece contribuir para a formação de qualquer limite linguístico importante, atravessa o referido rio a jusante de Ouronde e segue em direcção ao leste, ao sul da serra da Gardunha, até atingir a fronteira política, depois de deixar, a norte, Monsanto, e, a sul, Alcains, a própria cidade de Castelo Branco e todas as povoações do sul do distrito como, por exemplo, o Rosmaninhal. (Cintra, 1971: 107-108).

2.3.2

Cintra considera que as sibilantes são, de facto, o principal traço caracterizador da proveniência regional de um falante de português, mas alguns outros traços fonéticos podem ajudar, também, para esta caracterização. São eles:

1. A pronúncia como oclusiva bilabial [b] ou como fricativa bilabial [β] da letra v nos dialectos setentrionais. Esta letra v é realizada como uma fricativa labiodental nos dialectos do sul e no português padrão (binho, abó por vinho, avó).
2. A pronúncia como africada palatal [tʃ] da grafia ch, que no padrão e nos dialectos centro-meridionais corresponde à fricativa [ʃ] (tchave, atchar por chave, achar).
3. A conservação, típica dos dialectos setentrionais, dos ditongos [ow] e [ej], em contraste com a sua monotongação para [o] e [e] nos dialectos centro-meridionais (ouro, ferreiro para ôro, ferrêro). No que respeita a estes ditongos, a pronúncia padrão tem uma atitude diversa. Embora adopte a monotongação de [ow] para [o], não faz o mesmo com a monotonga-

ção de [ej], optando aí por uma solução individual, que é a do ditongo [ø].

2.3.3

Não são, no entanto, apenas traços de natureza fonética que permitem opor os diversos grupos de dialectos galego-portugueses. Também a distribuição do léxico através do território permite observar uma certa regularidade na divisão geográfica. É o que nos é revelado por alguns mapas do artigo de Lindley Cintra intitulado «Áreas lexicais no território português» (Cintra, 1962 (1983a: 53-94)). Uma divisão que frequentemente se observa é aquela que opõe os dialectos centro-meridionais, por um lado, aos dialectos setentrionais, por outro, sendo fundamento dessa distinção, normalmente, a oposição entre um vocábulo de origem árabe, no sul, contra um vocábulo de origem latina ou germânica, no norte (Cintra, 1962, mapa 3: *soro* e *almeco*).

Mas, talvez mais frequente do que esta oposição norte/sul, será a oposição entre duas regiões: uma constituída pelo noroeste e o centro atlântico do país, prolongando-se geralmente pela Galiza, e a outra ocupando o sul e leste de Portugal. Não é difícil reconhecer em tal distinção o mapa traçado por Orlando Ribeiro no seu livro de geografia humana *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Trata-se de uma oposição entre aquilo a que O. Ribeiro chama «o norte atlântico», ligado à Galiza, contra as duas outras regiões, o «norte interior» e o «sul mediterrânico» (Ribeiro, 1947 (1986: 144-164)), as quais, do ponto de vista lexical, parecem frequentemente fazer bloco, fornecendo inovações à língua por oposição ao conservadorismo do norte atlântico (Cf. Cintra, 1962, mapas 5, 6 e 7). Terá esta divisão dos dialectos na faixa galego-portuguesa alguma significação histórica? A resposta só pode ser afirmativa. É Lindley Cintra quem o mostra:

A regularidade observada parece depender, em alguns casos, da acção de um mesmo factor histórico: a Reconquista aos mouros do Centro e do Sul do território português, movimento que teria criado o contraste entre uma Galiza e um Portugal do Noroeste (e parte do Oeste) mais conservador,

porque de povoamento antigo, e um Portugal do Nordeste, Este e Sul mais inovador, justamente o que foi repovoado em consequência daquele acontecimento histórico. (Cintra, 1983b, p. 18).

2.3.4

Os dialectos das ilhas atlânticas da Madeira e Açores têm de ser considerados nesta descrição dos dialectos continentais, apesar do relativo absurdo geográfico que isso significa. De facto, todas essas ilhas eram desertas antes de terem sido objecto de um povoamento português, o que torna os seus dialectos um prolongamento dos dialectos continentais e, dentro destes, dos dialectos centro-meridionais. Destacam-se as ilhas da Madeira e de S. Miguel que, cada uma de sua maneira, se afastam do modelo centro-meridional que as outras ilhas seguem. Os seus traços muito característicos, no plano do vocalismo sobretudo, não têm comparação com qualquer outro dialecto do território português.

2.3.5

Não ficaria completa esta apresentação das divisões dialectais do português continental europeu, se não se fizesse referência à questão dos falares fronteiriços, ou seja, às variedades dialectais portuguesas que são faladas em território espanhol, bem como às variedades dialectais não portuguesas que são faladas em território português. Isto pode dizer-se de outra maneira: a fronteira linguística que separa as zonas de ditongação e não ditongação das vogais breves tónicas latinas *Ö* e *Ë*, não coincide exactamente com a fronteira política que separa Portugal e Espanha, pelo que existem territórios muito pequenos que são politicamente portugueses, mas que linguisticamente se integram na área linguística do leonês. Situados ao longo da fronteira de Trás-os-Montes, os principais são os falares de Rio-de-Onor, de Guadramil, o mirandês rural em torno de Miranda do Douro e o sendinês. A este conjunto de falares, que têm características próprias muito vincadas, pode dar-se a designação geral de *mirandês*. Todos eles têm em comum serem variedades dialectais leonesas e, portanto, não integradas na área linguística galego-portuguesa. Esta situação deve-se à história da

região, na Idade Média. O extremo oriental de Trás-os-Montes (incluindo as regiões de Bragança, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta, Vimioso e Miranda) não fazia parte, na organização territorial do Império Romano, do convento jurídico dependente de Braga. Durante a Idade Média não fez parte também do Condado Portucalense, cuja fronteira terminava bastante a Ocidente, correndo de Norte a Sul ao longo dos rios Rabaçal e Tua, embora estivesse integrado nos limites da diocese de Braga a partir do séc. IX. Esta dependência, no plano da administração religiosa, da diocese de Braga, não impediu, no entanto, que o repovoamento medieval do oriente transmontano tivesse sido feito a partir de Leão. Muitas povoações foram fundadas por possesores leoneses e diversos conventos de Leão fundaram povoados em Trás-os-Montes, como mostra Herculano de Carvalho no artigo «Porque se fala leonês em terras de Miranda?» (Carvalho, 1964). Foram os descendentes destes colonos de Leão que conservaram até hoje, nestas regiões, dialectos leoneses.

É claro que na actualidade o mirandês tem existência no âmbito familiar, a qual é contrariada fortemente pelo avanço quer do português dialectal, quer do português padrão. Diz-se que na cidade de Miranda só se fala leonês ao sábado de manhã, quando se realiza o mercado local e os camponeses vêm das aldeias vender os seus produtos. Este conjunto de falares foi estudado por Maria José de Moura Santos em *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes* (1967).

Continuando para sul ao longo da fronteira portuguesa, na linha que separa as Beiras da Estremadura espanhola, encontramos, desta vez em território politicamente espanhol, aldeias fronteiriças que conservam variedades dialectais do português. São, de Norte a Sul, as aldeias de Ermisende, Alamedilla, San Martín de Trevejo, Eljas, Valverde del Fresno, Jerez de Alcántara, Cedillo, esta já situada nas margens do rio Tejo. Clarinda de Azevedo Maia estudou alguns destes falares em *Os falares fronteiriços do Concelho de Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla* (1977).

A sul do Tejo, ou seja, na fronteira do Alentejo, encontra-se ainda a região de Olivença, que foi o último território português anexado politicamente pela Espanha e que está estudado por Maria de Fátima Resende Matias em *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa*

região luso-espanhola (*Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença*) (1984).

E, ainda mais a sul, temos a região de Barrancos, que se distingue não por ser um dialecto situado no lado errado da fronteira, mas sim por ser uma vila onde existe um falar fronteiriço, misto de elementos portugueses e espanhóis. O barranquenho integra-se no dialecto do Baixo Alentejo, com fortes influências espanholas (Cintra, 1971: 17). Foi ele estudado por Leite de Vasconcelos no volume *Filologia Barranquenha* (1955).

2.4 Guia de leitura da «Nova Proposta» (Cintra)

2.4.1

Para a classificação dos dialectos portugueses, segue-se a formulação do respectivo capítulo da *Breve Gramática* de Celso Cunha e Lindley Cintra, como acima indicado. Esta classificação assenta em trabalho de maior fôlego que é a «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses» (Cintra, 1971: 81-116, cuja paginação seguiremos), tendo sido republicado sem alterações nos seus *Estudos de dialectologia portuguesa* (Cintra, 1983a: 119-63). Tratando-se de um trabalho fundamental, e de leitura indispensável, forneceremos uma espécie de guia para o seu estudo.

O coração do artigo encontra-se nas pp. 101-103, onde Lindley Cintra apresenta claramente os traços fonéticos diferenciadores que, em sua opinião, permitem identificar a proveniência regional dos falantes de português. É recomendável estudar estes traços tendo à frente o mapa, onde se acham traçadas as isófonas correspondentes a cada um deles. Por «isófona» entende-se uma fronteira linguística que separa duas regiões em que comportamentos fonológicos diversos podem ser observados. Nesse sentido, a fronteira que separa a área linguística galego-portuguesa das áreas que lhe ficam imediatamente a oriente pode considerar-se uma isófona, pois separa uma região em que os dois fonemas latinos *Ē* e *Ō* (breves, tónicos) são conservados intactos a seu ocidente, enquanto são objecto de ditongação a seu oriente.

2.4.2

Os traços fonéticos diferenciadores propostos por Lindley Cintra são cinco, e esse é o aspecto porventura mais revolucionário da sua classificação dialectal. O observador coloca-se na perspectiva de um falante da norma padrão (ou das grandes cidades) e daí reage aos traços fonéticos que lhe parecem mais afastados dos seus próprios, e por isso mais facilmente definidores de um falante de determinado dialecto. São esses traços que se examinam a seguir:

1. O primeiro, a que Lindley Cintra chama, usando uma expressão coloquial, «a troca do v pelo b», corresponde no mapa a uma região (constituída pelo sul de Trás-os-Montes, as duas Beiras interiores, a Estremadura, o Ribatejo, o Alentejo e o Algarve), onde os fonemas labiais /v/ e /b/ são claramente distinguidos, a qual se opõe à região setentrional (constituída pelo Minho, pelo norte de Trás-os-Montes, pelo Douro e pela Beira Litoral), onde esses dois fonemas dificilmente se distinguem um do outro, fundindo-se normalmente num único /b/, oclusiva com articulação fricativada [β].
2. O segundo traço é aquele que, na exposição sumária que acompanha a *Nova Gramática*, desempenha o papel principal, ou seja, o de grande traço diferenciador dos dialectos do Norte contra os dialectos do Centro e Sul: «a pronúncia de s como x ou como j». O traçado da respectiva fronteira já foi descrito algumas páginas atrás. Interessa ler, a respeito deste traçado, a nota 29, que se encontra na p. 94, em que Lindley Cintra longa e claramente explica a história das sibilantes portuguesas, que podemos resumir como se segue: O latim depositou no galego-português, em todo o território, uma distinção entre as sibilantes provenientes do s latino, consoante que era apenas surda mas que, na evolução posterior do latim falado, se desdobrou numa correspondente sonora, igualmente grafada com s, mas que corresponde ao fonema /z/ quando se encontra em posição intervocálica. Este par, de /ʃ/ surdo e /z/ sonoro, era articulado durante o português medieval como fricativo ápico-alveolar, possivelmente

pouco palatalizado. Por outro lado, no português medieval havia um par de consoantes derivadas de vários sons latinos, mas principalmente do *c*, pronunciado [k]. Esta consoante, quando seguida de vogal palatal [e] ou [i], transformara-se numa africada palatal [tʃ], que se mantém ainda hoje em italiano, a qual despallatalizou para uma africada predorso-dental [ts], por sua vez desdobrada numa correspondente sonora [dz]. No português medieval, este par [ts] / [dz], que correspondia às grafias *c* e *z*, com a variante *ç* para as surdas, sofreu um desafricamento (com perda do elemento oclusivo) e fixou-se no par de fricativas predorso-dentais /s/ e /z/, fonologicamente distintas das ápico-alveolares /ʃ/ e /ʒ/. Assim, era muito fácil distinguir pela pronúncia e pela escrita as palavras *servo* (criado) e *coser* (costurar) de *cervo* (veado) e *cozer* (cozinhar). Enquanto as primeiras tinham pronúncia apical, as sibilantes de *cervo* e *cozer* eram predorsais.

Foi nos dialectos do sul de Portugal que teve início uma transformação, durante a Idade Média, conhecida com o nome de *sesseio* (Cf. nota 44 da *Nova Proposta*). O *sesseio* consiste na confusão entre as sibilantes apicais e predorsais, seguida da transformação das apicais em predorsais, ou, dito de outra maneira, o desaparecimento das apicais, passando as palavras que continham sibilantes apicais a ser produzidas com consoantes predorso-dentais. O *sesseio* generalizou-se no sul de Portugal e foi acolhido no português padrão. Hoje ocupa todo o território até à isófona de que já falámos, que tem início na costa, em Aveiro, e que obliquamente atravessa Portugal até Castelo Branco. A norte desta isófona assistimos à conservação da sibilante apical, mas não do mesmo modo em toda essa vasta região. No Minho litoral, na Beira Alta e na parte ocidental de Trás-os-Montes observa-se o fenómeno inverso ao *sesseio* centro-meridional, pois são as sibilantes predorsais que se desaparecem e se fundem nas sibilantes apicais. No norte e nordeste de Trás-os-Montes, talvez a mais conservadora região dentro do sistema dialectal português, a fusão entre sibilantes apicais e predorsais não se produz. Conserva-se aí o sistema medieval quase intacto, com as

suas quatro sibilantes: duas apicais e duas predorsais. Numa outra região, igualmente interior, mas situada ao sul, na Beira Baixa, conserva-se um sistema de quatro sibilantes, sem apicais. Nesse aspecto, esta região aproxima-se do sul. Aconteceu aqui um reforço do carácter palatal das apicais, que retrocederam no seu ponto de articulação até se converterem em «pseudo-palatais»: /ʃ/ e /ʒ/. Localizado na zona de Fundão e Castelo Branco, não merece este facto linguístico, exclusivo dentro do sistema dialectal português, o tratamento pouco relevante que Lindley Cintra lhe dispensou.

3. O terceiro traço fonético diferenciador, designado por Cintra «pronúncia do *ch* como *tx* ou *tch*», denuncia a permanência do traço mais conservador da fonologia portuguesa, o fonema /tʃ/. A única africada que subsiste no território português ocupa uma área muito semelhante à da conservação das apicais, com uma significativa exclusão de toda a faixa litoral do Minho e do Douro, ou seja, a região entre Viana do Castelo, Braga e Porto, que, como já vimos, conserva a fricativa apical, mas não esta africada /tʃ/, aproximando-se nisto dos dialectos do centro e sul, onde a africada desapareceu e o grupo *ch* corresponde à pronúncia da palatal /ʃ/. Ou seja, a região de permanência da africada é apenas o interior das montanhas do Alto Minho, de Trás-os-Montes e das duas Beiras interiores.

Se a coincidência geográfica entre este fenómeno e o das apicais é significativa, já a sua história não exhibe idêntico paralelismo. De facto, o que temos no português medieval é uma oposição entre dois fonemas: a africada palatal surda *ch*, /tʃ/ contra a fricativa palatal surda *x*, /ʃ/. A história desta fricativa palatal /ʃ/ é complexa e pouco produtiva em português: quer isto dizer que a consoante, proveniente de várias fontes etimológicas do latim, ocorria em poucos contextos medievais. Mais frequente era a africada /tʃ/, a qual se encontra em galego e em português como evolução privativa de grupos consonânticos iniciais com L: PL- (PLUVIA), CL- (CLAVE),

FL- (FLAMMA). Estes três grupos tiveram em galego-português uma evolução peculiar, que terminou na africada /tʃ/, a qual etimologicamente nada tinha a ver com o seu par sonoro /dʒ/, que foi produzido por vias totalmente diversas. Durante toda a Idade Média, e no período clássico até ao séc. XVIII, existiu uma perfeita distinção no português entre as pronúncias de palavras com /tʃ/, que soava como africada, e palavras com /ʃ/, de realização fricativa. Foi também no português do sul do país que teve início o desaparecimento da africada e a sua substituição por /ʃ/. É uma inovação relativamente tardia, registada no português padrão de Lisboa a partir de meados do séc. XVIII. Daí para cá, progrediu dialectalmente para o norte e, hoje, como vemos, atingiu as regiões mais modernizadas e urbanizadas do Minho, que são as do litoral.

4. O quarto traço é o da pronúncia do ditongo *ou*, no norte realizado como /ow/ ou como /ew/. Esta pronúncia mais conservadora encontra-se numa região que corresponde ao Minho, a Trás-os-Montes e ao Douro litoral, podendo dizer-se que, para sul, o ditongo *ou* não é conservado e sofreu uma monotongação, característica do padrão.

Os traços que vimos até agora têm todos eles algo em comum: nenhum se encontra representado no português padrão, o qual adopta sempre a solução mais inovadora, originária dos dialectos do Sul. Pode assim dizer-se que, em relação a estes quatro pontos, não há qualquer distinção entre o português padrão e os dialectos centro-meridionais. O mesmo não acontece em relação ao quinto traço.

5. É aquele que distingue a conservação e a monotongação do ditongo *ei*. Este ditongo é conservado numa região relativamente ampla, constituída pelo Minho, por Trás-os-Montes, pela Beira Litoral e pela Beira Alta, e por grande parte da Estremadura, descendo até ao norte de Lisboa. Ao contrário

dos traços anteriores, que eram privativos do norte, este ditongo é típico tanto dos dialectos setentrionais quanto dos centrais. Mas é sobretudo importante para distinguir entre um falante do padrão e qualquer outro das áreas meridionais, os quais, como vimos, habitualmente coincidem. A verdade é que o padrão, tendo acompanhado os dialectos do sul na monotongação de *ou*, não fez o mesmo na monotongação de *ei*, preferindo manter o ditongo diferenciado como /ej/.

Traços fonéticos diferenciadores

Dialectos	Galegos	Setentr.	Centro-merid.	Insulares
b ≠ v	—	—	+	+
ʃ	+	+	—	—
tʃ ≠ ʃ	+	+	—	—
ow ≠ o	+	+	—	—
ej ≠ e	+	+	—	—
z > s	+	—	—	—
ʒ > ʃ				
vogais áton. abertas	+	—	—	—

2.4.3

Uma vez examinados os traços fonéticos diferenciadores que constituem o centro da *Nova Proposta* (de que foram omitidos os traços relativos aos dialectos galegos), passaremos à segunda parte deste artigo, a qual é dedicada à compartimentação interna das regiões dialectais. Assim, a partir da p. 104, Lindley Cintra descreve as fronteiras que servem de divisória entre os grandes grupos dialectais: entre o grupo galego e o grupo setentrional e entre este e o centro-meridional. Em seguida, centra-se em cada um desses grupos e propõe um certo número de compartimentações dialectais internas. É o que se passa da p. 108 até ao fim do artigo. Para tal recorre a traços fonéticos que não fazem parte do elenco que examinámos, por serem privativos de uma região e não terem, portanto, representação em outras regiões. É importante ler esta parte do artigo, na medida em que as informações aí fornecidas não são discutidas em outro local do curso.

É preciso notar, no que respeita ao parágrafo dedicado ao galego (pp. 108-109), que Lindley Cintra distingue dois grupos de dialectos galegos separados por uma linha que corre de Norte a Sul, atravessando a Galiza aproximadamente ao centro. Esta divisão baseia-se nos trabalhos de A. Zamora Vicente, sobretudo a sua *Dialectología española*, de 1963. Os consideráveis avanços da dialectologia galega nos últimos anos apontam, no entanto, para a existência de uma zona dialectal intermédia, por vezes muito extensa, que separa o galego interior do galego atlântico, e que compartilha de alguns traços dos dois, sem confundir-se com nenhum deles.

2.4.4

É agora altura de regressar às páginas iniciais do artigo (pp. 81-99). Nelas se encontra uma pequena história da dialectologia portuguesa desde o seu começo (nas palavras do próprio autor): «desde 1893, ano em que o fundador da dialectologia científica em Portugal apresentou pela primeira vez o seu mapa dialectológico do português continental», até 1970, ou seja, o ano da formulação da *Nova Proposta*. Lindley Cintra recorda os principais trabalhos de síntese realizados em dialectologia portuguesa, e que resultaram em propostas globais de classificação dos dialectos, fazendo críticas tendentes a justificar a necessidade da sua própria e debatendo problemas de metodologia da pesquisa e classificação dialectal com particular rigor. Essas propostas anteriores são:

- a) o mapa dialectológico de Leite de Vasconcellos, publicado pela primeira vez em 1883;
- b) a classificação dos dialectos, não acompanhada de mapa, feita por Leite de Vasconcellos na *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (1901);
- c) a terceira proposta do mesmo autor, de 1929, publicada nos *Opúsculos*, vol. IV;
- d) o *Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental* de Manuel de Paiva Bóleo e Maria Helena Santos Silva, apresentado em 1961;
- e) e o capítulo dedicado à dialectologia portuguesa na *Gramática Portuguesa* de Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz. As críticas de Cintra dirigiam-se à 2.^a edição desta gra-

mática, publicada em 1961; mas, tendo sido por ele comunicadas à primeira das autoras, foram tidas em conta, estando na origem de consideráveis alterações que ela introduziu na 3.^a edição (Madrid, 1971), traduzida para português. Quem hoje consultar a *Gramática Portuguesa* não encontrará nela razão para a maior parte das observações de Lindley Cintra.

3. Português extra-europeu (Brasil, Angola, Moçambique)

3.1

Falaremos primeiro no caso brasileiro, com palavras de Celso Cunha:

O Brasil – todos sabemos – foi no decurso de quatro séculos um vasto país rural. Suas cidades, quase todas costeiras, de pequena densidade demográfica e desprovidas de centros culturais importantes, pouca ou nenhuma influência exerciam nas longínquas e esparçadas povoações do interior. Cerca de quatrocentos anos, portanto, a língua, assim distribuída espacialmente, seguiu uma deriva diversificadora. Essa diferenciação regional é em certos pontos ainda muito sensível. (Cunha, 1981: 21)

A variante brasileira da língua portuguesa foi submetida, ao longo da sua história e até ao séc. XIX, a um conjunto de factores externos que determinaram a sua variação dialectal. Antenor Nascentes viu o traçado de uma isófona estender-se a todo o comprimento do território brasileiro, deixando a norte um conjunto de dialectos com abaixamento das vogais pré-tónicas e entoação «cantada», e a sul, dialectos com conservação do timbre fechado das vogais pré-tónicas e uma entoação «descansada» (Nascentes, 1953: 25). Para além destes traços referidos por Antenor Nascentes, apresentam os dialectos brasileiros do sul vogais átonas finais [e] e [o], enquanto os do norte as elevam para [i] e [u]; no norte e nordeste há também uma nasalização, e fechamento, das vogais antes de consoante nasal heterossilábica, vogais essas que se conservam orais e abertas nos dialectos do sul e sudeste. Exemplificando:

dialectos do norte	c[o]rrer	m[e]ter	gat[u]	mol[i]	m[ã]neira	m[ã]mar
dialectos do sul	c[o]rrer	m[e]ter	gat[o]	mol[e]	m[a]neira	m[a]mar

3.1.1

Mas esta variação dialectal brasileira é palidamente importante ao lado da variação sociolectal. É que as condições externas da dialectalização cessaram no séc. XIX, com o agigantamento dos centros urbanos, para os quais não pararam de convergir as populações dos meios rurais mais pobres. Hoje «as diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o seu vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra» (Teyssier, 1982: 79). As fronteiras fonéticas, morfo-fonológicas e morfo-sintácticas não se traçam com nitidez sobre o mapa do Brasil, mas na escada da hierarquia social; sendo assim, a variedade linguística brasileira não se apresenta como uma diversidade de dialectos, mas como uma separação entre variantes mais cultas e «falar errado», o qual se caracteriza assim:

a) palatalização das oclusivas dentais depois de iode:

[mutʃu] ~ [mütʃu] «muito»

b) semivocalização (ieísmo) ou despalatalização da lateral palatal:

[muʃ'ɛ] ~ [mu'lɛ] «mulher»

c) semivocalização da vibrante implosiva:

ga[w]fo «garfo»

d) enfraquecimento de diversas consoantes que passam a fricativa velar [χ]:

fa[χ]ta «falta», me[χ]mo «mesmo», ca[χ]alo «cavalo», a[χ]ente «a gente», fa[χ]endo «fazendo»

e) rotacismo do [l] em grupos consonânticos:

[fr]amengo «flamengo», assem[br]eia «assembleia»

f) simplificação do morfema do gerúndio:

fazeno «fazendo», brincano «brincando»

g) apócope no sufixo dos diminutivos:
bich[ĩ] «bichinho»

Algumas características morfo-sintácticas do «falar errado» já estão em progressão dentro das variantes mais cultas. São elas:

b) uso preferencial dos pronomes pessoais átonos em posição proclítica:

me diz

i) uso do pronome pessoal oblíquo da 1.^a pessoa do singular em posição de sujeito:

isso é pra mim fazer

j) uso do pronome pessoal recto em posição de objecto directo (3.^a p. s. ou pl.):

eu conheço ela

k) simplificação dos paradigmas verbais mediante o abandono de morfemas flexionais:

eu	como
tu/você	come
ele	come
nós/a gente	come
vocês	come(m)
eles	come(m)

l) não concordância, em número, do nome com o determinante plural:

os minino bonito

3.1.2

Estes dados mostram que a variação linguística do português brasileiro difere bastante, na sua natureza e também na sua profundidade, da que caracteriza o português europeu¹. Muitos linguistas encontram aqui motivos para afirmar que as diferenças não se limitam ao nível da norma (ou «variantes nacionais»), mas afectam

¹ Para o contraste entre PE e PB, Mateus *et aliae*, 2003: 45-50.

também estruturas centrais do sistema linguístico, o que os leva a concluir que o PB e o PE não devem já ser considerados como um sistema unitário. Consultar o *Forum de Linguistas* (site do Centro Virtual Camões).

Em outro plano, já mencionado de passagem, não se apresenta homogéneo o panorama linguístico no Brasil: a população brasileira não é rigorosamente monolíngue em português. Outras línguas europeias são faladas por imigrantes, sobretudo italianos, espanhóis e alemães, as línguas índias têm protecção oficial e ainda se encontram vestígios de antigos crioulos de escravos (em Minas Gerais e no sul da Bahia). Segundo o historiador brasileiro Lúcio Kreutz:

Os alemães formaram a primeira corrente imigratória, a partir de 1824, localizando-se, sobretudo, em São Leopoldo no Rio Grande do Sul... Os italianos vieram a partir da década de 1870 e formaram o contingente maior: 1.513.151 de imigrantes. No mesmo período, vieram 1.462.111 portugueses, 598.802 espanhóis, 188.622 japoneses (a partir de 1908), 123.724 russos, 94.453 austríacos, 79.509 sírio-libaneses, 50.010 poloneses e 349.354 de diversas nacionalidades. (Kreutz 2000: 351)

Apesar de a população indígena ter sido drasticamente aniquilada, quer sob a colonização portuguesa, quer após a independência (os mais de dois milhões de índios do séc. XVI acham-se hoje reduzidos a menos de um quarto: entre 300 e 500 mil), são ainda faladas 180 línguas índias, com a média de 200 falantes por língua. Trata-se de estimativas de 2000, do Instituto Sócio-ambiental (*Povos indígenas no Brasil 1996/2000* (2000: 15)). As mais importantes pertencem à família tupi-guarani, concentradas principalmente na Amazônia e no Brasil norte-central, mas calcula-se que representam apenas 15% das línguas vivas no início da colonização do Brasil (Franchetto 2000: 84).

3.2

A situação linguística em Angola é mal conhecida e apresenta-se como pouco estável, como não poderia deixar de ser em país que esteve durante 30 anos em guerra interna. Em 1983, Irene Guerra

Marques apresentava do seguinte modo o estado das línguas de Angola:

Por um lado, existem as línguas nacionais que, na sua maioria, pertencem à família bantu [kikoongo, kimbundu, lokwe, umbundu, mbunda, kwanyama, etc.] e que constituem as línguas maternas de uma grande parte da população angolana. Por outro lado, existe a língua portuguesa, que, sendo a língua materna de alguns angolanos, constitui para a maior parte uma língua segunda, principalmente nas zonas rurais, onde se encontra a maioria da população angolana (Marques, 1983: 205-23).

A autora tirava daqui a conclusão de que o português deve ser tratado como uma língua estrangeira, dado que era língua materna de poucos angolanos e precisava da escola para ser adquirida. Parece ter-se alterado esta situação: uma das consequências da guerra civil foi o esvaziamento de grande parte do território, tendo as populações fugido para a região circundante de Luanda, onde segundo algumas indicações estariam concentrados quase um quarto dos angolanos. Nessa situação, torna-se necessária uma língua veicular que não seja a língua nacional de cada um mas, por exclusão de partes, o português. Adoptado como veicular pelos adultos, é aprendido pelas crianças como língua primeira, o que a médio prazo poderá alterar bastante a distribuição das línguas no país e conferir ao português um papel mais central.

O facto de Irene Marques não referir a existência de crioulo em Angola, na actualidade, concorda com a generalidade das informações. Mas há indícios de ter havido formas de descrioulização no passado. Leite de Vasconcellos diz que «nenhum dialecto crioulo se desenvolveu nestas províncias», mas isso não o impede de mencionar um caso típico de criouliização, que consiste na integração do português **garfo** na estrutura fonética do angolano sob a forma **ngálufu** e, mais ainda, na formação do respectivo plural segundo regras próprias, com a prefixação de uma partícula (**jingálufu**). Trata-se de um bom exemplo da fusão de léxico europeu com gramática africana (Leite de Vasconcellos, 1901: 157).

Até ao início do séc. XX, em Angola só houve população europeia praticamente nas cidades costeiras, como Benguela (fundada

em 1617) e Moçâmedes (1786). A «espécie de aristocracia mestiça, mas profundamente portuguesa, que há meio século dominava Luanda e Benguela», na expressão de Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1981: 128), pode ter mantido um ambiente favorável a formas de crioulo, pelo menos até a uma descrioulização provocada pela chegada de massas de imigrantes portugueses (agricultores e funcionários). Mas em períodos mais antigos, e no interior de Angola, a situação era diversa, como a retrata Salvato Trigo. Aí, até meados do séc. XIX, a soberania portuguesa não se tinha afirmado, mas eram portugueses os agentes de ligação entre os «sobas» e o mundo exterior: os «pombeiros», mercadores viajantes, e os «funantes», comerciantes estabelecidos no mato. Primeiro negociaram em escravos, depois em marfim, finalmente em borracha (Trigo, 1981: 62-100). Segundo autores como Martins de Carvalho, a única língua de comunicação em todo o vasto território que medeava entre as costas de Angola e de Moçambique era o português; mas, mais provavelmente, seria uma *língua franca* ou *pidgin* (análoga à que David Lopes descreveu, a propósito da criouliização marítima nas costas africanas) e o seu principal utente seria o «aviado», negro assimilado ou mestiço que conhecia a «língua de branco» e servia de intérprete.

3.3

Em Moçambique, exactamente como em Angola, a língua portuguesa é a língua oficial e a única língua utilizada no ensino, na imprensa escrita e na televisão (a rádio também transmite em línguas nacionais). Perpétua Gonçalves traçava há 20 anos o panorama do português em Moçambique do seguinte modo:

foi formulada a hipótese de que pelo menos 26.5% da população teve acesso à língua portuguesa, dado que essa é a percentagem da população que teve contacto com a escola. [De recordar que em 1975, aquando da descolonização, a taxa de analfabetos era de 93%, o que mostra a rapidez com que a escolaridade tem aumentado]. É provável que este número seja um pouco superior, se admitirmos que há analfabetos – nas zonas urbanas – que sabem falar português, tendo aprendido essa língua em situações informais. Os falantes de Português na sua maioria, têm-no como língua se-

gunda, sendo as línguas maternas, na quase totalidade, do grupo bantu. (Gonçalves, 1983: 243)

Também em Moçambique, como em Angola, se tem observado nos últimos anos uma enorme concentração populacional em torno da capital, com as mesmas consequências sobre o recurso ao português como língua veicular para os adultos e, logo depois, como primeira língua para os nascidos nessa situação de deslocação. Nenhuma das línguas nacionais de Moçambique está em condições de desempenhar o papel de língua veicular, o que deixa o português com tal encargo. Apenas no norte, no distrito de Cabo Delgado, uma língua importada serve de língua veicular para cerca de um milhão de moçambicanos: é o *swahili*, que se tem expandido por todo o leste africano, acompanhando o avanço do islamismo.

4. Crioulos de base portuguesa

4.1

David Lopes, num trabalho pioneiro, *A expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII* (Lopes, 1936) oferece-nos uma visão sobre a formação dos crioulos asiáticos que, nas suas linhas gerais, não tem mudado no decorrer destes anos:

O século XVI no Oriente é só português... Formou-se então em todos os portos onde chegava o tráfico da nossa gente uma «língua franca» ou português simplificado – indo-português e malaio-português, segundo as regiões em que se falava, principalmente – que servia para essas relações comerciais. Assim se supria a dificuldade de saber tantas línguas. Esse português não era uniforme, como bem se compreende, antes reflectia a variedade das gentes e das línguas. Essa língua que nascera no século XVI sobreviveu à tormenta do século XVII e só se extinguiu no princípio do século XIX com o advento da supremacia política e comercial da Inglaterra. Durante esses séculos ela foi a língua de comunicação dos Europeus com os naturais dos diferentes países, e até dos Europeus entre si quando falavam diferentes línguas. E não morreu inteiramente até os nossos dias; ela vive aqui e acolá na forma dos vários crioulos. (Lopes, 1936 (1969: 34-35)).

Segundo Alan Baxter, as condições sociolinguísticas para a formação do crioulo português nas colónias asiáticas foram muito diferentes das que se conjugaram nas colónias africanas. Nestas, foi factor primordial a chegada do português europeu e o desenraizamento étnico, provocado pela escravização de grupos mistos de africanos, deslocados para plantações coloniais, onde encontravam uma situação sociolinguística totalmente nova. Essas condições favoreceram o desenvolvimento do tipo clássico do crioulo de plantação e o quase desaparecimento das línguas maternas dos escravos. Em contraste, nas colónias portuguesas da Ásia, embora tenha havido deslocação de escravos de origens linguísticas diversas, nada ocorreu de comparável com a deslocação e isolamento de largo número de escravos, como no Atlântico. As colónias portuguesas da Ásia constituíam ambientes multilíngues, nos quais as línguas nacionais continuaram a ser faladas, influenciando por isso a formação dos crioulos (Baxter, 1990: 161-184).

Durante todo o séc. XVI, foi seguida no Oriente uma política oficial de casamentos entre portugueses e mulheres locais, convertidas ao cristianismo. Estes casamentos tiveram por efeito desenvolver rapidamente uma população mestiça, que constituía o suporte ideal para o crioulo. No caso de Malaca, contudo, há que ter em conta o facto de os portugueses nunca terem permanecido na cidade em número superior a 600 pessoas, sendo frequentemente menor, o que lhes dava um peso relativamente pequeno numa população total de cerca de 20.000 pessoas. Daí a importância que a língua falada em Malaca, o malaio, veio a ter no desenvolvimento e na sobrevivência do crioulo local, o papiá-kristang. Este tipo de acompanhamento e interferência, em situação de bilinguismo, entre uma língua local e o crioulo de base portuguesa desenvolvido na região, não se verificou do mesmo modo nos crioulos portugueses das margens do Atlântico.

4.2

No estado actual dos conhecimentos, os crioulos atlânticos tiveram origem numa região que vai desde a Costa da Guiné até o norte de Angola, abrangendo portanto o Golfo da Guiné, e foram resultado dos contactos comerciais entre os viajantes portugueses e

as populações africanas do litoral. Estes contactos tinham tido início no séc. XV e prosseguiram ininterruptamente desde então, através de sucessivas fases de desenvolvimento. No que interessa à formação dos crioulos foi determinante o «trato dos escravos», ou seja, a compra de escravos e a sua concentração em entrepostos situados, quer à beira-mar, quer nas ilhas do Golfo, sobretudo S. Tomé e Príncipe. Entrepostos de onde depois os escravos eram vendidos em grupo para plantações da América do Sul e das Caraíbas.

O «trato», numa primeira fase, durante o séc. XV, tinha-se limitado ao envio de escravos para a Europa. É bem conhecida a descrição que Gomes Eanes de Zurara fez do desembarque de 235 escravos negros em Lagos, trazidos da Guiné por Lançarote (de Freitas, ou de Lagos), no tempo do infante D. Henrique. Por ela se vê como a partilha dos escravos em lotes (um deles destinado ao infante, outro à Igreja, outros para venda) provocava a separação entre os membros de uma família:

se as brutas animallyas, com seu bestial sentyr, per huñ natural destinto [= instinto] conhecem os dampnos de suas semelhantes, que queres que faça esta minha humanal natureza, veendo assy ante os meus olhos aquesta miseravel companhia, nembrando-me que som da geeraçom dos filhos de Adam!

No outro dya, que eram viij dyas do mes dagosto, muito cedo pela menhaã por rezom da calma [= calor] começaram os mareantes de correger seus batees, e tirar aquelles cativos pera os levarem, segundo lhe fora mandado; os quaaes, postos juntamente naquelle campo, era hũa maravilhosa cousa de veer, ca antre elles avya alguñs de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos que queryam semelhar pardos; outros tam negros com' etiopios, tam desafeiçoados, assy nas caras como nos corpos, que casy parecia, aos homeẽs que os esguardavam, que vyam as imageẽs do imisperyo mais baixo. Mas qual serya o coraçom, por duro que seer podesse, que nom fosse pungido de piedoso sentimento, veendo assy aquella companhia; ca huñs tñham as caras baixas, e os rostros lavados com lagrimas, olhando huñs contra os outros; outros estavam gemendo muy doorosamente, esguardando a altura dos ceos, firmando os olhos em elles, braadando altamente, como se pedissem

acorro ao padre da natureza; outros feryam seu rostro com suas palmas, lançandosse tendidos em meo do chaão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nas quaaes posto que as pallavras da linguaem aos nossos nom podesse seer entendida, bem correspondya ao graao de sua tristeza. Mas pera seu doo seer mais acrescentado, sobreveherom aquelles que tünham carreggo da partilha, e começaram de os apartarem huüs dos outros, afim de poerem seus quinhooës em igualleza, onde conviinha de necessityde de se apartarem os filhos dos padres, e as molheres dos maridos, e os huüs irmaãos outros. A amigos nem a parentes nom se guardava nhũa ley somente cada huü caya onde o a sorte levava! [...]

Quem poderia acabar aquella partiçom sem muy grande trabalho, ca tanto que os tünham postos em hũa parte, os filhos que vyam os padres na outra, allevantavanse rijamente, e hyanse pera elles; as madres apertavam os outros filhos nos braços, e lançavanse com elles de bruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhe nom seerem tirados! E assy trabalhosamente os acabaram de partyr, porque aallem do trabalho que tünham com os cativos, o campo era todo cheo de gente, assy do lugar, como das aldeas e comarcas darredor, os quaaes leixavam em aquelle dya folgar suas maãos, em que estava a força de seu guaanho, soomente por veer aquella novidade. (Zurara, *Crónica do Descobrimto e Conquista da Guiné*, cap. XXV, 1841: 132-4).

Característico deste «tráfico», como se vê, era o desenraizamento dos indivíduos capturados, de modo a ficarem reclusos na companhia de membros de etnias diferentes, com os quais não tinham em comum nem a língua nem o passado cultural. Criava-se um vazio comunicativo que era preenchido através da língua prevalecte no entreposto, ou seja, a língua de relação entre escravos e senhores.

Esta língua tinha a configuração daquilo a que Celso Cunha chama **protocrioulo**, e que também é designado como **pidgin**. Trata-se de uma língua auxiliar, reestruturada e desenvolvida para facilitar a comunicação em áreas de multilinguismo, produzida entre falantes adultos que esqueciam ou não podiam usar a sua língua materna (Hancock, 1979: 81-86). Levado o pidgin para as colónias, encontrava aí condições para se expandir de duas formas:

por um lado, era a língua de comunicação dos escravos com os senhores; por outro lado, desenvolvia-se dentro da própria família escrava, na medida em que era a língua aprendida pelos filhos nascidos em estado de escravidão. Para estes, tal língua deixava de ser uma língua segunda, como tinha sido para os seus pais – era a sua própria língua materna.

4.3

Vemos, assim, que há identidade de resultados entre um casamento mestiço (por exemplo, de europeu com africana ou asiática) e um casamento de escravos. Sendo o pai e a mãe obrigados a comunicar entre si através de um **pidgin** adquirido para o efeito, é essa língua que transmitem aos filhos, logo que estes aprendem a falar. É precisamente nestas condições que um pidgin se transforma em **crioulo**. Esta transformação tem consequências importantes como sejam o enriquecimento e a complexificação da gramática e do léxico da língua, pois esta tem de servir a todas as situações de comunicação do falante, e não apenas a situações definidas e recorrentes.

A etimologia do termo crioulo é portuguesa ou hispânica. A sua evolução semântica é cruelmente significativa. **Crioulo** formou-se a partir do substantivo deverbal *cria* (do verbo *criar*), com o significado primitivo de 'animal não comprado, mas nascido em casa do dono, que o cria'. Com este mesmo significado, transferiu-se para o escravo que nascia na colónia, e não era trazido de África. Como adjectivo, veio a qualificar as diversas modalidades da vida dos crioulos, entre elas o seu falar, distinto tanto das línguas indígenas como da língua da metrópole (Silva Neto, 1957 (1986: 432)). Por se ter tornado a língua principal, ou mesmo única, de uma parte muito importante da população da colónia, o crioulo, ou os diversos crioulos, puderam sobreviver até os nossos dias, salvo naquelas colónias em que, em dado momento, a população de proveniência europeia sofreu um incremento considerável. Foi o que aconteceu no Brasil na segunda metade do séc. XVIII, quando o marquês de Pombal promoveu a deslocação de largas massas de colonos portugueses, para ocuparem, sobretudo no plano agrícola, o lugar dos jesuítas expulsos. E foi o que aconteceu nos finais do séc. XIX, em

Angola e Moçambique. Pode comparar-se esta situação com a das restantes colónias portuguesas (Guiné, Cabo Verde e S. Tomé), onde os crioulos se mantêm, ou como língua materna, no Arquipélago e nas Ilhas, ou como língua de comunicação inter-étnica (ao lado das línguas nacionais), como é o caso da Guiné-Bissau.

4.4

Para uma definição operatória de crioulo, sirva a formulação sintética de Peter Mühlhäusler:

A formação e o subsequente desenvolvimento dos pidgins e crioulos são fortemente determinados por três factores: os universais do desenvolvimento, as influências do substrato e as influências do superstrato. (Mühlhäusler, 1986: 131).

Ao falar de influências de substrato e de superstrato, refere-se este autor à «ideia de que os pidgins e os crioulos combinam o léxico de uma língua (tipicamente o superstrato, isto é, a língua socialmente dominante) com uma gramática da outra (tipicamente o substrato ou a língua socialmente inferior)» (Mühlhäusler, 1986: 119). Na referência aos universais, encontra-se uma explicação para o fenómeno da grande semelhança entre a estrutura linguística de crioulos que não estão relacionados entre si, nem histórica nem geograficamente: os processos de simplificação estrutural de dois crioulos, por se acharem sujeitos aos mesmos universais, conduzem por isso a resultados idênticos, sem que tenha havido contacto entre as duas línguas.

Isto tem relevância para a história do português. Se entendermos que um crioulo é produto da combinação do português com línguas africanas, ou outras, então seremos levados a considerar que esse crioulo é uma derivação do português, ou mesmo uma sua variedade (ou dialecto, como se lê por vezes), devendo assim os vários crioulos ser inventariados no quadro geral da geografia da nossa língua. Era essa a opinião de Adolfo Coelho, para quem o crioulo é o primeiro estágio na aquisição de uma língua estrangeira por um povo aloglota – isto é, que fala ou falou outra (Coelho, 1881: 102). Neste sentido, o crioulo deve considerar-se como variedade daquela língua estrangeira. Se, indo um pouco mais longe,

aceitarmos que a maioria dos crioulos do mundo é proveniente do protocrioulo português dos sécs. XV e XVI, então mesmo os crioulos de áreas onde a colonização portuguesa não se manifestou directamente deveriam ser considerados como variantes do português. Tal hipótese afigura-se excessiva.

Mas se, na inversa, considerarmos que os crioulos são línguas fundamentalmente simplificadas, que na sua formação obedecem a universais linguísticos e não a uma determinada língua, então não deveriam ser considerados como parte integrante do português. Um contemporâneo de Adolfo Coelho, Lucien Adam, defendia que o crioulo é uma língua mista, constituída por um léxico europeu e uma gramática indígena. É nesta linha que Anthony Naro refere a extrema simplificação da estrutura gramatical do crioulo, que perde as marcas dos tempos verbais e as desinências de número e pessoa, a maior parte das preposições e conjunções, tornando-se, de modo geral, menos redundante (Naro, 1973: 107).

O crioulo, enquanto língua materna de uma comunidade, obtida através de processos de simplificação, é uma língua autónoma e separada do português. Ao mesmo tempo, devemos reconhecer que o português desempenhou o papel de superstrato, não só no período da génese, mas também durante séculos de contacto com o crioulo, como ainda acontece na Guiné-Bissau. Consequentemente, falaremos daqui em diante de crioulos de base portuguesa, como fórmula que representa tanto a sua independência como a sua filiação na nossa língua.

4.5 Crioulos do Oriente

Leite de Vasconcellos inseriu na *Esquisse d'une dialectologie portugaise* uma lista das variedades de português e dos crioulos então falados no Oriente (Leite de Vasconcellos, 1901: 28-29). A situação era a seguinte:

Indo-português

- 1) dialecto crioulo de Diu
- 2) dialecto crioulo de Damão
- 3) dialecto *norteiro* ou do norte da costa ocidental da Índia
- 4) português de Goa
- 5) dialecto de Mangalor

- 6) dialecto crioulo de Cananor
- 7) dialecto crioulo de Mahé
- 8) dialecto crioulo de Cochim
- 9) português da costa de Coromandel

Dialecto crioulo português de Ceilão

Dialecto macaísta ou de Macau

Malaio-português

- 1) dialecto crioulo de Java
- 2) dialecto crioulo de Malaca e de Singapura

Português de Timor

É claro que, desde então, muitas alterações ocorreram em relação à situação apresentada por Leite de Vasconcellos. Razões de ordem histórica e política têm tido um papel fundamental na alteração dessa situação. Interessa por isso comparar o inventário dos crioulos que fornece Leite de Vasconcellos com um outro inventário produzido mais recentemente por Celso Cunha, que dá como subsistindo no Oriente seis crioulos (Cunha, 1981: 41):

- o de Malaca,
- o de Macau,
- o de Sri-Lanka,
- os de Chaúl e Kotlai, na Índia,
- os de Tellicherry, Cananor e Fort Cochim, na Índia,
- o de Tugu, na ilha de Java.

Duas razões podemos apontar para a considerável redução deste inventário de Celso Cunha face ao de Leite de Vasconcellos: uma é o envelhecimento e extinção das populações falantes de crioulo nos pontos mais isolados;

a outra tem a ver com os contactos modernos de certos crioulos com o português padronizado da Europa (devido a viagens e telecomunicações facilitadas), contactos que provocaram a sua descrioulização.

Embora seja geralmente clara a distinção entre crioulo e português descrioulizado, serão ambos tratados em conjunto na descrição que se segue, organizada segundo critérios geográficos em dois

grandes grupos, abrangendo o primeiro o Sudoeste asiático (Índia e Sri-Lanka), e o segundo o Extremo-Oriente.

4.5.1

Para falar da Índia e Sri-Lanka, baseamo-nos no relatório «Situação e perspectivas do português e dos crioulos de origem portuguesa na Índia e no Sri-Lanka», apresentado pelo linguista romeno Laurentiu Theban (Theban, 1983: 269-285).

A presença da língua portuguesa na Índia e no antigo Ceilão (actual Sri-Lanka) deve a sua importância fundamental ao facto de existirem numerosas variedades de crioulos de base portuguesa. Uma forma bastante europeizada de português pode encontrar-se nas áreas de Goa, Damão e Diu, que até 1961, ano da sua integração na União Indiana, o tiveram como língua oficial, embora actualmente, ceda o seu lugar ao inglês, língua veicular na Índia. Também em Diu e Damão, o crioulo acabou por ser absorvido pelo português europeizado de Goa, reintroduzido no ensino. Este processo de descrioulização de Goa, Damão e Diu já era sugerido por Leite de Vasconcellos na *Esquissa*, quando falava do português de Goa, enquanto às outras variedades dava a designação de dialecto crioulo. Significa isto, sem dúvida, que, pelo menos na cidade de Goa, ou na região de Goa, já no princípio do séc. XX o crioulo tinha iniciado o processo de descrioulização.

No grupo de crioulos «activos» indo-portugueses, há a destacar, além do crioulo «norteiro» do porto de Damão (falado por cerca de duas mil pessoas), o kristi ou kristang, o crioulo falado na aldeia de Korlai, ao sul de Damão e Baçaim. Constitui, segundo o seu primeiro investigador, Laurentiu Theban, «a comunidade indo-portuguesa mais homogénea, mais isolada e mais cheia de vitalidade do Oriente, e a única não bilingue». São perto de 900 almas que tiveram, e têm como única língua materna este crioulo, facto que não se regista em nenhum outro caso. Entre estes, encontram-se crioulos quase completamente extintos em Mahé, Negapatão, Mangalor, Calicut, Bombaim e arredores; e em vias de extinção em Cananor, Cochim e Tellicherry, apresentando estes últimos «uma nítida semelhança com o crioulo de Sri-Lanka».

Os focos principais de crioulos portugueses no Sri-Lanka si-

tuam-se nas cidades de Batticaloa, Vaipim e Puttalam. Nos primeiros casos, trata-se de um milhar de pessoas, descendentes de portugueses, holandeses e tamilianos, instalados ali desde 1620. Em Puttalam o crioulo fala-se apenas entre as pessoas mais idosas das 35 famílias descendentes de cafres, vindos da costa oriental da África, que ainda ali permanecem. No Sri-Lanka, o crioulo tem estatuto de língua materna, logo a seguir à língua tamil.

4.5.2

Malásia: O crioulo originado a partir da miscigenação dos grupos malaio-português e malaio-holandês chama-se **kristang** (= cristão). Segundo Graciete Batalha, em Singapura cerca de 7000 pessoas o falam, embora as camadas mais jovens não se sirvam mais dele (Batalha, 1983: 287-304).

Em Malaca o papiá kristang, que foi estudado por Alan Baxter (Baxter, 1990: 161-184), é usado por uma comunidade de 1000 pessoas aproximadamente. Esta comunidade constitui dentro da cidade de Malaca um grupo de baixo prestígio, fervorosamente católico e ocupando-se tradicionalmente da pesca e dos trabalhos não especializados. O kristang continua a ser a primeira língua da comunidade e pode pensar-se que a sua longa preservação, após a retirada dos portugueses ainda no séc. XVII, se deva ao facto de pertencer a uma minoria linguística socialmente isolada, mas que se revela capaz de absorver elementos provenientes de outros grupos. O que faz (ponto fulcral da síntese de Baxter) do kristang de Malaca a derradeira variedade do crioulo português, dotada de vitalidade, que se fala no sudeste asiático.

4.5.3

Timor: não se sabe que parte da população deste novo estado usa o português como língua materna – no final da colónia portuguesa (1975), era falado por cerca de 2000 pessoas, entre europeus criados no território e mestiços (Xavier, 1983: 305-312). Após a independência em 2001, tornou-se uma das línguas oficiais e as estimativas mais optimistas calculam que 20% da população fala português como primeira língua, mas outras talvez mais realistas baixam essa percentagem para 5 ou 6%. Para o resto da população, o

português é uma língua segunda, precedida pelo tetum, por línguas nacionais ou mesmo pelo inglês. Presentemente, após a independência, verificou-se que jovens timorenses já nascidos sob domínio indonésio sabiam falar português: mesmo que o façam como língua segunda, isso significa que no ambiente familiar em que foram educados (não na escola nem na cidade) o português podia ser adquirido por jovens, o que parece contradizer as informações de Xavier 1983. Mas nem esse facto, nem o fervor lusófono, garantem que o papel do português em Timor seja, por ora, mais do que modesto.

Está em vias de extinção o único crioulo do território timorense até hoje documentado, designado como «português de Bidau», subúrbio de Dili. Na ilha das Flores e na de Solor, vizinhas de Timor, ainda ficam vestígios do seu uso em manifestações ligadas ao culto cristão e à liturgia (Thomaz, 1983: 313-339). Neste caso, como no «português de Bidau», podemos falar de variantes do **kristang**, o crioulo português da Malásia.

4.5.4

Macau: numa população de 400.000 pessoas, uma percentagem inferior a 3% serve-se do português como língua primeira em Macau aquando da devolução do território à China. Para a esmagadora maioria da população macaense a variedade cantonesa do chinês é o meio linguístico comum. O inglês é usado como língua segunda pela população chinesa e só depois dele, a distância, vem o português.

O crioulo de Macau, absorvido pelo português padrão com o incremento de contactos económicos e culturais, desapareceu progressivamente; há alguns anos, apenas se podiam encontrar alguns vestígios entre famílias de Hong-Kong, oriundas de Macau, que também usam o inglês e o cantonês.

4.6 Crioulos de África

4.6.1

Cabo Verde: Belmiro Ramos fornece os seguintes dados a respeito da situação do português em Cabo Verde (Ramos, 1983: 225):

O português é a língua oficial e a língua de ensino no país. Coexiste, além disso, com o crioulo em situação de bilinguismo, podendo encontrar-se diferentes níveis do seu uso:

– Um português vernáculo falado e escrito por determinada camada (cultura) da população, frequentemente mais rebuscado que em Portugal. Trata-se de um português livresco, elaborado a partir de fontes escritas – obras literárias, revistas, discursos...

– Um português regional correcto mas polvilhado de modismos ou regionalismos com sua «cor local».

– Um português muito rudimentar, falado por camadas populares em determinados momentos, particularmente os solenes.

Não há línguas africanas nativas, o que se explica facilmente pelo facto de o arquipélago ser desabitado antes da colonização. Há dois grupos de crioulos em Cabo Verde:

- a) o crioulo de Barlavento (ilhas de S. Vicente e Santo Antão), que está mais próximo do português europeu, por a colonização destas ilhas ter sido mais recente (séc. XVIII) e por terem contactos mais estreitos com Lisboa;
- b) o crioulo de Sotavento (Santiago, Fogo, Brava), que está mais próximo do português do tempo das descobertas.

Em ambas estas variedades, segundo Celso Cunha, acham-se indícios de formarem um *continuum*, ou seja, um diassistema que permite aos seus utentes oscilarem, conforme a situação, entre uma modalidade muito densa, e socialmente desprestigiada, o *basilecto* (crioulo pesado), uma modalidade intermédia ou *mesolecto* e uma modalidade muito próxima do português e contendo formas socialmente valorizadas, o *acrolecto* (crioulo levinho) (Cunha, 1981: 95). O crioulo de Cabo Verde tem ainda a singularidade de servir de suporte a uma literatura em emergência, pelo que a sua esfera de uso não se acha restringida ao oral.

4.6.2

São Tomé e Príncipe: como em Cabo Verde, não há línguas indígenas, mas diversos crioulos (forro, moncó e angolár), além do

português, língua oficial e do ensino, que existe em regime de bilinguismo, isto é, sem falantes exclusivos.

Os crioulos estão relacionados com línguas do continente africano, sobretudo de Angola, no que diferem dos crioulos de Cabo Verde, que se aparentam com as da Guiné-Bissau.

4.6.3

Guiné-Bissau: a particular situação linguística da Guiné-Bissau caracteriza-se, no que respeita à língua portuguesa, por duas circunstâncias especiais:

- a) o português não é língua veicular, como também não o é em Cabo Verde (mas sim em Angola e Moçambique);
- b) não é claramente a segunda língua (como é no caso caboverdiano), dado que compartilha esse terreno com um crioulo nacional não completamente desenvolvido.

Segundo Maria Augusta Henriques, o quadro linguístico da Guiné-Bissau em 1979 era o seguinte:

... no que diz respeito a falantes de línguas, temos que 11.1% fala português. E dos que falam português, apenas 0.15% são monolíngues do português. Temos 44% da população que falam o crioulo, e destes que falam o crioulo, 4.57% são monolíngues do crioulo (Henriques, 1983: 234).

Além de grupos monolíngues das diversas línguas nacionais (manjaca, papel, balanta, fula, mandinga...), existe uma clara situação de bilinguismo entre o crioulo e as línguas nacionais; em menor medida, entre crioulo e português. O crioulo não entrou na esfera da alfabetização, o que dificulta o seu ensino e torna o português, como língua segunda, a língua usada no ensino. Nas regiões do interior, onde as populações são monolíngues em vernáculo, a alfabetização é extremamente difícil. Em 1975, aquando da descolonização, a taxa de analfabetismo era de 99%.

Capítulo II
ORIGENS DO PORTUGUÊS NO QUADRO ROMÂNICO

5. Introdução à Romanística

A história do português começa como um capítulo da história do latim. De facto, a principal componente linguística do português é a língua de Roma, que a expansão imperial romana transportou para os territórios onde o português viria a nascer, ou seja o ângulo NW da Península Ibérica, a que também chamamos **área inicial do galego-português** ou Galécia Magna. Outras componentes são as línguas de substrato, que já eram faladas no NW antes da chegada dos romanos e que ele fez desaparecer «quase» completamente; e as línguas de superstrato, faladas por povos que, entre a queda do Império Romano (séc. V) e o aparecimento dos estados cristãos (séc. X), passaram por esta região da Península.

O objectivo deste capítulo é traçar o percurso desde o latim até ao português. Integra-se este ponto em problema mais vasto, objecto de estudo privilegiado da Romanística: a diferenciação do latim nas numerosas línguas românicas suas descendentes. Começaremos, por isso, por enumerar essas línguas e situar o português no seu conjunto.

5.1 România. Origem do nome

O adjectivo **romanus** tinha na origem um significado étnico e político, usado em expressões do tipo *civis romanus*, *populus romanus*. Para designar a língua do povo de Roma, e mais tarde do Império, usava-se o termo *latina lingua*, composto sobre o adjectivo **latinus**, relativo à língua e aos povos do Latium, província onde Roma surgira. O qualificativo de **romanus** aplicava-se a quanto dissesse respeito ao povo da Urbe, com exclusão dos povos das províncias do Império. Só a partir de Caracalla (212 d. C.), se tornaram **romani** todos os habitantes do Império que falavam latim. E daí deriva

a designação colectiva de **Romania** (como outras do tipo *Hispania*, *Gallia*, *Britannia*, ...), para representar o Império na sua totalidade, por oposição à cidade de Roma, e também a outros territórios exteriores. Uma das primeiras atestações do termo encontra-se no escritor hispano Paulo Orosio (séc. V), que o contrapõe a *Gothia*, império dos godos: «Romania ut vulgariter loquam», România, como é designada vulgarmente, pelo vulgo, pelo povo (Vidos, 1963: 165-166).

Desmembrado o *imperium romanum* após as invasões germânicas, **romanus** e **Romania** perderam significado político, mantendo-se, porém, com um significado civilizacional e linguístico. Ao lado de **romanus**, aparece o adjetivo **romanicus**. Enquanto o primeiro referia apenas o cidadão de Roma, o segundo aludia ao habitante dessa nova entidade, herdeira de Roma, que era a România (**romanicus** = «semelhante ao romano»).

Falar latim era **latine** ou **romane loqui** no latim clássico, mas no fim do Império apareceram as expressões **romanice parabolare** e **romanice fabulare**, «falar à moda de Roma, nem exactamente em latim nem em língua de bárbaros». Isto corresponde à situação de transição que se viveu na Europa ocidental no período que media entre o Império e os estados medievais. Quando estes se constituíram e adquiriram nomes próprios, a designação geral de România foi perdendo parte da sua razão de ser.

As formas **romane**, **latine**, **romanice** são advérbios de modo; enquanto os dois primeiros se podem traduzir por «à maneira dos romanos ou latinos», o terceiro contém uma marca de distanciamento em relação à latinidade: «de modo semelhante, mas não igual, aos romanos». Este advérbio **romanice** sobreviveu até hoje para designar qualquer uma das línguas neolatinas. No francês, provençal, espanhol e português antigos, encontramos evoluções da palavra – **romanz**, **romans**, **romance** – para designar uma língua românica e, mais tarde, para designar géneros literários que se caracterizavam por usarem essa língua.

5.2 Elenco das línguas românicas

O termo **România**, hoje, designa a comunidade de línguas derivadas do latim. Como as áreas do mundo ocupadas por estas línguas

não coincidem mais com a área do Império Romano de Ocidente, chama-se **România Nova** às regiões exteriores à Europa que foram colonizadas a partir do séc. XVI e onde o português, o castelhano ou o francês continuam a ser falados. Do mesmo modo, chama-se **România Submersa** ao conjunto de regiões da Europa que, tendo sido romanizadas, não conservam hoje uma língua românica.

A România actual divide-se em seis áreas principais (Bright, 1992, 3: 341; e Ethnologue):

Área ibero-românica

Inclui todas as línguas e dialectos da Península Ibérica, excepto o basco (não indoeuropeu):

Galego Limitado à Galiza, onde é língua oficial a par do castelhano; teve origem comum com o português, que dele se separou na Idade Média; ressurgiu como língua literária no séc. XIX.

Português

Castelhano *Variante peninsular*, baseada na língua padrão de Castela (língua oficial do Estado espanhol); principais dialectos: *asturiano* (norte e noroeste), *leonês* (centro), *navarro* e *aragonês* (nordeste), *extremenho* (centro-oeste), *andaluz* e *murciano* (sul), *canário* (ilhas Canárias);

Variante americana, língua oficial de todos os estados da América Central e do Sul, com excepção do Brasil. Embora modelada pelo padrão de Espanha, apresenta características particulares próprias em cada país.

Catalão-valenciano Língua oficial na Catalunha, falada também em grande parte do Roussillon (sul da França), em Andorra, na região de Valência, nas ilhas Baleares e na cidade de Alghero (Sardenha), situada a meia distância entre a Catalunha e Nápoles, que fizeram parte de um estado único medieval.

Área galo-românica

Três línguas românicas diferentes são faladas em França:

Francês a) Descende da *langue d'oïl* medieval, formada a partir do *francien*, dialecto da Île de France. São dialectos do francês, entre outros, os seguintes: *berrichon* (Berry, Maciço Central), *poitevin* (Poitou), *saintongeais* (Saintonge, norte de Bordéus), *vendéen* (Vendeia, na foz do Loire), *normando* (na costa de Normandia até à foz do Sena, e em algumas ilhas do Canal da Mancha), *picardo* (Picardia, ao norte e este da Normandia), *valão* (falado principalmente na zona belga de expressão francesa, a Valónia), *loreno* (falado na província de Lorena).

b) Fora do território de França, variedades do francês são faladas em parte da Bélgica, no Luxemburgo, em parte da Suíça e no Mónaco.

c) Fora da Europa, os dialectos canadianos (Québec principalmente) constituem o mais importante núcleo de língua francesa. Nos Estados Unidos, o francês é falado em áreas do Missouri e da Louisiana. Também no Haiti e nas colónias francesas das Caraíbas, bem como em antigas colónias de África e da Polinésia, se fala francês.

Provençal O provençal antigo ou *langue d'oc* foi a língua da poesia trovadoresca provençal (sécs. XI-XIV) e dominou todo o território ao sul do Loire, depois invadido progressivamente pelo francês. Os principais dialectos modernos são o *mistralien* (Riviera francesa e vale do Ródano), assim designado devido às obras do poeta e lexicógrafo Frédéric Mistral (1830-1914), e o *occitano* (Languedoc).

Franco-provençal Grupo de dialectos do sudeste da França (Jura, Dauphiné, Sabóia), mas também da Suíça ocidental (Genebra, Neuchâtel, Valais) e do norte de Itália (Piemonte e Val d'Aosta), que não têm variedade padrão, nem expressão literária, sendo apenas unificados por algumas isoglossas que os diferenciam das outras línguas galo-românicas.

Área reto-românica

As características geográficas das regiões ocupadas por este grupo foram decisivas para a sua grande diversificação, ainda que

seja reduzido o número de falantes (aprox. 40.000). Divide-se em três variedades: *romansh*, falado na região dos Grisões e no cantão de Ticino, na Suíça; *ladino*, no Tirol do Sul; *friulano*, noroeste de Itália, que tem sido, desde a Idade Média, uma língua literária.

Área italo-românica

Não obstante a grande riqueza dos dialectos italianos, falados na Itália e nas ilhas de Córsega e Sardenha, observa-se actualmente uma certa unidade em torno do *toscano*, o dialecto de maior prestígio literário desde a Idade Média (Dante, Boccaccio, Petrarca). Este dialecto, oriundo da região de Florença, foi adoptado como língua padrão no séc. XIX e a ele se associa a designação moderna de *italiano*.

Italiano Reconhecem-se três grupos de dialectos muito diferenciados:

a) Setentrional, que inclui: *piemontês*, que convive no Piemonte com o provençal e o franco-provençal; *lombardo* (Lombardia e Ticino, na Suíça); *ligure*, Génova e Riviera italiana); *veneziano* (Veneza); *emiliano*, falado na região de Piacenza até Ravenna e na região entre o Pó, os Apeninos e o Adriático.

b) Central, que inclui: *marchigiano* (Marche, na costa do Adriático); *toscano*, falado na Toscânia; *corso* (Córsega); *úmbrico*, (vale do Tibre); dialectos do Lácio, incluindo o *romano*.

c) Meridional, que inclui: *abruzzese* (montes Abruzzi); *campaniano* (Campânia); *apuliano* (Apúlia); *luciano* (Lucânia); *calabrês* (Calábria); *siciliano* (Sicília).

Sardo

Considerado, até estudos recentes, como um dialecto «degenerado» do grupo italiano, reconhece-se a sua unicidade dentro da família românica, mas enfrenta a concorrência do italiano padrão. Não apresenta uma variedade padrão, da mesma forma que não possui tradição literária. A variedade mais conservadora, conhecida como *logudorês*, é falada na região central da Sardenha, o Logudoro.

Área balcano-românica

Romeno Língua oficial da Roménia, baseia-se na língua da região de Bucareste; outras variedades são o *moldavo* (Bessarábia, em território russo), que usa alfabeto cirílico; *daco-romeno*, falado na Roménia e em áreas fronteiriças de Bulgária, Jugoslávia, Hungria e Rússia.

5.3 Fenómenos de mudança pan-românicos

Esta diversidade de línguas derivadas do latim vulgar, e as prevenções quanto à sua diversidade interna, não significam que a passagem do romano ao românico tenha sido um processo desordenado e dispersivo. Certas mudanças, que muito cedo chamaram a atenção dos linguistas, ocorreram de forma consistente e homóloga em todas ou quase todas as línguas românicas, traduzindo movimentos que tiveram início muito cedo, ainda dentro do latim vulgar, e por isso se repercutiram nas línguas dele resultantes. São os chamados fenómenos pan-românicos, que Friedrich Diez, um dos primeiros romanistas, estudou. Segundo ele, todas as línguas românicas se marcam pelas seguintes inovações comuns (Várvaro, 1988: 48):

1. Todas usam como artigo derivados do pron. *ille* (sardo e balearico conservam *ipse*)
2. Todas usam *de* e *a* com a função de preposições casuais
3. Todas formam a comparação com os advs. *plus* ou *magis*
4. Todas conjugam com os mesmos auxiliares, derivados de *esse*, *habere*, *tenere* (it. *sono venuto*, cast. *he venido*, port. *tenho vindo*)
5. Todas marcam as pessoas verbais por meio de pronomes pessoais (no caso do francês, obrigatoriamente)
6. Todas formam um novo futuro a partir de *habere* (mas rom. *vouu cînta* < *voleo cantare*, sardo *deppo cantare* < *debeo cantare*, romansch *jeu végnel a cantar* < *venio ad cantare*)

7. Todas formam advérbios com *mente*

8. Todas usam prefixos e sufixos estranhos ao latim.

5.4 Posição do português

No conjunto das línguas românicas, o português distingue-se como uma língua que ao mesmo tempo possui traços muito inovadores e traços de grande conservadorismo. Baldinger (1972: 16-21) observa que o castelhano se distingue por uma série de particularidades fonéticas das duas línguas vizinhas (o português e o catalão), as quais são mais próximas entre si do que com a língua que as separa:

	<i>latim</i>	<i>cast.</i>	<i>port., catal.</i>
CT	octo	ocho	oito, vuit
G-, J-	januariu	enero	janeiro, gener
F-	filiu	hijo	filho, fill
Ē	petra	piedra	pedra, pedra
Ō	horta	huerta	horta, horta

Pareceria, assim, que a Península Ibérica oferecia uma base de conservação românica, apenas quebrada na sua área central pelas inovações do castelhano (F > h, Ō > we, AI, EI > e). O português, único que conserva traços arcaicos como os ditongos *ei* e *ou*, confirmaria plenamente essa descrição se não acontecesse que também tem inovações próprias, muito acentuadas, o que leva Baldinger (1972: 21) a perguntar:

Como podem explicar-se estas duas revolucionárias inovações, a perda de Ñ e de L intervocálicos em português, e ao mesmo tempo traços conservadores tão típicos do português como a manutenção de *ei* e *ou*, ou tão discutidos como o infinitivo pessoal?

A resposta terá de ser procurada no comportamento do latim vulgar falado na área inicial do galego-português.

5.5 Latim vulgar

Joseph Herman define **latim vulgar** como «a língua falada pelas camadas pouco influenciadas ou não influenciadas pelo ensino escolar e pelos modelos literários» (Herman, 1975: 16ss). Esta definição, como assinala, deve ser complementada:

a) *Limites temporais*: Se o latim vulgar é a língua falada pelos falantes pouco influenciados pela tradição literária, então é possível falar dele a partir do momento em que a dita tradição escrita aparece com força, ou seja, desde o último século da República romana. Porém, informações sistemáticas e relativamente numerosas sobre o latim vulgar só começam no séc. I da nossa era. Quanto ao seu termo, é difícil estabelecer uma data comum a toda a România, mas é de admitir que com a quebra do sistema educativo romano, acelerada a partir do séc. V e coincidindo com as invasões bárbaras, se tenha aberto uma brecha difícil de colmatar entre a língua falada e o latim escrito. Este afastamento foi reconhecido pelos difusores do cristianismo, como mostra Santo Agostinho (sécs. IV-V): «Melius est reprehendant nos grammatici quam non intelligent populi» (Mais vale que nos repreendam os gramáticos que não nos entendam os povos). Com o concílio de Tours (813), o latim fica relegado quase definitivamente para a posição de língua escrita, deixando o plano da oralidade à «rustica romana lingua»:

... ut easdem omelias quisque aperte transferre studeat in rusticam romanam linguam aut thiotiscam, quo facilius cuncti possint intellegere quae dicuntur.

(... que alguém se ocupe de trasladar as homilias para a língua rústica romana ou teutónica, de modo a que todos possam com mais facilidade compreender o que é dito).

b) *Fontes*: Sendo, por definição, o latim vulgar uma língua falada, não é completamente correcto falar de *texto vulgar*. Não existe propriamente uma literatura em latim vulgar, mas sim textos muito influenciados por ele, ora deliberadamente (caso dos escritores de

comédias, que pretendem retratar modos populares de falar, para melhor caracterizar as personagens) ora sem consciência (caso de textos escritos sem preocupações literárias ou cultas, por pessoas de formação prática).

A esses textos dá-se tradicionalmente o nome de *fontes do latim vulgar*. Podem ser de diversos tipos: obras gramaticais (como o *Appendix Probi*, lista de erros frequentes e respectiva correcção), inscrições monumentais (mas também *graffiti* das paredes de Pompeia), cartas pessoais, obras técnicas (tratados de veterinária, botânica, etc.), obras literárias (como o *Satyricon* de Petrónio ou o teatro de Plauto, em que modos de falar das classes baixas são imitados).

O latim vulgar, com as suas características, não poderia ser uma língua estável e homogénea. Não só evoluiu no tempo, de modo que a língua falada no tempo de César não o era no fim do Império, como possuía importantes variações regionais, assim como diferentes estilos e níveis de linguagem.

É, assim, um latim vulgar internamente dividido que, uma vez cessada a força centralizadora e unificadora de Roma, se irá compartimentar em numerosas unidades menores, que evoluiriam de costas voltadas umas para as outras durante os primeiros séculos da Idade Média.

5.6 Diferenciação do latim vulgar

Duas ordens de factores extra-linguísticos contribuíram para a diferenciação do latim vulgar, ou seja, para o reforço e consolidação das suas variedades regionais:

a) Factores de ordem histórica, congregados em torno do conceito de **romanização**, definido como o processo de instalação da civilização e da língua de Roma nos territórios conquistados e integrados no Império: a cronologia do processo de romanização, os agentes dessa romanização, os centros difusores de inovações.

b) Factores de ordem linguística não-latina, vindos das línguas que entraram em contacto com o latim exportado por Roma e que perante ele recuaram ou totalmente desapareceram, deixando ficar algumas marcas. Deve distinguir-se entre as línguas pré-romanas, que foram desalojadas pelo processo de romanização (línguas de

substrato) e as línguas transportadas para território romanizado, onde não vingaram (línguas de *superstrato*).

5.6.1 Cronologia da romanização

A criação do Império Romano foi uma tarefa de mais de cinco séculos.

iniais do séc. III a.C.: Roma dominava toda a Península Itálica e as grandes ilhas do Mediterrâneo ocidental: Sicília, Sardenha, Córsega.

séc. II a. C.: chegou a vez da Península Ibérica, da parte ocidental dos Balcãs (Dalmácia), da Grécia e de uma grande parte do norte de África e da Ásia Menor.

iniais do mesmo século: Roma conquistava o norte de Itália (Gália Cisalpina) e o sul da França, isto é, a província chamada mais tarde Gallia Narbonensis, ou Gália Transalpina.

durante o séc. I a.C., Roma estendeu o seu poder por todo o resto da Gália, sobre o Egipto e sobre o sul da Suíça e da Áustria actuais.

durante o séc. I d. C., foi a vez da Panónia (Hungria actual), das regiões ocidentais do norte de África e da Inglaterra (Britannia).

98-117 d.C.: Trajano (além das efémeras conquistas orientais, completa o quadro do que viria a ser a posterior România com a conquista da Dácia, correspondendo actualmente à Roménia.

O latim levado à Sardenha no ano 238 a.C. era essencialmente diferente do levado, por exemplo, à Gália no ano 50 a.C., e ainda mais do levado à Dácia em 107 d. C. Assim, os colonizadores da Sardenha e da Hispânia falavam um tipo de latim que mais arcaico que o dos colonizadores da Gália ou da Dácia. Desse modo, o sardo devia ser a língua românica mais arcaizante, e o italiano a mais inovadora; pois as inovações do latim sempre atingiram a Itália, mas não a Sardenha nem a Hispânia.

5.6.2

De que maneira afectou a cronologia de romanização a formação das línguas ibero-românicas, e particularmente a do português?

A ocupação da Hispânia foi uma empresa difícil, que durou uns prolongados 200 anos. Primeiramente foi ocupada a costa catalã: Ampúrias (218 a.C.) e Tarragona. Seguiu-se a ocupação de Sagunto (215) e de Cartagena (208), mais para sul. Em 206 a.C. foi fundada Itálica (perto de Sevilha), o que culminou a ocupação da parte meridional da Península, concluída em apenas doze anos. Nas terras do centro, a conquista demorou muito mais: foram precisos dois séculos para pacificar o NW (campanha de Júlio César em 61 a.C., campanha de Augusto em 27 d. C.).

A esta cronologia se tem atribuído o carácter conservador do latim hispânico, embora para tal tenham concorrido outros factores, como a sua posição periférica e de difícil acesso em relação à Urbe, principal centro difusor das inovações, como o tipo de romanização – muito intensa e pacífica no sul – e como a considerável distanciação linguística entre o latim e as línguas pré-romanas.

Um facto surpreendente é o intervalo muito longo que medeia entre a pacificação do NW, sob o imperador Augusto, e a sua ascensão ao estatuto de província autónoma, que só ocorreu no tempo do imperador Caracalla (216 d.C.). Então, a região recebeu o nome de Gallaecia et Asturica, por ser povoada antes da romanização por galécios e ástures. Até à sua declaração como província, o NW dependia administrativamente da província Tarraconense, mas é de supor que o seu isolamento tenha sido responsável pela tardia chegada das instituições civilizacionais.

Este facto tem segura relevância linguística. A tardia implantação do latim entre as populações prolongou a vida das línguas pré-romanas, sobretudo em comparação com o que acontecera na Bética. Aí, a romanização foi tão rápida e completa que o historiador Estrabão pôde comentar, no séc. I d. C., que as populações locais quase se não distinguiam dos cidadãos romanos, e já tinham esquecido a sua língua. A sobrevivência, na Gallaecia, e em todo o norte peninsular, das línguas pré-romanas até pouco antes de ter tido início a desagregação do império criou condições para que o latim local fosse submetido a fortes pressões inovadoras de substrato, sem ter tido tempo de sedimentar.

5.6.3 Tipo de romanização

A romanização da Península Ibérica definiu duas grandes regiões: a Hispânia Ulterior (Bética e Lusitânia) e a Hispânia Citerior (Tarracense). Contrastavam fortemente os tipos de romanização desenvolvidos nessas províncias.

Na Bética, isolada e culta, falava-se um latim mais conservador, mais purista. Pelo contrário, a Tarracense oriental era rota obrigatória de legionários, colonos e mercadores: é natural que a língua fosse menos cuidada, com maior número de neologismos e estrangeirismos. Com o avanço da romanização, os centros urbanos do ocidente da Península – Mérida, Évora, Braga e Astorga – receberam com muita probabilidade o latim culto da Bética, enquanto na Tarracense se difundiam alguns traços inovadores que não são encontrados no sul nem no oeste: reduções do tipo AI > e, AU > o, MB > m, ND > n, que marcam as línguas depois desenvolvidas na Catalunha, em Aragão e em Castela-a-Velha (Burgos).

A partir do séc. III d.C., o Império entrou numa fase de instabilidade política e social que se traduziu em progressiva perda de influência de Roma, enquanto outras regiões do Império se autonomizavam ou tornavam mesmo centros secundários (caso das províncias do norte de África). A circulação de pessoas diminuiu. Instituições fundamentais para a unidade linguística, como o ensino oficial, entraram em crise, acabando por desaparecer na Gália no séc. IV (na Hispânia, o ensino oficial manteve-se até ao séc. VIII, o que significa que resistiu a todo o período germânico). E a tendência para a promoção dos falares locais foi reforçada pela orientação linguística do cristianismo, que se achava em plena expansão no ocidente.

5.7 Substrato

Um caso que ilustra bem o modo como uma língua de substrato pode contribuir para a definição dos vários romances encontra-se no comportamento do F- inicial latino em castelhano:

FARINA > *barina*

FILIU > *hijo*

Este fenómeno é profundamente caracterizador, porque se regista em quase todas as palavras iniciadas por F-, e raro, porque se verifica numa única língua, para lá de casos esporádicos em dialectos italianos. No princípio, esta tendência foi atribuída ao substrato ibérico, mas hoje sabe-se que só se pode falar com exactidão da presença ibérica no Levante peninsular, área da língua catalã em que a consoante se conserva (FOLIA > *fulla*). Deve antes relacionar-se o fenómeno com outro substrato, o basco. De facto, no basco actual não existe a fricatividade como traço distintivo, não ocorrendo as labiodentais /f/ nem /v/. Nos empréstimos latinos do basco, o /F-/ passa sempre para /b/, /p/, /h/ ou desaparece. Nas áreas mais romanizadas do antigo território ocupado por este povo, que se estendia mais a sul, pela bacia do Ebro, este som de difícil articulação pronunciar-se-ia como uma aspirada, tal como hoje acontece em gascão. Assim, a fricativa labial surda /f/ evoluiu para a labial surda /p^h/, ainda como oclusiva aspirada. Mais tarde /p^h/ perde o traço oclusivo, ficando como aspirada /h/, para acabar por perder totalmente a articulação:

$$F- > p^h > h > \emptyset$$

Se considerarmos agora o facto de o fenómeno estar documentado a partir do séc. IX nos territórios confinantes ao basco (no condado de Castela, na Gasconha < *Vasconia*, na Rioja), resulta muito natural que ele seja atribuído ao substrato basco. Dessas regiões, a queda do F- expandiu-se primeiro para sul, em direcção ao rio Guadalquivir, por volta do ano 1300; depois abriu em leque, cobrindo as áreas do aragonês, a leste, e do leonês, a oeste. A expansão do fenómeno linguístico corresponde assim à do próprio castelhano.

Na língua escrita, *f* conservou-se muito mais tempo, só vindo a actualizar-se a grafia com Nebrija (1492). A edição da *Celestina* de 1495 ainda mantinha o *f*; dois anos mais tarde, a mesma obra já acusava o domínio do *h*.

5.8 Superstrato

O superstrato da România ocidental é fornecido exclusivamente

pelas línguas germânicas. As línguas dos francos, dos burgundos, dos longobardos comunicaram ao latim vocábulos (sobretudo nomes próprios) e influenciaram a fonética e a gramática latinas. Na Península Ibérica, os godos e os suevos apenas influenciaram o onomástico. Na România oriental, o superstrato foi o eslavo, que em algumas zonas se impôs como língua principal, reduzindo o latim a substrato.

Na Península Ibérica, os únicos povos germânicos que, pela duração e relativa estabilidade da sua permanência, mantiveram com a população hispano-romana contactos linguísticos que poderiam enquadrar-se no tipo do superstrato, foram os suevos e os visigodos.

Os suevos, provenientes da Germânia ocidental, já se encontravam em 411 na Península, onde constituíram um reino cujas linhas correspondiam aproximadamente à província da Gallaecia et Asturica. Com capital em Braga, este reino foi conquistado pelos visigodos em 574, mas mesmo assim os suevos «conservaram até fins do domínio visigótico uma certa autonomia». A influência da sua língua sobre o português é irrelevante, como acentua Baldinger:

Apesar do grande número de elementos germânicos na toponímia, procedentes na totalidade de antropónimos germânicos e limitados quase exclusivamente à área galego-portuguesa (Piel), a investigação das repercussões do domínio suevo... quase não confirmaria, provalmente, a presença digna de nota de uma influência dos suevos sobre o galego-português. (Baldinger, 1972: 169-170).

Com muitas reservas, Baldinger admite que se devam à língua dos suevos algumas palavras como gal. e port. *laverca* (alondra), *broa* (cast. *borona*), port. *britar* (verbo muito frequente na Idade Média, depois substituído por *quebrar* e presente residualmente em *brita* «cascalho», *britadeira* e *azeitona britada*), *trigar* (port. ant. «enfurecer»), ou o gal. *lobio* («folha de parra»).

Tiveram, no entanto, os suevos um papel decisivo na diferenciação das línguas ibero-românicas ocidentais, papel que nada tem a ver com efeitos de superstrato: assegurando o relativo isolamento do ângulo NW da Península durante século e meio (ou mesmo durante os três séculos de ocupação germânica), eles forneceram

um quadro social propício ao desenvolvimento, aí, de tendências evolutivas particulares que já se manifestavam no período romano e que tinham a ver, muito provavelmente, com efeitos de substrato. Se as quedas de -L- e -N- intervocálicos e a convergência dos grupos iniciais PL-, CL-, FL- para a africada palatal são características do romance galego-português, isso deve-se ao facto de terem surgido num território politicamente isolado durante um período crucial – os dois ou três séculos imediatos ao desmembrar do Império Romano:

A romanização tardia, e débil, concedeu maior campo de acção aos influxos pré-romanos, favorecidos pela autonomia do Noroeste, que se prolongou sob o domínio suevo. (Baldinger, 1972: 220-1).

É igualmente no léxico que se sente algum efeito de superstrato visigodo. Os visigodos estavam já muito romanizados e falariam maioritariamente latim quando entraram, relativamente tarde, na Península. Tendo instalado um reino no sul da Gália, com capital em Toulouse, foram dele expulsos em 507. Depois disso é que invadiram a Península, que dominariam até à entrada dos árabes em 711. Como observa Serafim da Silva Neto,

influência dos visigodos – imponderável na fonética e demais partes da gramática, nula no que diz respeito à fixação de limites linguísticos – restringiu-se na adoção de empréstimos vocabulares. (Silva Neto, 1957: 321).

Pertencem esses empréstimos a duas categorias: nomes próprios de pessoa (antropónimos) e de lugar (topónimos), e nomes comuns pertencentes a alguns campos semânticos (guerra, administração, etc.). Há que advertir, contudo, que nem todos os germanismos do português se podem, em rigor, considerar como devidos ao superstrato visigodo: como os contactos entre germanos e romanos tiveram início muito cedo, o latim vulgar acolheu ele próprio numerosos germanismos, que transmitiu às várias províncias, sem interferência, portanto, dos invasores germânicos posteriores. Estão neste caso germanismos presentes em línguas românicas não peninsulares (Lapesa, 1986: 112ss.):

germ. SAIPO > lat. SAPONE > port. *sabão*, cast. *jabón*, fr. *savon*, it. *sapone*

germ. BURGS > lat. BURGUS > port. *burgo*, etc.

germ. WERRA > lat. GUERRA (por BELLUM) > fr. *guerre*, port., cast., it. *guerra*

Destes germanismos podem separar-se outros que, por não ocorrerem fora da Península Ibérica, pode imaginar-se terem sido trazidos pelos visigodos, constituindo assim verdadeiras formas de superstrato: SKANKJA (*escanção*), SPAIHA (*espia*), RAUPA (*roupa*), FAT (*fato*), LOFA (*luva*), SPITUS (*espeto*), RUKKA (*roca*), GANS (*ganso*), GANO (*gana*).

Por outro lado, vamos encontrar grande quantidade de germanismos na antroponímia peninsular: *Alvaro*, *Fernando*, *Afonso*, *Rodrigo* (> Rui), *Elvira*, *Gonçalo*, *Raúl*, são dos mais frequentes ainda hoje. A maior concentração de toponímia germânica encontra-se no norte da Península, região que, no entanto, não foi especialmente habitada por visigodos. A explicação do facto é simples: a maior parte desses topónimos deriva dos nomes dos possesores das terras, nobres godos refugiados da invasão muçulmana nas montanhas do norte e daí tendo lançado o movimento da Reconquista. Pode assim dizer-se que a camada toponímica germânica do norte de Portugal, Galiza e Espanha foi aí instalada pela nobreza do séc. IX. *Guimarães* (< VIMARANIS) deriva do nome do conde portucalese Vimara Peres, *Gondomar* de GUNDEMARI, *Sendim* de SENDINI.

6 Formação de um espaço nacional para a língua portuguesa

6.1 Mapa da Península no séc. VIII

Que aspecto teria o mapa linguístico da Península Ibérica no início do séc. VIII, pouco antes da invasão muçulmana? Nesse momento, o latim vulgar que era falado em quase todo o espaço peninsular (exceptuadas apenas, provavelmente, as Vascongadas) já se encontrava compartimentado linguisticamente, embora menos vincadamente que em outras regiões da România. O carácter conservador do latim da Hispânia Ulterior desde muito cedo estabeleceu uma distinção entre norte e sul da Península: enquanto o latim

das províncias meridionais, longamente alicerçado, se mantinha com pouca evolução, o latim do norte (Tarraconense) revelava-se mais aberto a inovações e viria a modificar-se mais profundamente por influência das línguas de substrato.

Bastaria isto para se esperar que, ao começar do séc. VIII, a Península estivesse dividida em dois romances – um setentrional e um meridional –, mesmo que no plano político o estado (visigodo) fosse um único. Essa grande divisão existiu e, de certo modo, pode dizer-se que ainda não desapareceu dos dialectos e dos modos de viver e pensar dos povos peninsulares. Mas o mapa era, já então, bastante mais complexo.

No norte, caminhando de ocidente para oriente, já se podia reconhecer um romance a despontar na região que viria a chamar-se galego-portuguesa, separado de um outro romance na futura região asturo-leonesa, que não se confundiria com aqueloutro que nascia dos contactos entre o latim e o basco nos Cantábricos e nos Pireneus ocidentais (ou seja, o futuro castelhano). Mais a oriente, o aragonês e o catalão despontavam como entidades linguisticamente autónomas. É possível que os contornos destes romances nascentes e as suas linhas de separação não fossem muito vincados e que, de um extremo ao outro, o aspecto fosse o de um *continuum* linguístico gradualmente diferenciado. Achavam-se, em todo o caso, feitas as opções linguísticas que viriam a constituir cada uma das línguas nacionais que tiveram berço no norte da Península.

E no centro e sul? À semelhança do que acontecia na faixa norte, é de esperar que várias regiões proto-nacionais, com variedades românicas próprias, estivessem em formação, senão nos largos espaços interiores desde sempre desertos, pelo menos nas províncias litorâneas. Mas o mapa que estaria a ser definido foi completamente obliterado pela invasão muçulmana e só voltaria a ser redesenhado, com novas premissas, nos séculos da Reconquista. Assim, aquilo que no centro e sul da Península se contrapõe à faixa de pequenas nacionalidades setentrionais é um vasto território unificado pelo domínio muçulmano, o Andaluz. Durante uma primeira fase (séc. VIII e seguintes), aí convivem amenamente diversos grupos sociais muito diferenciados entre si [Valdeavellano 1977, 224]:

- a) os *baladiyyim*, os árabes instalados na Península, mas provenientes da Arábia, senhores tanto aqui quanto no norte de África;
- b) os *mouros* ou bereberes, habitantes antigos da Mauritânia, eles próprios conquistados pelos árabes e parcialmente islamizados;
- c) os *muwalladim*, hispano-godos convertidos ao islamismo, que gozavam de estatuto equivalente aos *baladiyyim*, de quem tomavam os costumes, os trajes, os nomes, a religião e a língua;
- d) os *moçárabes*, hispano-godos ou hispano-romanos submetidos ao domínio muçulmano, mas não assimilados; viviam em comunidades separadas, dispunham de instituições e autoridades próprias e conservavam as suas línguas romances;
- e) os *judeus*, que dispunham de direitos iguais aos moçárabes (tanto a comunidade hebraica como a cristã eram vistas pelos muçulmanos como «povos do Livro», isto é a Bíblia).

Os romances centrais e meridionais, que vislumbramos através de pequenos textos poéticos tardiamente escritos (as *hardjas*), pouco futuro tiveram e nenhum deles chegou até nós. No início da ocupação, sobreviveram como língua das comunidades moçárabes; foram depois progressivamente interferidos pelo árabe; não é seguro que a Reconquista os tenha encontrado com alguma vitalidade mas, se sim, os romances setentrionais transplantados para os territórios reconquistados encarregaram-se de os aniquilar definitivamente. Os dialectos modernos do sul (mas descendentes dos romances da Reconquista) guardam, no seu interior, alguns vestígios desses romances: moçárabe *avelaneira* frente a gal.-port. *aveleira*.

6.2 Romance moçárabe

É sem dúvida falseadora, por ignorar as compartimentações regionais anteriores ao séc. VIII, a caracterização do moçárabe como uma única língua. Os traços que se lhe atribuem talvez não coexistissem em nenhuma daquelas compartimentações e são, quase sempre, traços que opõem o moçárabe aos romances do norte. Daí, a sua caracterização pela negativa.

O moçárabe, ao contrário do castelhano, não perdeu o F- inicial latino (*filio*), nem o G- inicial latino antes de vogal palatal (*germanella*). Ao contrário do galego-português, não perdeu -N- e -L- intervocálicos (*abyenu, contenir, doler*).

Estes comportamentos, que definem o moçárabe como mais conservador que qualquer dos romances do norte, prepararam-nos para surpreendentes arcaísmos como:

- a) a preservação do grupo inicial PL- (*plantain*), como em catalão (*plantatge*) e aragonês (*plantaina*), mas não como os romances ocidentais e centrais (port. *chantagem*, castelhano *llantén*);
- b) a preservação do -T final latino (sonorizado em -d) nas formas verbais da 3.ª pessoa (*sanarad*);
- c) a preservação de -E final depois de consoante líquida (*male, amore, dormire, velare*);
- d) a não sonorização de surdas intervocálicas (*lupayra, boyata*), embora este último caso possa ser interpretado como mera latinização gráfica.

Também no plano lexical o moçárabe se revela descendente directo do latim arcaizante da Bética, conservando palavras como *madrana* (madrugada) ou *garrir* (dizer).

Pode concluir-se que o romance moçárabe era a língua peninsular menos evoluída em relação ao latim, por aí se aproximando mais do português que do castelhano. Como nota Pidal, «tal como o galego-português e o leonês são dialectos muito arcaizantes, assim o era o moçárabe, e ainda mais do que eles» (Pidal 1926: 433). Isto explica-se em parte pelo tipo de latim que lhe serviu de base e em parte pelas condições em que sobreviveu sob o domínio muçulmano, «estancado na sua evolução, coibido pelo árabe, relegado à intimidade doméstica.» Não admira, pois, que «se conservasse quase no estado em que se achava na queda da monarquia visigoda» (Pidal 1926: 434).

Conhecemos o moçárabe, como é normal no caso de línguas desaparecidas, através de documentação escrita, de toponímia e de palavras soltas conservadas nos dialectos meridionais. A fonte escrita mais importante para o conhecimento do moçárabe é constituída pelas *hardjas*, fragmentos poéticos de 2 a 4 versos, pertencendo

centes a uma lírica oral tradicional decerto muito antiga na Península (e de que uma outra manifestação se encontra nas cantigas de amigo galego-portuguesas). Esses fragmentos românicos foram utilizados por poetas árabes e judeus dos sécs. XI a XIII para remate do *muwashshab*, longo poema narrativo de origem peninsular que, segundo os tratados de poética, devia ter uma conclusão surpreendente e incompreensível. O recurso a tais fragmentos líricos em moçárabe pareceria satisfazer tal requisito.

Para ilustrar o partido que se pode tirar do texto das *barǧas* na reconstituição do rnoçárabe, e também as dificuldades que isso apresenta, veja-se um caso (Heger 1960: 65-67). É uma pequena quadra heptassilábica, colocada pelo poeta judeu Yehuda Halevi no final de um *muwashshab* em que uma donzela confessa o seu amor perante as companheiras. Dámaso Alonso leu-a assim:

Garid vos, ay yermanelas,
com' contener é meu mali?
Sin el habib non vivreyu
ed volarei demandari.
(*Dixei vós, ai (minhas) irmãzinhas: como hei de conter o meu mal? Sem o (meu) amigo não viverei e voarei a procurá-lo.*)

Stern, por seu turno, leu o poema de modo diferente, especialmente quanto à sintaxe do v. 2 e ao verso *advolare*, v. 4:

Garid vos ay yermanellas
com contenir a meu male
Sin al-habib non vivireyu
advolaray demandare.
(*Dixei vós, ..., como conter o meu mal. Sem o (meu) amigo não viverei. Voarei a procurá-lo.*)

Posteriormente, um outro autor, Borello, sugeriu uma leitura imaginativa para o v.4:

ad ob l'irey demandari
(Aonde o irei procurar?)

A toponímia tem o especial interesse de demonstrar a manutenção ininterrupta de povoados de fundação e nome romanos. To-

pónimos do sul como *Mértola* (< MIRTULA), *Baselga* (< BASILICA), *Molino*, ao lado de *Moinho* no norte, *Madroneira*, ao lado de *Madroeira* no Ribatejo, são reconhecidamente moçarabismos, pois conservam -L- ou -N- intervocálicos, o que exclui a possibilidade de terem sido instituídos pelos reconquistadores galego-portugueses. Herculano de Carvalho reuniu topónimos deste tipo que provam uma ocupação moçárabe duradoura quase até ao Mondego (Carvalho 1959).

6.3 Área inicial do galego-português

Significa isto que o rio Mondego serviu de fronteira entre o romance galego-português primitivo e o romance centro-meridional conservado pelos moçárabes? Talvez não: a ausência de topónimos moçárabes a norte desse rio (ou a sua não descoberta) não prova necessariamente que ele tenha sido o limite sul do galego-português, na sua fase inicial.

J. M. Piel inclina-se mais para a ria de Aveiro e o curso do rio Vouga, que nela desagua (Piel 1975). Para Piel, o território em que nasceu e se desenvolveu o romance galego-português é a Gallaecia Magna, ou Maior, cujos dialectos, no plano fonético e no lexical, apresentam de modo praticamente exclusivo as características que ainda hoje individualizam o português e o galego no conjunto das línguas românicas. Constituem-na as actuais províncias portuguesas do Douro Litoral, Minho e ocidente de Trás-os-Montes, quase toda a Galiza (com excepção do oriente da província de Orense) e a parte ocidental da província de Oviedo. De fora fica parte de Trás-os-Montes, a oriente de Vila Real, onde, segundo Pidal, houve povoamento moçárabe até Miranda do Douro.

Segundo uma sua conhecida teoria, reconhecem-se os territórios de ocupação moçárabe (e logo de Reconquista) por possuírem fronteiras políticas e linguísticas não só nítidas como coincidentes. Depois de delimitado um território pela via militar e política, ele é repovoado, havendo a preocupação de colocar novos povoados e fortificações ao longo da fronteira, o que provoca o contacto entre línguas muito diversas que, subitamente, se acham em vizinhança dos dois lados da fronteira. Nos territórios de povoamento antigo, pelo contrário, as fronteiras linguísticas não se apresentam como

linhas nítidas, mas antes como áreas de transição pelas quais diversas isoglossas se dispersam, de modo não coincidente. Como Pidal só observa esta dispersão para norte de Miranda, conclui que a sul o povoamento antigo era moçárabe, tendo sido transfigurado pela Reconquista:

Ao Oeste [da Península] os dialectos primitivos foram conservados pela população até Miranda, isto é, até o Douro e o Tormes. A norte desses rios, os limites dos vários traços característicos do galego-português (outro, cantei, feito, corpo, etc.) não coincidem em uma só linha, mas dispersam-se em várias direcções, uns mais para dentro que outros do território do leonês; e vice-versa, traços leoneses (lluva, etc.) internam-se em território galego. A sul do Douro, os limites dos vários fenómenos característicos do português e do leonês extremenho são coincidentes e reúnem-se todos numa linha única que, em geral, é a mesma que marca a fronteira política de Portugal; trata-se, pois, de uma língua não primitiva, mas emigrada, levada para sul pelos reconquistados. (Pidal 1926: 436)

Para consolidar esta ideia, vejamos como Pidal a coloca em contexto ligeiramente diferente, o das fronteiras entre leonês e castelhano:

Sahagún, na Idade Média, era de fala caracteristicamente leonesa, como provam as escrituras do seu mosteiro; no entanto, o Imperador [Afonso VII] considerou-a como pertencendo ao reino de Castela. Mas a sul do Douro podemos tomar a divisão do Imperador como guia, pois reflecte a Reconquista, que foi a causa determinante dos dialectalismos dessas regiões. Por exemplo, se Plasencia, a oriente da Calçada de Guínea, tivesse sido povoada pelo rei de Castela Afonso VIII, a língua aí implantada seria forçosamente não leonesa. (Pidal, 1906 (1962: 16))

Concluindo, e retomando a questão inicial: não é possível conhecer a distribuição exacta dos romances em formação na Península Ibérica nas vésperas da invasão muçulmana, pois esta (e, depois dela, a Reconquista) alteraram completamente a situação existente no centro e sul da Península. Mas alguma coisa, apesar disso, se pode saber.

Sabe-se, por exemplo, que o norte da Península, que não sofreu tão intensamente os efeitos daquelas guerras, já se encontrava bastante compartimentado. A dispersão de isoglossas que Menéndez Pidal aponta ao norte de Miranda do Douro corresponde a uma zona fronteira muito antiga entre galegos e leoneses, com asturianos a servir de grupo de transição. Idênticas formas de separação existiam já ao longo das cadeias montanhosas do norte da Península, até à Catalunha.

Sabe-se, também, quais eram os limites meridionais da mais ocidental unidade linguística e proto-nacional, a galego-portuguesa. Junto ao mar, manifesta-se a sua influência até ao paralelo de Aveiro, ao vale do rio Vouga. Nesta demarcação, reconhece-se o meio caminho entre o rio Douro, grande fronteira natural que tinha separado as províncias romanas da Gallaecia e da Lusitania, e o rio Mondego, junto ao qual se detêm as marcas toponímicas da presença moçárabe. Caminhando para o interior, o limite meridional da área inicial do galego-português inflecte para norte: abrange Lamego e Vila Real, mas exclui quase toda a Beira Alta e o leste de Trás-os-Montes, territórios que devem, por isso, ser considerados como reconquistados, ao mesmo título que os alentejanos ou algarvios.

A presença de um dialecto leonês em terras de Miranda não se deve a uma invasão de território linguístico galego-português, mas sim de território moçárabe. Se não tivesse havido uma invasão muçulmana da Península e se a história subsequente não tivesse fornecido qualquer outro acontecimento da mesma escala, se o reino visigodo tivesse perdurado e a Península tivesse continuado até hoje como um único estado político — é muito provável que o romance galego-português estivesse contido dentro dos exíguos limites da Galécia Magna e não passasse de um dialecto, integrado com os seus vizinhos em um sistema linguístico maior. O panorama linguístico peninsular não seria muito diferente do francês, com os seus grandes dialectos provinciais, antigos, distintos, mas estáveis e sem perspectivas de autonomização futura dentro do quadro político e social vigente.

Se isso não aconteceu na Península Ibérica, tal se deve à invasão muçulmana, à Reconquista cristã que contra ela reagiu e, principalmente, ao repovoamento dos territórios reconquistados por

populações deslocadas do norte. A Reconquista desenhou de modo quase arbitrário, condicionado apenas pela sorte militar e pelas negociações políticas, um mapa que pouco ou nada tinha a ver com as compartimentações visigóticas. E que poderia ter sido muito diverso do actual: bastava que as armas vencedoras tivessem sido outras. Se as cinco unidades originárias da Reconquista (galego-portuguesa, leonesa, castelhana, aragonesa e catalã) se tivessem limitado a ocupar os territórios árabes que lhes ficavam directamente a sul, o mapa político peninsular teria hoje um aspecto zebraado, com cinco estados longos e estreitos, dispostos paralelamente de norte a sul (à semelhança de Portugal).

Se contemplarmos o **Mapa 1**, que mostra o estado da Reconquista em 930, bem avançada até ao Mondego no ocidente e com Castela, em tempos do conde autonomista Fernán González, a mal esboçar uma expansão lateral que prejudicava Aragão, poderíamos admitir que então ainda era possível aquela progressão ordenada e igual dos cinco estados em direcção a sul.

O mesmo se poderia dizer século e meio mais tarde (**Mapa 2**): no tempo do rei Afonso VI de Leão, a Reconquista pouco avançara, tendo-se limitado a recuperar de sérios revezes entretanto ocorridos. No leste, Aragão e Catalunha estavam estacionários, enquanto no ocidente a fronteira não ultrapassava ainda o Mondego. Mas adivinhava-se na expansão castelhana o início da abertura em leque que a viria a caracterizar: Castela reconquistou não só o «seu» sul, mas também o dos estados vizinhos, barrando-lhes o crescimento, como prelúdio a absorvê-los politicamente. É o que revelam os **Mapas 3 e 4**, correspondentes respectivamente às épocas de D. Sancho I (1200) e de D. Dinis (1300), este de quando o território português estava definitivamente desenhado há já meio século. O que estes mapas não mostram é certas tentativas abortadas de expansão lateral portuguesa: Afonso Henriques deteve fuzadamente uma larga fatia de território leonês e castelhano, polarizado nas cidades de Cáceres e Trujillo, quase a meio caminho de Toledo: se as tivesse conservado, e se tivesse levado por diante o projecto de conquistar Badajoz e Sevilha, todo o sul de Espanha seria português. Mas a inversa podia ter igualmente ocorrido: sabe-se que o rei de Castela Afonso X invocava direitos à reconquista do Algarve, não tendo reconhecido ao efectivo reconquistador,

Afonso III de Portugal, a soberania sobre essa derradeira parcela integrada no território português.

Depreende-se de tudo isto que a fronteira entre Portugal e Espanha, desde o Alto-Douro até ao Algarve, segue um traçado que resulta de compromissos políticos e que não teve em atenção as divisões antigas, políticas, populacionais ou linguísticas. Mas essa fronteira criou um espaço novo, que havia de ser preenchido por repovoadores vindos do norte, galego-portugueses, ou de outras regiões do norte de Espanha e mesmo de França. Foram eles que trouxeram para os territórios reconquistados os seus dialectos de origem e que, com a sua combinação, criaram novos dialectos mais nivelados. É por isso que os dialectos centro-meridionais de hoje ocupam um espaço sensivelmente equivalente ao dos territórios reconquistados.

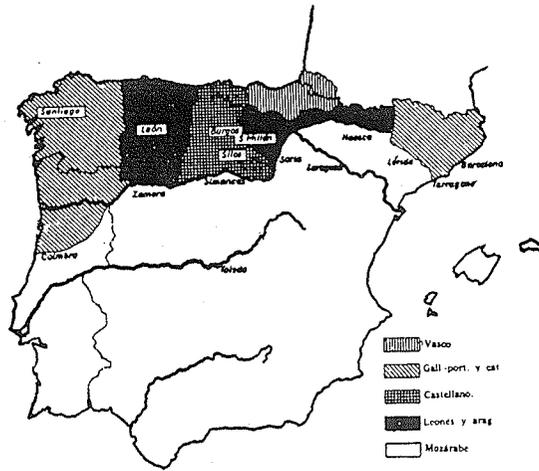
6.4 Povoamento do território

Se é verdade que a sorte das armas e da política condicionou o desenho do espaço que albergaria a língua portuguesa, só com os movimentos de populações deslocadas para os territórios reconquistados dão vida e língua à ocupação. Três tipos, claramente indexados a três épocas sucessivas e a três espaços contíguos, se podem reconhecer no repovoamento que se segue à Reconquista em todo o ocidente da Península, e em virtude do qual se formaria Portugal durante os primeiros reinados (Valdeavellano, 1977: 221-244).

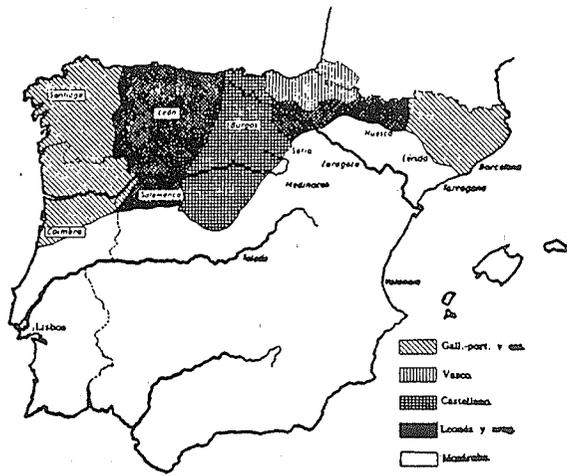
6.4.1 Povoamento particular e monacal

Segue-se à Reconquista asturiana e leonesa que vem, com o imperador Fernando Magno, até ao Mondego e a Salamanca, em meados do séc. XI. Quer isto dizer que se trata do povoamento da Galécia Magna, que fora percorrida e repetidamente devastada pelos invasores muçulmanos, mas nunca por eles ocupada.

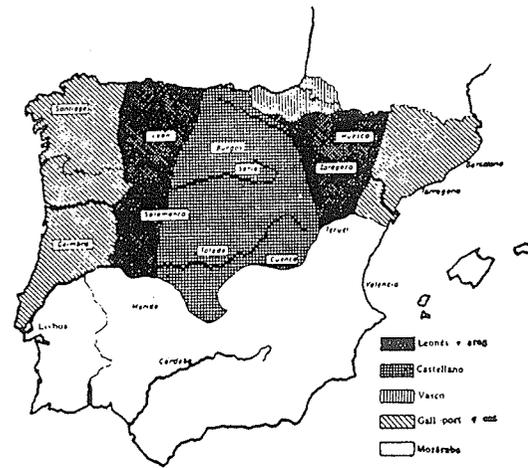
Na Galiza nunca houve solução de continuidade entre a Antiguidade e a Idade Média. Conquistada pelos muçulmanos em 714, deles se libertou em 740. Os antigos habitantes prosseguiram a sua vida milenária. Na Galiza perduraram vivas por muitos séculos tradições sociais, jurídicas e estatais do Império Romano: o regime da terra baseado na servidão



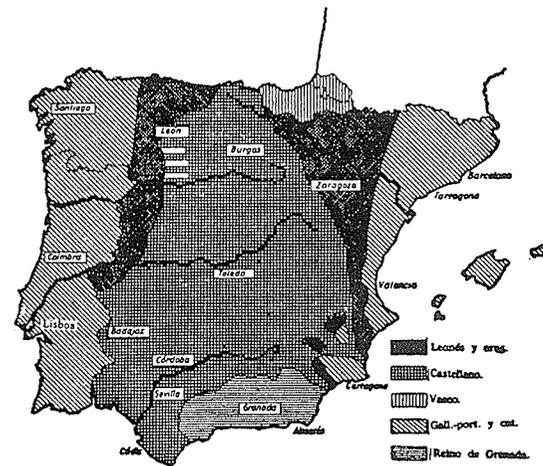
Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3



Mapa 4

e no colonato; o duplo sistema do patrocínio pessoal e territorial – *commendationes* e *incommuniationes*; o lento declínio dos *privati* ou possesores; as práticas *manumissiones* – ainda no séc. X os *libertos* eram formalmente convertidos em cidadãos romanos; a articulação tributária da época tardia imperial; algumas instituições de direito privado e de direito processual romano. A Galiza foi a zona mais conservadora de toda a Península. Nela existiram até ontem tipos de casas circulares que porventura já tinham encontrado os invasores celtas (Sánchez Albornoz, cit. em Otero, 1971: 95ss).

Em território de habitação permanente e antiga, o povoamento consiste na ocupação de terras incultas ou devolutas e no adensamento da rede demográfica, dispersa e baseada na propriedade minifundial. Os particulares ocupavam livremente as terras ermas (*bona vacantia*), pertencentes segundo o direito visigótico ao rei, mas que este atribuía aos povoadores em presúria; a unidade residencial típica era o *casal*. Entretanto, presbíteros ou comunidades regulares procuravam a doação de propriedades para instalar templos e casas religiosas, em torno das quais pequenas povoações (*vilas*) não demorariam a surgir.

A parte sul deste território, que viria a albergar o condado portucalense, não teve nome próprio até ao séc. IX, indício de falta de identidade dentro do reino de Galiza. Aquilo que em 883 não passava de «confins da província da Galiza» (*extremi fines provincie Galicie*), já era delimitado pelo rio Minho em 909 (*extremi Minii*) e tinha nome em 938 (*Portucale*). Mas só no final do século seguinte, com o conde D. Henrique (1097), passa a ser visto como uma entidade política autónoma – *Portucalensis provincia*.

6.4.2 Povoamento municipal

Corresponde ao reinado de Afonso VI de Leão e, portanto, à instalação do condado portucalense (até séc. XII). No centro da Península, acompanha a conquista de Toledo e do vale do Tejo; em Portugal, respeita à zona central, entre Mondego e Tejo, onde os municípios moçárabes dispunham de terras em seu torno (termo ou alfoz), que distribuíam aos colonos vindos do norte. A par de cidades que, muitas vezes, vinham da época romana, era promovida a fundação de novas povoações, as *póvoas*.

6.4.3 Povoamento das ordens militares

Na fase terminal da Reconquista (sécs. XII-XIII), os reis portugueses repousaram no apoio das ordens militares (Templo, Santiago, etc.), que assumiram a guerra entre o vale do Tejo e o Guadiana. Em troca, recebiam grandes propriedades, cujos direitos de cultivo cediam a colonos seus, sem abdicarem da posse da terra. Este sistema pouco fez por mudar a antiga desertificação das terras do sul, onde o latifúndio era a propriedade típica. Em torno das principais cidades (Évora, Beja), o povoamento municipal foi aplicado.

Viria a ser para o espaço destes dois últimos tipos de povoamento que, graças à transferência dos centros de poder político e económico do Minho para Lisboa, se desenvolveria a partir do final da Idade Média uma norma padronizada e uma língua literária baseada nos dialectos meridionais. Nela veriam os renascentistas a «língua nacional».

Capítulo III
PORTUGUÊS ANTIGO

7 Periodização

7.1 Períodos

É tradicional dividir o tempo das línguas em períodos, à semelhança do que se faz com a história dos povos. Trata-se de uma ilusão útil: ilusão, porque às fronteiras entre os períodos sempre falta fundamentação rigorosa, mas útil, porque com um nome podemos designar uma extensão de séculos, sem obrigação de precisar datas mais exactas. Podemos, assim, usar da periodização, desde que não confiemos demasiado nela.

A história da língua portuguesa tem sido dividida pelos autores com critérios variáveis, como se vê pela seguinte tabela de confronto:

Propostas de periodização da língua portuguesa

Época	Leite de Vasconcelos	Serafim Silva Neto	Pilar Vquez. Cuesta	Lindley Cintra
até s. IX (882)	Pré-histórico	pré-histórico	Pré-literário	Pré-literário
até 1200 (1214-1216)	proto-histórico	proto-histórico		
até 1385-1420	português arcaico	trovadoresco	gal.-português	port. antigo
até 1536-1550		port. comum	port. pré-cláss.	port. médio
até séc. XVIII	português moderno	port. moderno	port. clássico	port. clássico
até séc. XIX-XX			port. moderno	port. moderno

A título de legenda: no ano de 882 foi escrito, em latim, o mais

antigo documento original do futuro território português, a Escriitura da Igreja de Lardosa; os anos de 1214-16 talvez tenham assistido à redacção da *Notícia de Torto*, que pode ser ligeiramente anterior. Como se vê, em ambos os casos o critério é um evento no plano da língua escrita (falível, porque não elimina a possibilidade de documentos mais antigos terem desaparecido); evento a que se recorre com valor quase simbólico, porque ninguém pensa que ele possa ter tido influência sobre a língua então falada por uma população quase totalmente analfabeta. Em contraste, as datas seguintes denotam as grandes transformações se deram em Portugal entre o final da primeira dinastia e a consolidação da dinastia de Avis: as guerras, as passagens da peste negra, a alteração do quadro político, a deslocação para sul dos centros de influência e a entrada em contacto com a cultura do Renascimento são factores que não actuaram apenas na esfera social, mas marcaram claramente a língua. A data de 1536 volta a ser meramente simbólica, nela tendo sido publicada a primeira gramática portuguesa, a de Fernão de Oliveira. As restantes indicações cronológicas são especialmente eloquentes pela sua vaguidade. Dito isto, faremos uso das designações propostas por Lindley Cintra, especialmente as impressas a negrito.

7.2 Ciclos

Muito mais interessante, e próximo da verdade, será encarar a história da língua portuguesa como repartida em duas grandes unidades cíclicas, reflectindo a história da ocupação do território, a formação do estado e os grandes movimentos da nação.

O primeiro movimento a considerar pode ser apresentado como uma transplantação inicial da língua, que parte da sua área inicial na Galécia Magna para se derramar pelo resto do território europeu, onde se sobrepõe ao árabe que as populações reconquistadas falavam. O segundo movimento, igualmente para sul, consiste em um salto para fora da Europa. Com as Descobertas, a língua instala-se em ilhas atlânticas desabitadas, nos litorais africano e asiático que ofereciam suporte às rotas marítimas, e ainda no litoral brasileiro. Se, em todos estes pontos a língua nunca perdeu o mar de vista, o mesmo não se passou no Brasil. Aí, vemos os portugueses a entrar pela terra dentro nos sécs. XVI e XVII, coisa que só no séc. XIX é que fariam em Angola e Moçambique.

Estes dois movimentos sucessivos de crescimento da língua

portuguesa permitem-nos reconhecer a presença e a acção de dois ciclos evolutivos, separados por uma cesura no séc. XV:

a) o ciclo da **Formação da língua**, que decorre entre os sécs. IX e XV na esteira da Reconquista do território dos árabes; os povos do norte transplantaram a sua língua para o sul, onde ela se transformou pelo contacto com a língua local e ganhou, a partir do séc. XV, ascendente sobre os dialectos do norte, tornando-se base de uma norma culta de características meridionais, que seria vista como a língua nacional.

b) o segundo ciclo é o da **Expansão da língua**: o período do séc. XV a inícios do séc. XVI é aquele em que a língua mais radicalmente se transfigura. Enquanto se reestruturava e consolidava dentro de portas, a língua portuguesa começa a expandir-se para fora da Europa, pelo que, a partir de então, é preciso distinguir entre português europeu e português extra-europeu.

O ciclo da **Formação** desenrola-se a partir da introdução de algumas mudanças muito extensas na língua falada no território inicial da Galécia Magna, língua que, entre os sécs. V-VII, era ainda uma variedade de latim oral. Simplificando, diremos que duas consoantes muito frequentes iniciam um processo de apagamento quando se encontram em posição intervocálica, o que teve como consequência que todas as palavras que as possuíam mudaram drasticamente de aspecto sonoro. A consoante nasal [n], naquela posição, começa por nasalar a vogal que a precede e depois deixa de ser articulada: assim, a palavra LANA passa sucessivamente a *lāna*, *lāa* e *lā*. Algo de semelhante ocorre, na mesma época, com a consoante [l] que, também quando intervocálica, sofre síncope e deixa em contacto as duas vogais que a ladeiam: assim, DOLORE transforma-se em *door* e esta em *dor*, devido à fusão das duas vogais. Estes dois fenómenos semelhantes produziram-se apenas na Galécia Magna e afectaram o latim aí falado, que passou assim a distinguir-se tanto do latim falado no centro da Península, que daria origem ao castelhano e ao leonês, como do latim falado a sul, na Lusitânia. Essa diferença criada entre a língua da Galécia Magna e as suas vizinhas mais chegadas talvez tenha sido o acto de nascimento da nossa língua, a que, por respeito pela área em que ocorreu, se pode chamar *galego-português*.

Uma outra mudança de natureza fonética bastante importante, e mais ou menos contemporânea destas, afecta as palavras latinas que começavam pelas consoantes [p] [c] [f] seguidas de [l]. Por exemplo: PLUVIA, CLAMARE, FLAMA. Os três grupos consonânticos iniciais evoluem todos da mesma maneira, para o som africado palatal [tʃ]. Em vez de PLUVIA passamos a ter *tʃuva*, *tʃamar* em vez de CLAMARE, embora tenhamos hoje também a palavra *clamar*, que se deve a uma segunda entrada da palavra latina enquanto vocábulo culto, e por isso isento das transformações fonéticas que atacavam especialmente o léxico oral, ou seja, o léxico de uso corrente e quotidiano de uma população analfabeta. O galego-português primitivo, entre os sécs. VI e XI, era de facto uma língua que ninguém escrevia.

Discute-se se o galego e o português fizeram caminho juntos durante muito ou pouco tempo. Alguns autores separam o galego do português muito cedo, por altura da fundação do reino de Portugal, enquanto outros defendem que eles constituem uma língua única até aos nossos dias. O facto de, na Galiza, podermos falar português e sermos perfeitamente entendidos não prova que, nos dias de hoje, se trate de uma mesma língua. Como seria na Idade Média? Os trovadores – galegos, portugueses e castelhanos – escreviam todos na mesma língua, mas era uma língua artificial e não necessariamente a língua que cada um falava. Nessa língua literária, a que Carolina Michaëlis chamou «português ilustre», não se observam traços que apontem para uma separação regional, mas dificilmente os poetas, ao falar, usariam dessa língua unificada. Pode ser que o galego e o português já se estivessem a separar.

De qualquer forma, a sua separação definitiva ocorreu no final do ciclo em exame, através de um episódio intercalar de *elaboração da língua*, processo coincidente e decerto relacionado com as grandes alterações sociais e políticas já referidas. Caracterizemos este processo de elaboração. Sofrera Portugal, em meados do séc. XIV, duas passagens gravíssimas da peste negra, que dizimou parte da população, provavelmente a sua secção adulta. O salto de gerações que daí resultou pode ter algumas culpas nas transformações muito rápidas que logo viriam a ocorrer na sociedade portuguesa. Logo a seguir, uma época de guerras com Castela: as de D. Fernando e as de D. João I, em consequência das quais se dá uma inversão nos equilíbrios políticos no nosso país. A nobreza da primeira dinastia, a nobreza que tinha ajudado Afonso Henriques a fazer o reino e que tinha governado o país durante os primeiros séculos, toma,

nestas guerras, o partido da rainha de Castela, porque, como filha de D. Fernando, era a herdeira legítima da coroa de Portugal. Essa nobreza perde, assim, a guerra e o poder. O seu espaço é ocupado por uma nobreza nova constituída por burgueses nobilitados ou por filhos segundos das casas nobres, que recebem terras e poder económico situado no centro e no sul do país. O Alentejo e o vale do Tejo tornam-se as áreas por onde os reis mais viajam e em que a Corte mais tempo permanece. Uma cidade como Lisboa, onde se passaram alguns dos episódios principais da guerra e que sustentou, até financeiramente, a nova dinastia, torna-se definitivamente a capital do país.

Enquanto o centro-sul se torna cada vez mais influente, o norte de Portugal perde o estatuto de berço do reino e passa a ser visto como uma província distante. E a Galiza, com a qual tem as maiores afinidades, torna-se ainda mais distante. As transformações que o português então sofre afastam-no da matriz medieval galego-portuguesa: algumas delas terão tido carácter deliberado (opções culturais como a relatinização do léxico ou a adopção do castelhano como segunda língua literária do país, qualquer delas vista como processo modernizador); outras, especialmente as de ordem gramatical, serão inconscientes, mas numerosas e extensas. Na soma dessas mudanças reconhece-se um processo de elaboração linguística, um acto de recusa das origens com o qual a língua portuguesa atinge o fim do seu período de formação e de crescimento, que precede de pouco o final da Idade Média.

Inicia-se então o segundo movimento, o ciclo da **Expansão**. A língua portuguesa transborda da Europa, esgotado que estava o seu território europeu. Com as Descobertas, a língua portuguesa passa a ter pelo menos duas histórias: a história do português europeu e a história do português extra-europeu:

Português europeu. O léxico enriquece-se por vários motivos: contacto com línguas exóticas, importação de cultismos latinos e gregos, adopção do castelhano como segunda língua literária. Afirma-se um padrão nacional, descrito pelos gramáticos do séc. XVI e seguintes. Os dialectos distribuem-se segundo um mapa muito semelhante ao moderno, com um norte conservador e um centro-sul, correspondente às terras reconquistadas, mais nivelado e modernizado. O som do português europeu não sofreu, depois do séc. XVIII, alterações significativas.

Português extra-europeu. Fora da Europa, o português teve dois tipos específicos de actuação, logo a partir do séc. XVI:

a) transplantou dialectos de Portugal para territórios como o Brasil, a África e a Ásia e aí teve desenvolvimentos próprios, chegando aos nossos dias com plena vitalidade nos dois primeiros espaços e em estado de relíquia no último. Um dos principais problemas da linguística do português consiste em determinar se as diferenças que se detectam entre as variedades portuguesa e brasileira devem ser encaradas a nível de norma ou a nível de sistema, ou seja, se devem ser consideradas como variedades dentro de um mesmo sistema, ou se pelo contrário constituem sistemas separados e, portanto, línguas diferentes (recorde-se o que foi dito do português e do galego);

b) ao longo do litoral dos três continentes que visitou, o português associou-se a línguas locais para produzir pidgins e crioulos, talvez segundo uma matriz única (o proto-crioulo português), o que explicaria semelhanças entre línguas que nunca estiveram em contacto. Esse processo deu, como resultados modernos, a situação linguística de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e certas áreas do Índico e Oceania, onde predominam crioulos de base portuguesa.

Como se vê, dificilmente se poderia caracterizar a situação actual da língua portuguesa como pertencendo ainda ao ciclo da Expansão. Em muitos lugares, os desenvolvimentos modernos da língua portuguesa precederam o final do império colonial, pelo que não convém relacionar a descolonização africana (1975) com a evolução do português brasileiro ou a decadência de algumas variedades asiáticas. Os processos que estão em marcha no domínio da língua portuguesa, tanto quanto se pode ver, não se caracterizam nem por uma tendência para a convergência, nem pela coesão geral. Daí que um falante normal do português, e mesmo um linguista, dificilmente terão uma visão completa e equidistante de todas as modalidades que a língua assume na sua existência multi-continental, o que complica a previsão dos caminhos que ela irá percorrer.

8 Fontes escritas

8.1 Problemas, métodos, classificação, bibliografia

Um linguista que pretenda descrever ou interpretar aspectos da língua que usa no seu dia a dia tem simplesmente de confiar na sua competência de falante, constituída pela memória das formas que já encontrou e usou e pela capacidade de discernir se determinada forma pertence ou não à sua língua, se é gramatical ou agramatical. Mas tal procedimento não está com a mesma facilidade ao alcance do linguista que se ocupa dos aspectos diacrónicos da sua língua, tal como não está daquele que se ocupa de uma língua estrangeira, pois em ambos os casos lhe falta a experiência de um contacto directo e susceptível de controle.

O estudo dos estados passados de uma língua não pode contar com essa experiência, mas apenas com dois clássicos métodos conjecturais:

a) a **reconstrução** dos estados passados, baseada na comparação entre variedades modernas, deles geneticamente derivadas;

b) a exploração de **fontes escritas** produzidas na época que é objecto de atenção (textos escritos por uma variedade de motivos, pragmáticos, espirituais ou artísticos). A partir do séc. XVI, com a publicação de gramáticas e outros escritos metalinguísticos em português, a essas fontes adicionam-se outras que não só descrevem um estado de língua, como são dele exemplo: funcionam, ao mesmo tempo, como fontes primárias e secundárias.

Até ao séc. XVI, e desde a formação do galego-português, apenas fontes escritas primárias podem documentar o percurso seguido pela língua, primeiro com uma existência meramente oral (**período pré-literário**), depois com existência oral e escrita (períodos do **português antigo**, até ao reinado de D. João I, e do **português médio**, daí até meados do séc. XVI). Trata-se de uma documentação insuficiente: os textos escritos não permitem conhecer com plenitude a língua que se falava, porque a relação entre o plano das grafias e o plano da oralidade nem sempre é fácil de estabelecer, e porque apenas chegaram até nós alguns dos textos em cada período produzidos (o que é agravado, no caso português, por muitos textos não terem sido ainda publicados e analisados linguística-

mente). Desta insuficiência inelutável fala Rosa Virgínia Mattos e Silva nos seguintes termos:

A documentação escrita em português arcaico só pode ser avaliada na sua totalidade aproximada por hipóteses que se coloquem a partir do que permaneceu e de informações indirectas que o historiador pesquise.

Assim o conhecimento de qualquer estágio passado de qualquer língua – se ela é documentada por algum tipo de *escrita* ou de *inscrição* – é sempre fragmentado, porque fragmentário é o espólio de que dispõe o pesquisador. O investigador dessa fase da história da língua não constituirá seu *corpus*, de acordo com os objectivos de sua pesquisa, mas terá de condicionar a seleção de seus dados à documentação remanescente. A partir desse condicionamento inicial é que recortará os dados que julgue necessários e suficientes para responder a suas questões.

Daí Labov ter definido muito adequadamente os estudos diacrónicos ao longo dos séculos – em oposição aos estudos de mudanças linguísticas em curso – como «a arte de fazer o melhor uso de maus dados». Maus dados porque «os fragmentos da documentação escrita que permanecem são o resultado de acidentes históricos para além do controle do investigador». (Mattos e Silva, 1991: 28-9).

É tradicional dividir a documentação produzida no território galego-português, após a formação do romance, e susceptível de ser utilizada como fonte para estudo dos sucessivos períodos da língua medieval, em dois grandes grupos: **textos não-literários** (ou documentos) e **textos literários**.

Os *textos não-literários* são há muito a fonte preferida dos linguistas, por razões compreensíveis: escritos para servir finalidades práticas relacionadas com a administração, o direito público ou privado e a actividade económica (caso dos actos de governo, escrituras de venda de propriedades, testamentos, etc.), estes textos são geralmente explícitos quanto ao local e à data em que foram escritos e quanto aos participantes nos diversos níveis da sua produção. Como esses elementos constam do próprio texto e podem ser sujeitos a crítica histórica, permitem ao linguista avaliar o grau de correspondência e de identificação entre o texto e o dialecto falado no local e na época em que ele foi escrito, de modo a saber se o pode utilizar como fonte satisfatória para o conhecimento

desse dialecto e, por extensão, da língua oral da época. Mas a confiança na eficácia directa e imediata do documento como retrato da língua não é, hoje, tão absoluta como era no tempo de Menéndez Pidal, topicalizando no grande filólogo uma atitude científica que influenciou profundamente, e por gerações, a linguística histórica não só de Espanha como também de Portugal (Lindley Cintra foi, convém não esquecer, um discípulo directo de Menéndez Pidal). A este respeito, são típicas as cautelas manifestadas por Clarinda de Azevedo Maia que, depois de ter analisado um extenso *corpus* de escrituras notariais produzidas na Galiza e no norte de Portugal durante a Idade Média, concluiu:

Embora os documentos notariais de carácter particular não sejam um espelho fiel, uma reprodução da linguagem local, eles deixam transparecer certos factos da linguagem falada da época. Uma interpretação crítica desses documentos [...] permit[e] compreender a verdadeira natureza da língua escrita dos documentos não literários da Idade Média e manifest[a] ser impossível uma plena reconstrução dos estados pretéritos da língua. Tratando-se de uma linguagem escrita, e além disso, de carácter bastante artificial, a linguagem desses documentos medievais nunca reflecte fielmente a linguagem falada da época e da região a que se referem [...]. O seu valor como fontes de informação para o conhecimento da língua na Idade Média é [...] bastante variável: cada documento deixa transparecer, em diferentes proporções, certos traços da linguagem falada, de acordo com determinadas circunstâncias que podem influenciar, de modo mais ou menos acentuado, a maneira como cada notário escreve. Podem considerar-se factores verdadeiramente decisivos a educação e o grau de cultura do notário ou do escriba e a época em que o documento foi escrito. Relativamente a este último aspecto, pude comprovar que os documentos do século XIII e do início do século XIV, devido à influência da tradição latina notarial e, também em virtude de uma menor diferenciação das variedades regionais compreendidas na área estudada, deixam transparecer menos traços da linguagem falada do que os correspondentes ao período posterior. (Maia, 1986: 950).

O que o documento oferece é um resultado (modificado pela passagem do tempo sobre o manuscrito) do percurso da mão do escriba, percurso que foi condicionado por diversos factores –

dialecto natal, dialecto do local de produção do documento, aprendizado da escrita, modelos de documentos em que se inspira. Assim, é importante conhecer a biografia do escriba, ou pelo menos as circunstâncias que envolveram o acto de escrita, pois devem ser apreciados diferentemente um documento escrito em Lisboa por um escriba lisboeta e um documento escrito no Minho pelo mesmo escriba. Ao contrário de autores que pensam que a linguagem escrita, hesitante e hibridada de galego-portuguesismos e de leonesismos, dos foros de Castelo Rodrigo espelha características próprias da língua falada numa região de fronteira que, no séc. XIII, era disputada pelos reinos de Leão e de Portugal e que tinha sido povoada por populações falando as duas línguas, Lindley Cintra² pensava que um escriba galego tinha copiado, pouco fielmente, um manuscrito mais antigo em leonês, daí o resultado híbrido a que chegou. Para o linguista usufruir das reais vantagens do texto não-literário, que lhe permitem saber como uma pessoa identificada escrevia (e talvez falasse) em determinado ponto do tempo e do espaço, precisa de se inteirar primeiro das circunstâncias históricas em que o texto foi escrito. É esse o campo de intervenção de uma série de disciplinas auxiliares da História e da Filologia, equipadas com metodologias próprias que podem atingir apreciável sofisticação — a paleografia, a diplomática e a codicologia antes de mais, mas a crítica textual também.

Sucintamente, são elas:

a) a **Paleografia**, que não é apenas, como geralmente se entende, a arte de decifrar escritas antigas; é sobretudo a história dos sistemas de escrita e da formação e evolução dos símbolos gráficos postos ao serviço de cada civilização; é ainda o estudo das técnicas de escrita que permite, por exemplo, decidir se dois textos foram ou não escritos pela mesma mão, ou se a letra de um texto é autêntica ou se é imitação de outra letra mais antiga, ou calcular quando terá sido escrito um documento não datado;

² L. F. Lindley Cintra, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1959; 2.ª ed. Lisboa, IN-CM, 1984. E também «Langue parlée et traditions écrites au Moyen-Âge (Péninsule Ibérique)», *Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*, Napoli, Macchiaroli, 1974, 463-472.

b) a **Diplomática**, que descreve e classifica os diplomas, documentos soltos de carácter legal, político ou económico, cuja originalidade e autenticidade procura comprovar. Observe-se que, para o linguista e para o historiador, as consequências desta prova são um pouco diferentes: enquanto o historiador pode conceder a uma cópia autenticada um valor próximo do do original desaparecido, o linguista apenas aceitará essa cópia como documento linguístico válido para a época e o local em que foi escrita. Falar-se-á adiante dos problemas postos pelo *Testamento de Elvira Sanches* e pelo *Auto de Partilhas*: sendo com toda a aparência cópias feitas no final do séc. XIII ou início do XIV de dois documentos do final do séc. XII, eles podem ser utilizados como documento linguístico do tempo de D. Dinis, mas não de D. Sancho I;

c) a **Codicologia**, que estuda o códice, ou livro manuscrito, nos aspectos da sua confecção, arquitectura interna e materiais utilizados, e também estuda a constituição das bibliotecas, os itinerários dos códices e seus possuidores, as alterações introduzidas pelo uso na estrutura e no conteúdo de cada códice, etc.;

d) a **Bibliografia Material**, que não tem em rigor aplicação na Idade Média, já que o seu objecto é o livro impresso, surgido em meados do séc. XV. Mas o seu posicionamento é absolutamente paralelo ao da codicologia, variando os métodos apenas no que é exigido pelo objecto e suas condições de confecção: em vez de escriba, o protagonista é o compositor; em vez de questões paleográficas, surgem questões de história tipográfica, etc. Mas é impossível fazer a história linguística do Renascimento e épocas posteriores sem entrar em linha de conta com os princípios e os métodos da bibliografia material, quase sempre articulados com os da codicologia;

e) a **Crítica Textual** que, sendo ela própria uma disciplina secundária, na medida em que se constrói sobre os resultados das acima enumeradas, não nega o seu contributo à linguística (a qual reciproca). Ocupa-se a crítica textual de descobrir, através das relações genealógicas existentes entre os vários manuscritos, ou impressos, que contêm um mesmo texto, as linhas da transmissão desse texto, na esperança de se aproximar do estado que o texto teria na sua origem, e de o publicar limpo da ganga que sucessivos copistas e remodeladores sobre ele foram acumulando. Claro que,

para o linguista, as mais das vezes o que interessa é precisamente essa ganga, feita de progressivos rejuvenescimentos do texto, documentos escalonados da evolução da língua.

É oportuno adicionar, a esta enumeração de disciplinas auxiliares que se encarregam da fase de «filtragem filológica» do texto, antes de ele poder servir de documento linguístico, uma disciplina que não tem sido aplicada consistentemente no caso português, talvez por ser recente e o seu âmbito restrito: a **Scriptologia**, que tem por objecto as *scriptae* medievais, ou seja os conjuntos de documentos produzidos numa mesma região e época e apresentando comportamentos gráficos comuns. Nascida do estudo da documentação medieval do norte da França, a scriptologia assenta no princípio de que, até prova em contrário, um texto escrito não reflecte a língua falada, mas sim a língua escrita que o escriba aprendeu (ou a do documento que ele copiou). Pode assim desenharse o itinerário da expansão de uma *scripta*, desde a sua região de origem até àquelas que influenciou. Se, à partida, o nexa é forte entre *scripta* e dialecto local, com o transporte da *scripta* ele perde-se totalmente, ou quase. Importa isto não só para a reconstituição dos dialectos antigos, mas também, num plano mais simples, para determinar o local de escrita de um documento não localizado, através das suas afinidades scriptológicas com outros já conhecidos.

Estas mesmas técnicas minuciosas de observação e de reconstituição de procedimentos de escrita, que ajudam o linguista a extrair o máximo de informação dos textos não-literários, também podem ser postas ao serviço, com excelentes resultados, de textos de natureza não documental, os globalmente chamados *textos literários*, os quais existem normalmente em cópias e não em autógrafos, se integram em estemas genealógicos enigmáticos e são ricos em problemas de autoria, datação, local de produção e dependência de fontes ou exemplares. Estas dificuldades do texto literário costumam limitar o seu emprego como documento linguístico, mas quando peritagens codicológicas, por exemplo, determinam as circunstâncias exactas da produção de um determinado suporte textual, então nada impede que ele seja tomado como documento linguístico, com o benefício de estar livre de formularismos e de oferecer instâncias muito variadas e expansivas da linguagem da época.

Mas não é com textos de natureza literária que se documentará o estudo do período primitivo da língua, pois não chegaram até

nós manuscritos literários então produzidos em Portugal. Perderam-se ou nunca existiram? O *Cancioneiro da Ajuda* deve ser do final do séc. XIII, portanto situado fora daquele período, embora as investigações de Maria Ana Ramos (Ramos, 1994) levem a supor a existência, antes dele e servindo-lhe de exemplares, de compilações de poemas de trovadores individuais, que teriam possivelmente a forma de rolos como o conhecido *Pergaminho Vindel*. Que durante todo o séc. XIII houve escrita literária em português é uma evidência quase axiomática, que decorre da cronologia dos poetas a que ela é atribuída. Se não aceitarmos isso, teremos de supor que muitas cantigas de amigo e de amor foram transmitidas oralmente e de memória durante cem anos, antes de serem pela primeira vez confiadas no pergaminho. Por outro lado, quem percorre a prosa literária portuguesa dos sécs. XIV e XV frequentemente se impressiona com secções do texto em linguagem muito mais antiga, que seria anacrónica no tempo real do manuscrito e se explica como vestígio linguístico dos suportes anteriores do texto, que copista escrupuloso manteve: isso é evidente nas versões portuguesas da *Demanda do Santo Graal* e do *Livro de José de Arimateia*, que em cópias tardo-medievais preservam em boas condições a língua do seu original, que se julga ter sido uma tradução portuguesa feita em meados do séc. XIII de romances arturianos franceses.

Um texto literário pode informar mais do que um texto não-literário. E um texto poético pode dizer mais que um texto em prosa, como salienta Rosa Virgínia Mattos e Silva:

A documentação linguística fornecida pelo conjunto da lírica medieval galego-portuguesa é riquíssima: seus dados são essenciais para o conhecimento do léxico da época. O fato de serem poemas de estrutura formal em versos rimados os torna fundamentais, no que concerne a estudos de história da língua, para o conhecimento de fatos fonéticos desse período, como sejam, por exemplo, questões referentes aos encontros entre vogais (hiatos/ditongos), ao timbre vocálico (abertura/fechamento), vogais e ditongos nasais/orais. A morfologia tanto a nominal como a verbal também tem nessa documentação uma fonte fundamental. A questão da sintaxe aí representada deve ser considerada, tendo sempre presente que o carácter excepcional e variável é essencial na construção poética. (Mattos e Silva, 1991: 32).

Isto quanto aos textos em verso; quanto aos textos literários em prosa, diz a mesma autora:

Para o conhecimento da língua na sua fase arcaica é fundamental a produção em prosa literária. A documentação poética e a não-literária se complementam para o conhecimento do léxico do português arcaico. A prosa literária documenta abundantemente a morfologia nominal e verbal, as estruturas morfossintáticas dos sintagmas nominal e verbal. Sobretudo é importante para o estudo das possibilidades sintáticas da língua, porque não sofre as limitações, já ressaltadas, da documentação poética e jurídica.

Para os estudos fonéticos oferece restrições decorrentes de não se poder sistematizar com o mesmo rigor, relativamente possível para a documentação seriada não-literária, as relações entre som e letra, e por não oferecer os recursos formais da poesia.

O fato de essa documentação não ser, em muitos casos, localizada, impede também que por ela se possa chegar a dados sobre a variação dialetal de então, quando é possível uma aproximação pela documentação jurídica.

Quanto à cronologia dos fenômenos linguísticos, embora não seja possível uma seriação estreita, como o é, para a documentação não-literária, toda ela datada, é possível, contudo, a partir de um *corpus* criteriosamente seleccionado – se não datado, pelo menos situável em um determinado momento desse período – estabelecer um estudo diacrônico no âmbito do período arcaico com bases nesses textos em prosa literária. Sem dúvida, é nesse tipo de texto que se podem entrever, com mais amplitude, os recursos sintáticos e estilísticos disponíveis para o funcionamento efetivo da língua nesse período, já por serem textos extensos, já pela variedade da temática. (Mattos e Silva, 1991: 38-39).

8.2 Classificação dos textos não-literários

Visto que toda a produção documental dos reinos do Oeste peninsular tem as suas origens nas chancelarias asturiana e leonesa, as afinidades entre os documentos nas várias línguas ocidentais são muito grandes. Pode por isso evocar-se aqui uma página célebre de Ramón Menéndez Pidal, alusiva a documentos de Leão e Castela, mas de adaptação fácil ao caso português:

partíamos en nuestros primeros estudios de los documentos en romance de comienzos del siglo XIII, y remontando luego hacia atrás, ascendíamos hacia las primeras muestras de la tendencia romanizadora que apuntaban en el siglo XII, sobre todo en los tres últimos decenios de esa centuria. Después, al subir más arriba de 1170, encontrábamos que, cuanto más hacia atrás, el latín de los diplomas estaba más desprovisto de romanismos interesantes, y desistíamos de continuar la búsqueda. Sólo en 1915 (después de tener preparada la colección de documentos que acabé de imprimir en 1919), cuando fui a trabajar en los archivos eclesiásticos de León, intenté el estudio por el extremo opuesto, esto es, empezando por los documentos del siglo IX y siguiendo por entre el rico tesoro de los que se conservan del siglo X; y en ellos encontré una inesperada cantidad de formas romances que hacia fines del siglo XI empezaba a decrecer también, para agotarse en esa baja latinidad que en los dos primeros tercios del siglo XII nos había repelido antes.

Descubría así dos encontradas corrientes de vulgaridad en la lengua notarial: una que venía de los siglos antiguos y se extinguía en el curso de los dos primeros tercios del XI; otra que empezaba en el último tercio del XII y triunfaba con la adopción del lenguaje vulgar en el XIII. Qué había ocurrido a fines del XI para detener la primera de estas dos corrientes? Pues la reforma cluniacense que restauró la latinidad y se alzó como barrera aisladora entre las dos direcciones reseñadas. Y qué ocurrió a fines del siglo XII para iniciar la segunda corriente? Pues un movimiento general a toda la Romanía que llevaba a secularizar la cultura, y por tanto a entronizar el romance como lengua oficial ordinaria, dejando el latín solamente como supletorio para los actos más solemnes.

Las dos corrientes se distinguen así bastante por su propio origen. La que se extingue en el siglo XI venía de muy antiguo; arranca del latín vulgar de los primeros siglos medievales y refleja revueltamente ora arcaísmos de esa primitiva vulgaridad, que venían arrastrados por la tradición, ora neologismos del romance, todo en lucha con el latín escolástico, única norma literaria de entonces. Por el contrario, la corriente que empieza a fines del siglo XII, olvidada totalmente del latín vulgar por la interposición de un siglo entero de latín escolástico depurado, refleja solamente las últimas formas del romance, las más nuevas, apoyadas en la coexistencia de dos normas literarias que entonces ya se hallaban

acatadas: la romance al lado de la latina. La segunda corriente no nos sirve, pues, sino para observar el aparecer primero de las formas neológicas romances; vacilará, por ejemplo, entre la forma latina *alteru* y la romance *otro*. La corriente vieja no nos sirve, no sólo para darnos el romance de entonces, *otro*, sino también para ponernos delante grandes arcaísmos romances, muy anteriores al siglo X, *altro*, *autro*, *aotro*, como que recogía tradiciones de los primeros orígenes del habla vulgar. He aquí el capital interés de esos documentos de los siglos X y XI; ellos nos abastecen de formas jamás escritas antes en los textos del período literario por remotos que fuesen; la extraña catadura de algunas de ellas no había jamás aparecido ante los ojos del filólogo moderno; hasta su viejísima ortografía era ignorada o arcana. (Pidal, 1980: VII-IX).

As principais aproximações ao tema por parte da erudição portuguesa, ao longo do séc. XX, devem-se a grandes filólogos e historiadores como Leite de Vasconcelos, Pedro de Azevedo, Rui de Azevedo, Luís F. Lindley Cintra e Avelino de Jesus da Costa. Estes autores preocuparam-se principalmente, cada um de seu modo, e sem forte coordenação entre contemporâneos, em localizar e publicar conjuntos de documentos inéditos, a título de aditamentos sucessivos às grandes compilações editoriais iniciadas no séc. XIX com os *Portugaliae Monumenta Historica*, de Alexandreerculano. Alguns problemas mereceram tratamento mais insistente, entre eles avultando os esforços para identificar o documento mais antigo que tivesse sido escrito em português: considerações de datação, de língua e crítica histórica foram postas ao serviço dessa identificação, a que eram atribuídas uma importância e uma «verdade» porventura exageradas. Outras questões, como os critérios de pesquisa de documentos, as técnicas de transcrição e edição, o contributo desses documentos para um melhor conhecimento da sociedade e da língua da época, mereceram igualmente atenção.

Devemos a Luís F. Lindley Cintra um panorama geral da produção documental portuguesa dos primeiros tempos, que é parcialmente susceptível de revisão, mas que no seu conjunto continua a sintetizar muito satisfatoriamente aquilo que sabemos especialmente para o período posterior a 1255. Aí se encontra a fonte principal do nosso conhecimento sobre a língua do séc. XIII e seguintes; não sendo essa produção particularmente abundante (em relação à de outras línguas), oferece ainda assim campo para

muita pesquisa e muita descoberta. Escrevendo em 1963, Lindley Cintra dividiu e classificou a produção não-literária em língua portuguesa em quatro grupos (*Diplomas reais*, *Diplomas particulares*, *Leis locais*, *Leis gerais*) e identificou duas grandes áreas geográficas para a produção documental, distintas pela cronologia e pela qualidade e quantidade dos documentos (Cintra 1963). Essas duas áreas em que se divide o território galego-português são:

a) uma área que inclui a Galiza e o noroeste português até à linha desenhada pelo curso do Mondego, que Cintra considerava a fronteira de separação com as terras da Reconquista. Caracteriza-se por ter sido tradicionalmente um território de povoação densa, permanente e dispersa, onde a penetração do muçulmano não conseguiu efectivar-se. Reconquistado pela monarquia de Leão, e internamente dependente da Galiza, este território era marcado por um sistema de propriedade extremamente fragmentado: «Em região com muitos proprietários e propriedades, é forçoso redigir-se grande número de documentos particulares» (Cintra, 1963: 44). Além disso, numerosos mosteiros e igrejas permitiam a conservação nos seus arquivos dessa documentação, que era de carácter local e particular dado o afastamento dos centros de poder, e de que temos os mais antigos vestígios no séc. IX;

b) a segunda área, muito mais extensa, inclui o nordeste e o resto de Portugal ao sul do rio Mondego. Região menos povoada, sobretudo no nordeste transmontano, e com uma certa tendência a agrupamentos urbanos no sul, esteve durante bastante tempo sob o domínio muçulmano. A falta de mosteiros e de ordens regulares seria compensada pela instalação das ordens militares, que em grande parte se encarregaram da organização administrativa e do repovoamento da região, e sobretudo pela presença da corte, primeiro em Coimbra e logo em Lisboa. A documentação nesta área é bastante mais moderna, séc. XIII, e acompanha o movimento da Reconquista, que só fica completada no Algarve em 1249.

Dentro destes limites temporais e geográficos, a documentação organiza-se, segundo Lindley Cintra, nos quatro grupos acima identificados:

A) *Diplomas reais*

Na produção de documentos reais ligados ao território galego-português há que distinguir duas fases, cujo limite é fixado para

posse da infanta Teresa e do conde Henrique de Borgonha como senhores do Condado Portucalense, em 1096. Antes desta data, o território encontrava-se em dependência directa da corte de Leão e a documentação real deve, pois, ser examinada no quadro asturiano-leonês mais do que propriamente no galego-português. Com a instauração do Condado Portucalense, começaram a aparecer diplomas redigidos na corte desses condes quase independentes, tendência que se acentuaria após a aclamação de Afonso Henriques como rei. Os documentos de 1095 a 1211 estão publicados por Rui Pinto de Azevedo em importantes colecções³. Quanto ao terceiro reinado, o de Afonso II, não existe um trabalho de edição conjunto que reúna a totalidade dos documentos saídos da sua chancelaria. É com este rei que aparecerá o primeiro diploma real escrito em português, o seu testamento de 1214. Deste documento singular falarei com mais demora adiante. Afonso II viria a fazer dois outros testamentos, em 1218 e 1221, ambos em latim. Trata-se, ao que parece, de um caso isolado na produção chanceleresca, que não voltará a repetir-se nem durante o resto do reinado do dito rei nem do seguinte, Sancho II, e que só ocorrerá de novo em 1255, já com Afonso III no trono. Embora todos os documentos possuam carácter formal e estejam escritos em latim, reflectindo pouco o romance falado, «não se pode de modo nenhum negar a sua importância quando se trata do estudo da formação da língua literária» (Cintra, 1963: 47).

B) *Diplomas particulares*

Dentro do conjunto de documentos que Lindley Cintra agrupa sob esta epígrafe podemos observar quatro tipos principais:

1. *Documentos em latim*

O mais antigo documento original conhecido é a escritura de fundação da igreja de Lardosa, de 882 (IAN-TT, CR, mosteiro de S. Pedro de Cete, maço 1, doc. 1)⁴. Escrito em latim, oferece no

³ Rui Pinto de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I (1095-1185), 2 tomos, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958-1962; Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979.

⁴ O seu estudo mais recente encontra-se em Emiliano 1999. IAN-TT = Instituto dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo; CR= Corporações Religiosas.

entanto aquilo que geralmente se interpreta como as primeiras atestações de uma mudança fonética caracterizadora do romance do noroeste peninsular, a síncope do *-n-* intervocálico: *moastica* (por *monastica*) e *elemosias* (por *elemosynas*). Afloramentos românicos como estes são de regra na documentação latina do período, que se prolonga, segundo a visão tradicional que Cintra seguia, até ao tempo de Afonso III, ou seja até meados do séc. XIII. Na verdade, prolonga-se por mais tempo ainda, pois não foi instantâneo o efeito de imitação que a adopção do português pelos documentos da chancelaria real teve sobre a actividade particular.

Numerosos estudos pontuais foram dedicados a diplomas particulares deste período, mas entre os trabalhos de publicação sistemática avulta o volume *Diplomata et Chartae* da série *Portugaliae Monumenta Historica* (Lisboa, 1867), que contém cartas privadas do actual território português, redigidas entre o séc. IX e 1100. Esta obra, dirigida por Alexandre Herculano, teve continuação no trabalho de Rui de Azevedo *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*⁵.

2. *Documentos em português*

Dos pouquíssimos documentos em português que a erudição tradicional situava neste período, a *Notícia de Torto* (IAN-TT, CR, Vairão, maço 2, n.º 40) é o único original actualmente reconhecido e estudado; dele me ocuparei adiante. Dois outros textos compartilharam com ele essa qualificação até há relativamente pouco tempo: o *Auto de Partilhas* (IAN-TT, CR, Vairão, maço 2, n.º 26) e o *Testamento de Elvira Sanches* (IAN-TT, CR, Vairão, maço 2, n.º 28), que apresentam as datas de 1192 e 1193 respectivamente e se encontram escritos em português, mas com protocolo e escatocolo latinos. Trabalhando separadamente, Lindley Cintra (Cintra, 1971a) e Avelino de Jesus da Costa (Costa, 1979) demonstraram como estes documentos, escritos numa letra semi-gótica que só entraria em uso em Portugal no final do séc. XIII, apresentando regularidade linguística e grafias como *particoens* e *moensteyro*, próprias de uma evolução em que não só o *-n-* intervocálico já sincopara, como o hiato resultante fora resolvido por meio de ditongo nasal

⁵ Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, vols. III-IV (1101-1123), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940-1980. Os vols. I e II, nunca publicados, deveriam ter sido uma nova edição aumentada dos *PMH, D. et Ch.*

denunciado pela posição posterior do *n*, não podiam ter sido produzidos nas datas que ostentam, mas deviam ser considerados, como formulou Avelino Costa, cópias de originais latinos de 1192 e 1193, feitas um século mais tarde (Costa, 1979: 174-185).

Anote-se que hoje são conhecidos mais alguns documentos escritos em português neste período, em consequência das pesquisas recentes de Ana Maria Martins, Susana Pedro e José António Souto Cabo (cf. adiante).

3. Documentos posteriores a 1250

Neste grupo, o lugar de destaque cabe a duas escrituras de Mogadouro que um comendador da ordem do Templo em Mogadouro (Trás-os-Montes), mandou fazer em 1253, escritas em português, com algumas interferências de leonês e até mesmo de francês, e agora estudadas e publicadas por Lindley Cintra (Cintra, 2004).

Em contraponto com estas novidades, eram de há muito conhecidos alguns documentos publicados por João Pedro Ribeiro nos inícios do séc. XIX em *Sobre o Idioma, Estylo e Orthographia dos nossos Documentos e Monumentos*. São todos eles posteriores a 1255, data de um encontrado no convento de Arnoia. Outros têm como origem os conventos de Avé Maria do Porto (1262), de Bostelo (1267), de Roriz (1268), de Pendorada (1272) e de Refoios de Basto (1275). Foi João Pedro Ribeiro igualmente o achador dos documentos supostamente datados do final do séc. XII e da *Notícia de Torto*. A recuperação de textos antigos foi continuada por Pedro de Azevedo em numerosos trabalhos sobre pequenos núcleos documentais, publicados a partir de 1900-1901 na *Revista Lusitana*. Também a Pedro de Azevedo se deve a edição do *Livro dos Bens de D. João de Portel*⁶, cartulário privado de um magnate da corte de Afonso III, João Peres de Aboim, também conhecido como D. João de Portel, que contém numerosas cartas redigidas em latim, castelhano e português, escritas provavelmente antes da sua morte em 1285.

C) Leis Locais

Neste tipo de documentos não-literários incluem-se duas espécies diferentes: os Foros e os Forais.

1. Os Foros ou «costumes» estão editados, com critérios de transcrição que não são de fiar, na série *Portugaliae Monumenta Historica*, vol. II, *Leges et Consuetudines*. Entre os foros mais antigos, redigidos na segunda metade do séc. XIII, estão:

Foros de Garvão (1267)⁷;

Foros da Guarda (copiado entre 1273 e 1282);

Costumes de Terena comunicados a Évora (1280);

Costumes de Santarém comunicados a Oriola (1294)⁸.

2. De 1095 até 1279, todos os forais (261) foram redigidos em latim e com graus diferentes de romanceamento. Acham-se recolhidos no mesmo vol. II, *Leges et Consuetudines*, dos PMH. Só a partir do séc. XIV começam a circular traduções portuguesas dos forais latinos.

D) Leis Gerais e Inquirições

As mais antigas das leis gerais aparecem num manuscrito de fins do séc. XIV, *Livro das Leis e Posturas* ou *Livro das Leis Antigas*, conservado na Torre do Tombo. Muitas dessas leis são traduções de originais latinos perdidos. Ao lado desta compilação, mas do séc. XV, figuram as *Ordenações de D. Duarte* e as *Ordenações Afonsinas* (de Afonso V), tudo também editado nos PMH, vol. II, *Leges et Consuetudines*. Este tipo de documentação afasta-se muito, cronologicamente, do tempo da produção primitiva e é parco o seu valor linguístico, tanto por causa da sua história filológica como pela origem centralizada.

Não é esse o caso das Inquirições, cujo aspecto de processo-verbal de inquéritos efectuados por ordem real nas províncias do norte do país, durante todo o séc. XIII, lhes confere evidente interesse para o estudo da toponímia e da antroponímia, podendo ser igualmente valorizados do ponto de vista sintáctico e pragmático. Do conjunto destacam-se as *Inquirições Gerais de D. Afonso II*, de 1220, mas conservadas em cópia ligeiramente posterior a 1289, e as *Inquirições Gerais de D. Afonso III*, de 1258, conservadas em cópia posterior: só em parte publicadas PMH, *Inq.*, IV.

⁶ Inicialmente publicado no *Arquivo Historico Portuguez* entre 1906 e 1909, saíu como separata dessa revista em 1910 (reimpresso: Lisboa, Colibri, 2003).

⁷ Publicados por Maria Helena Garvão, *Foros de Garvão*, dissertação de mestrado inédita, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

⁸ Publicados por Maria Celeste Rodrigues, *Dos Costumes de Santarém*, dissertação de mestrado inédita, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

Esta sistematização, devida a Lindley Cintra, fornece um quadro para o estudo da documentação medieval portuguesa, sobretudo se for completada pelos contributos importantíssimos com que Avelino de Jesus da Costa renovou o conhecimento que tínhamos de alguns dos textos deste período, como ficará visível quando, mais adiante, tratar do *Testamento de Afonso II (1214)* e da *Notícia de Torto*. Uma menção é também devida à publicação de documentos, que em largos números continuam inéditos nos arquivos portugueses. Duas colecções merecem particular realce pelo seu interesse para os estudos sobre história da língua portuguesa, tendo saído como apêndices documentais das teses de doutoramento das editoras e proporcionando transcrições muito conservadoras, que o linguista agradece: refiro-me aos 168 documentos da Galiza (136 docs.) e do norte de Portugal (32), publicados por Clarinda de Azevedo Maia (Maia, 1986), e aos 217 documentos do vale do Douro (107 docs.) e do vale do Tejo (110) publicados por Ana Maria Martins (Martins, 2001), aos quais apetece que sem muita demora se adicionem novas recolhas de documentos produzidos no mesmo marco temporal (sécs. XIII-XVI) em outras regiões do país, por forma a ser possível adensar a malha de dados e o mapeamento dos fenómenos linguísticos que marcaram a fase da formação e instalação da língua portuguesa no seu território europeu.

E) Outros

Existe uma série de textos inclassificáveis, ou que preferimos incluir nesta última secção de documentos não-literários, onde se podem encontrar elementos importantes para o estudo da história do português antigo. Dos mais importantes, temos:

Traduções de textos jurídicos castelhanos, nomeadamente da chancelaria do rei Afonso X, do séc. XIII e XIV.

Obituários da Sé de Coimbra dos sécs. XIII e XIV.

Inventários das casas reais, particularmente a de D. Dinis (entre 1278 e 1282).

Inventários dos bens da Ordem de Avis (1364).

8.3 Bibliografia dos textos literários⁹

A) Poesia

1. *Cancioneiro da Ajuda (ex do Col. dos Nobres)*: Lisboa, Biblioteca da Ajuda, séc. XIII. Neto data-o de 1275.

2. *Cancioneiro da Vaticana*: Roma, Biblioteca Vaticana, séc. XVI (Neto: fins XV).

3. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional (ex Colocci-Brancuti)*: Lisboa, Biblioteca Nacional, séc. XVI.

4. *Cantigas de Santa Maria*: quatro mss.: Escorial (dois), Toledo e Florença, séc. XIII.

5. *Pergaminho Vindel* (folha de pergaminho contendo cantigas de amigo do trovador Martin Codax, acompanhadas da respectiva notação musical), séc. XIII. Nova York, Pierpont Morgan Library.

6. *Pergaminho Sharrer* (folha de pergaminho contendo cantigas de amor de D. Dinis, com notação musical), séc. XIII. Lisboa, Torre do Tombo, onde foi descoberto em 1990 por Harvey L. Sharrer.

B) Novelística

1. *Livro de José de Arimateia* (Lisboa, IAN/TT): ca. 1544 (cópia de ms. de 1314).

2. *Merlim* (Bibl. Nac. Barcelona), séc. XIV. Fragmento do elo perdido entre o *José de Arimateia* e a *Demanda*, que com o *Merlim* formaram a trilogia do *Romance do Graal*, traduzida do francês para português no séc. XIII.

3. *Demanda do Santo Graal* (Viena, Bibl. Nacional), séc. XV.

4. *Livro de Tristan* (Madrid, Academia de Historia), fragmento (capa em pergaminho de um testamento), meados do séc. XIV.

C) Nobiliários

1. *Primeiro Livro das Linhagens* (ms. perdido, publicado na *História Genealógica da Casa Real de Bragança*, séc. XVIII).

2. *Livro Velho das Linhagens*, séc. XIII?

⁹ Para a elaboração desta lista, foram utilizadas, sem esgotar a informação, as seguintes obras: Leite de Vasconcellos, *Lições de Filologia Portuguesa*, 19664, pp. 17-18; Costa Pimpão, *Idade Média*, Coimbra, 19592; Maria Adelaide Valle Cintra, *Bibliografia de Textos Medievais Portugueses*, Lisboa, 1980; Luciana Stegna-Picchio, «À margem da edição de textos antigos portugueses», *A Lição do Texto*, Lisboa, 1979, pp. 237-260; Isabel Vilares Cepeda, *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1995.

3. *Livro das Linhagens do Conde D. Pedro*: dois manuscritos: Lisboa, Bibl. Ajuda, séc. XIV (Neto: 1357) e uma sua cópia no IAN/TT, séc. XV.

D) *Obras de Espiritualidade*

1. *Regra de S. Bento* (Lisboa, BN, cod. Alc. 14, fragmento), início séc. XIV. Há vários outros manuscritos da *Regra*, produzidos ao longo da Idade Média (p. ex. os Alc. 44 e Alc. 231, da mesma biblioteca).

2. *Vida de S. Nicolau de Myra* (Lisboa, IAN/TT, fragmento, capa em pergaminho de um caderno de despesas da Ordem de Santiago), meados séc. XIV.

3. *Diálogos de S. Gregório*: três manuscritos: Rio de Janeiro, BN, séc. XIV; Lisboa, BN, cod. Alc. 187, séc. XV (1416); Lisboa, BN, cod. Alc. 182, meados séc. XIV.

4. *Visão de Tândalo*: 2 manuscritos: Lisboa, BN, cod. Alc. 211; Lisboa, IAN/TT, cod. 2274, séc. XV.

5. *Horto do Esposo*: 2 manuscritos: Lisboa, BN, cod. Alc. 198, séc. XV; Lisboa, BN, cod. Alc. 212, fins séc. XV.

6. *Castelo Perigoso*: 2 manuscritos: Lisboa, BN, cod. Alc. 199, meados do séc. XV; Lisboa, BN, cod. Alc. 214, fins séc. XV.

7. *Vida de Cristo*: Lisboa, BN, cod. Alc. 451-3, meados do séc. XV (1442-3).

E) *Historiografia*

1. *Crônicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*: Porto, Biblioteca Municipal, séc. XV.

2. *Crônica Geral de Espanha de 1344*: 2 manuscritos: Lisboa, Academia das Ciências, séc. XV; Paris, BN, séc. XV.

8.4 A primitiva produção escrita em português

A produção frequente de documentos em português é conhecida a partir da segunda metade do séc. XIII. Em 1255 começam a ser escritos em português alguns dos documentos saídos da chancelaria de Afonso III¹⁰, embora uma parte se mantenha em latim. É só em 1279, com D. Dinis, que se torna sistemático o uso do portu-

¹⁰ Publicados por Luiz Fagundes Duarte, *Documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III*, dissertação de mestrado inédita, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1986.

guês como língua dos documentos emanados da corte, uso que progressivamente é imitado pelos restantes centros produtores.

Vale a pena observar mais de perto o que se passou na chancelaria de Afonso III, com dados fornecidos por Luiz Fagundes Duarte. Os documentos registados em português são 34 (mais quatro acrescentados tardiamente), mas nem todos são documentos emanados da própria corte. Estes são apenas 26 e foram escritos com o seguinte calendário:

1255	2 docs.
1260	1
1266	1
1269-1279	22

Na verdade, é apenas nos dez últimos anos do reinado de Afonso III, e precedendo a sua oficialização no reinado seguinte, que se alarga e consolida o uso escrito da língua portuguesa nos documentos do governo, após experiências que têm de ser consideradas como esporádicas, como, aliás, todas as anteriores de que temos conhecimento.

Outra observação interessante é a de que os documentos em português foram escritos apenas quando a corte se encontrava em Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora, grandes cidades do centro-sul, terras da Reconquista portanto. Os documentos em latim da chancelaria de Afonso III foram todos escritos no norte, nas províncias fundadoras do reino. Este fenómeno certamente merece ser reforçado com mais observações e integrado num quadro mais amplo, pois sugere novas dimensões ao contraste estruturador entre área inicial (do reino e da língua) e zona da expansão continental.

Antes de 1255 (data que, como se vê, não assinala nenhuma transformação importante, mas que continuaremos a usar simbolicamente), considerava-se que decorreria o período da chamada *produção pré-literária*, cujo mais antigo documento conhecido é a escritura de fundação da igreja de Lardosa (ano de 882). Quase tudo é discutível quanto a este período, desde a sua designação até ao estatuto linguístico dos documentos nele produzidos, pois ao lado de documentos escritos em latim puro é deliberado encontram-se muitos outros que ostentam graus variados de romancesamento, consciente ou não, e, além disso, já há documentos escritos em português em quantidades que talvez sejam superiores ao que se costuma crer.

Justificam estes últimos documentos o emprego do termo *produção primitiva portuguesa* (Castro, 1991: 183) para designar a diminuta e esporádica produção de escrita em português, anteriormente à sua adopção regular nas cortes de Afonso III e seu filho. Chamei «diminuta» a essa produção, porque a concebia como constituída por cinco manuscritos apenas, anteriores a 1255 e escritos em português «antes de tempo» por razões diversas, nem todas fáceis de explicar. A importância excepcional desses manuscritos para o estudo da primeira fase da história da língua, aliada à estranha condição de prematuros, justifica a atenção que lhes é dada: são eles duas cópias do primeiro testamento de Afonso II (1214), a *Notícia de Torto* (ca. 1214) e os dois documentos de Mogadouro (1253). O testamento real é oriundo da chancelaria, então instalada em Coimbra; a notícia foi certamente redigida em ambiente senhorial nas cercanias de Braga e a sua proximidade temporal com o testamento deve ser vista como coincidência, pois se trata de emanações de mundos muito distantes entre si, social e territorialmente; os documentos templários pertencem ainda a outro mundo, neste caso a uma fronteira palpável entre a zona de povoamento português e a zona de povoamento leonês que, como se sabe, ocupava todo o leste de Trás-os-Montes em extensão bastante superior ao actual território mirandês. Temos, assim, uma primitiva e diminuta produção em português dispersa por todo o território do reino: não só no núcleo fundador do reino (a região de Braga) como a sul, na provisória capital das margens do Mondego, quando a reconquista do Alentejo ainda estava por resolver, e ainda no extremo leste, em terras que não tinham pertencido à Gallaecia Magna e cujo povoamento e soberania portugueses ainda não se achavam definitivamente alicerçados.

Quer isto dizer que não foi em consequência de uma iniciativa pontual, atribuível a um indivíduo ou a um grupo, que a língua portuguesa começou a ser usada na escrita. Pelo contrário, isso ocorreu em territórios muito afastados entre si, em ambientes sociais distintos (a corte, uma ordem religiosa militar, o solar de um fidalgo minhoto) e para finalidades jurídico-administrativas igualmente distintas (um testamento do rei, dois actos notariais locais, uma reclamação particular), o que sugere que a língua portuguesa se achava disponível de modo generalizado para ser usada na escrita já durante a primeira metade do séc. XIII e que Afonso III, mais tarde, ao mandar escrever em português uma parte conside-

rável dos seus documentos, não fez uma reforma, mas limitou-se a aproveitar uma prática já bastante difundida.

Prática que certamente não tivera como produto apenas estes cinco documentos. A possibilidade de se pesquisar e de conseguir localizar mais documentação, eventualmente mais antiga, foi reforçada por uma série recente de descobertas e de revisões que alteraram conhecimentos dados por seguros há uns trinta anos. A convergência das críticas de Avelino Costa e de Lindley Cintra quanto à autenticidade do *Testamento de Elvira Sanchez* e do *Auto de Partilhas*, supostamente escritos no final do séc. XII, mas na realidade cem anos mais modernos, transferira o título de «mais antigos» para a *Notícia de Torto* e para o testamento de Afonso II; o aparecimento na catedral de Toledo de uma segunda cópia deste testamento, graças às buscas de Avelino Costa, transformou radicalmente a leitura que então se fazia do documento e abriu perspectivas muito interessantes; a descoberta dos documentos de Mogadouro por Lindley Cintra mostrou que o fenómeno da escrita em romance estava espalhado por todo o reino.

Mas, mesmo que nenhuma nova descoberta fosse feita, bastaria examinar os dados internos dos documentos datados de 1214 para se perceber que eles não podiam ter sido os únicos, nem certamente os primeiros, a usar o português como língua da escrita antes de 1255. Examinemo-los sucessivamente sob este ponto de vista (o seu comentário linguístico será feito mais adiante).

Testamento de Afonso II (1214)

Este é o primeiro documento real que se sabe ter sido datado e escrito em português, «en Coimbria IIII.º dias por andar de Junio Era M.ª CC.ª L.ª II.ª» do calendário hispânico, isto é, 27 de Junho de 1214. Apesar de ter apenas 28 anos de idade e pouco mais de três anos de reinado, Afonso II fez este testamento para garantir a paz e a tranquilidade da família e do reino, no caso de lhe sobrevir uma morte prematura, que a sua compleição enfermiza fazia recear (para esta secção, Costa 1979). Toma providências para garantir a sucessão do reino pela via varonil ou, na falta desta, pela filha mais velha. Providencia também sobre o governo do reino durante a possível menoridade do herdeiro e sobre a tutela dos filhos e filhas menores, confiando ao Papa a protecção destes e do reino e a execução do testamento. Na disposição dos bens, além da rainha, dos filhos e filhas, contempla o Papa, as dioceses galegas de Santiago de Compostela e de Tui, alguns mosteiros e Ordens militares. Das

dioceses portuguesas contemplou apenas a de Idanha, esquecendo todas as outras, não obstante encarregar o arcebispo de Braga e os bispos de Coimbra, Évora, Lamego, Lisboa, Porto e Viseu, além de outras pessoas, de executarem as suas disposições testamentárias.

Do *Testamento* de 1214 foram feitas 13 cópias, todas igualmente autenticadas, das quais chegaram até nós apenas duas: uma que se conhecia há muito e está na Torre do Tombo, em Lisboa, depois de ter pertencido ao Arquivo da Mitra de Braga (IAN/TT, Mitra de Braga, caixa 1, n.º 48), e outra que foi encontrada por Avelino Costa em Toledo (Arquivo da Catedral de Toledo, 2.4, B.6). As restantes onze cópias desapareceram, o que não é surpreendente, pois o testamento caducou com a produção de outros mais recentes, em 1218 e 1221, e as entidades que o possuíam, sabendo do facto, podem ter reciclado o pergaminho para fins mais úteis. Deixa isso em aberto a esperança de que a cópia enviada ao arcebispo de Santiago tenha sido conservada, exactamente como sucedeu com a do arcebispo de Toledo. Mas diligências feitas no arquivo da catedral compostelana não tiveram êxito até à data.

A cópia de Lisboa tem três edições:

a) Pedro de Azevedo, «Testamento, em português, de D. Affonso II (1214)», em *Revista Lusitana*, VIII (1903-5). Lisboa, pp. 80-84.

b) J. Leite de Vasconcellos, *Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa, 1911 (1966⁴, pp. 63-93).

c) Pe. Avelino de J. da Costa, «Os mais antigos documentos escritos em português», *Revista Portuguesa de História*, XVII, 1979, pp. 307-321.

A única edição da cópia de Toledo encontra-se neste mesmo estudo de Avelino Costa.

Afonso II fez dois outros testamentos, redigidos ambos em latim e escritos em Santarém. O mais antigo em Fevereiro de 1218 (IAN-TT, Sé de Viseu, Docs. Régios, maço 1, n.º 9), o outro em Novembro de 1221 (IAN-TT, Livro dos Reis, I, fls. 77v-79r). Deste último existiu uma cópia no arquivo do mosteiro de Alcobaça, que foi publicada por A. Brandão (*Monarchia Lusitana*, IV, Append., doc. 13, 269v-270v) e por A. Caetano de Sousa (*Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, I, doc. 19). O testamento de 1218 ainda permanece inédito.

A variação entre os três testamentos consiste apenas em por-menores da parte dispositiva. Vejam-se os principais:

a) 1221 inova em não mencionar a rainha D. Urraca, entretanto falecida;

b) em 1214, o rei confia ao papa a guarda da rainha, dos seus filhos e do reino, mas nos testamentos seguintes prevê que o seu herdeiro será maior e ordena aos ricos homens que lhe entreguem os castelos; trata-se de uma variante dispositiva considerável do testamento de 1218, mas, no entanto, a sua redacção aproxima-se muito da que se pode ler nas linhas 23-25 do testamento de 1214, as quais não transitam, por isso mesmo, para os seguintes;

c) as disposições da partilha dos bens constituem, naturalmente, a grande diferença entre os testamentos; a rainha, em 1221, não herda e os bispos também não;

d) os receptores das cópias dos dois primeiros testamentos pouco variam, com as seguintes excepções: o de 1218 não segue para os arcebispos de Santiago e de Toledo, mas contempla o bispo da Idanha; em contrapartida, o último testamento não é enviado a nenhum bispo, mas apenas aos grandes abades e mestres, que são os contemplados na partilha dos bens.

Esta comparação não responde à questão linguisticamente mais palpitante: porque foi decidido que o primeiro testamento seria em português e porque foi abandonada essa decisão nas versões seguintes, quando é bem evidente que elas apenas divergem em aspectos dispositivos e obedecem todas elas a uma redacção que é substancialmente a mesma?

Outra questão palpitante tem a ver com o estranho, para os nossos dias, conceito de isomorfia que reinava na chancelaria de Afonso II. Entre duas cópias autenticadas e conformes de um documento, destinadas a produzir idênticos efeitos legais, e anunciadas como iguais uma à outra (note-se: apenas em 1214, pois nos testamentos seguintes tal afirmação desaparece), as diferenças que existem são consideráveis: além de diferenças de suporte, são bastantes as variantes gráficas e linguísticas. Veja-se, para exemplo, a secção final do testamento, com as variantes assinaladas a negro:

<i>Ms. Lisboa</i>	<i>Ms. Toledo</i>
[23-25] E ssi a dia de mia morte meu filio ou mia filia que no meu logar ouuer a reinar nõ ouuer reuora, mândo aqueles caualeiros que os castelos téen	[32-35] E se dia da mia morte meu filio ou mia filia que no meu logo ouuer a reinar nõ ouuer reuora mândo áaqueles caualeiros que os castelos

de mi en'as terras que de mi téem os meus riquos oméés que os den a esses meus riquos oméés que essas terras teiuere. E os meus riquos oméés den'os a meu filio ou a mia filia que no | meu logar ouuer a reinar quando ouuer reuora, assi como os dariã a mi.

[25-27] E mandei fazer treze cartas cū aquesta tal una come outra, que per elas toda mia mada segia conprida, das quaes ten una o arcebispo de Bragaa, a outra o arcebispo de Santia-go, a terceira o arcebispo | de Toledo, a quarta o bispo do Portu, a quinta o de Lixbona, a sexta o de Coïbria, a septima o d'Euora, a octaua o de Uiseu, a nouea o maestre do Têplo, a dezima o prior do Espital, a undezima o prior de Santa Cruz, a duodecima o abade d'Alcobaza, a tercia dezima facer guarda[r] en | mia reposte.

Pensa Avelino de Jesus da Costa que as cópias do testamento foram obtidas por meio de ditado simultâneo: «As variantes entre os exemplares... levam a supor que o original do testamento foi ditado para serem simultaneamente escritos vários exemplares por diferentes notários» (Costa, 1979: 311). Sem dúvida, a maior parte das variantes poderia ter sido produzida nessas circunstâncias, sobretudo porque correspondem a modos diversos de representar os mesmos sons. Nem todas as variantes, porém, aceitam esse cenário. Entre elas, as seguintes:

a) variação da ordem das palavras:

<i>linba</i>	<i>Ms. Lisboa</i>	<i>Ms. Toledo</i>
2	meu reino e me(us) uassalos	meus uassalos e meu reino
9	todas mias devidas	mias devidas todas
21	out(ras) cousas	cousas outras

téem de mi en'as terras que de mi téem os meus ricos oméés que os | den a esses meus ricos omées que essas terras teiueren. E os meus ricos oméés den'os a meu filio ou a mia filia que no meu logo ouuer a reinar quando ouuer reuora assi como os da | rian a mi.

[35-37] E mãdei fazer treze cartas cū aquesta tal una como a outra que per elas toda mia mada seia conprida, das quaes ten una o arcebispo de Bragáa, a outra o arcebispo de Santiago, a terceira | o arcebispo de Toledo, a quarta o bispo do Porto, a quinta o de Lisbona, a sexta o de Coïbra, a septima o d'Euora, a octaua o de Uiseu, a nona o maestre do Têplo, a decima o prior do Espital, a ũdeci | ma o prior de Santa †, a duodecima o abade d'Alcobacia, a tercia decima faco eu aguardar en mia reposte.

b) variação entre vocábulo e sua ausência:

<i>linba</i>	<i>Ms. Lisboa</i>	<i>Ms. Toledo</i>
6	do arcebispo de Santiago	do de Santiago
8	se a raina morrer	se a reina dona Vrr(aça) morrer
8	Da out(ra) meiadade	Da outra mia meiadade
8	fazã desta guisa	facan ende desta guisa
12	no dia	en dia
12	ssi eu en	se en
13	en' os out(ro)s logares	en outros logares
18	q(ue) os de ... aq(ue)stes	q(ue) os de ... a aq(ue)stes
18	todos nõ poderem	nõ pod(er)en
24	mãdo aq(ue)les	mãdo a aq(ue)les
25	come outra	como a outra
26	facer guarda	faco eu aguardar

c) variação entre vocábulos:

<i>linba</i>	<i>Ms. Lisboa</i>	<i>Ms. Toledo</i>
7	como uirẽ por directo	como uiren por guisado
8	aq(ue)stas	estas
16	e dito	e nomeado
17	se algũs de me(us) filios ouuerẽ	se alguno de meus filios ouuer
20	no meu logar	no meu logo
26	nouea	nona

Ficamos por aqui a saber que, para um copista medieval, a separação entre as componentes significativa e formal de um texto era maior do que hoje estamos dispostos a admitir: mudanças no léxico, na gramática e na grafia do texto não o tornavam necessariamente outro texto. O acto de cópia incorporava, por isso, elementos pessoais do copista, oriundos da sua cultura, do seu gosto, das suas tendências, do tecido textual que ele transcrevia, sem que isso parecesse pôr em causa os seus escrúpulos de fidelidade.

Não deve ser difícil reconhecer perante todas estas variantes que, independentemente da sua natureza e do seu significado, elas não poderiam ter ocorrido aos copistas de L e T em situação de ditado. Em compensação, uma situação de cópia pura, de texto lido para texto escrito, forneceria o isolamento próprio para estas

variantes surgirem, umas por simplificação, outras por alternativa, outras mesmo por leitura deficiente do original. Ao admitir esta hipótese, ficamos dispensados de acreditar que um copista ouvia *direito* quando o outro ouvia *guisado*. Não parecendo que L seja cópia de T, ou vice-versa, por não haver erros claros de transmissão que o provem, a hipótese mais provável é serem ambos cópias de um original único (ou de uma sua cópia).

Assim se compreende mais facilmente que os diplomas sejam bem diversos, não só na forma e dimensões do pergaminho, na disposição da página, na extensão da linha, na letra, como também, e principalmente, em elementos linguísticos e textuais. Este é o ponto que convém realçar. Cada copista usou de um conjunto próprio de soluções gráficas, que é suficientemente recorrente e sistemático para permitir uma caracterização contrastante das respectivas atitudes linguísticas. Digo «contrastante» porque, embora ambos exibam abundantes marcas do polimorfismo gráfico que é de esperar na época, cada um deles pode ser descrito por oposição ao outro através de um feixe privativo de procedimentos gráficos constantes. De certo modo, percebe-se que tinham adquirido, ou em escola, ou através de uso muito frequente, certos hábitos de escrita e predileções por certas soluções gráficas, a que de modo algum recorriam em exclusivo, mas que resultam os mais frequentes na sua pena. As variantes gráficas entre os copistas mais características são:

Vocalismo

	<i>Ms. Lisboa</i>		<i>Ms. Toledo</i>	
	forma	ocorr.	forma	ocorr.
Vogais átonas finais	Portu	3	Porto	3
	suso	10	susu	9
			suso	1
	o (art. def.)	25	u (art. def.)	3
			o (art. def.)	20
	os	8	us	15
os			8	
o (pron.)	10	u (pron.)	7	
		o (pron.)	5	
Vogais nasais finais	nõ	12	nũ	6
			nõ	3

Ditongos crescentes	Coïbria	4	Coinbra	3
	departiã	5	departan	5
	recebia	1	receba	1
	beigio	2	beio	1
beyio			1	
Ditongos decrescentes	ao (prep.+art. def.)	6	ou	6
	aos	7	ous	7

Sibilantes

<i>Ms. Lisboa</i>		<i>Ms. Toledo</i>	
forma	ocorr.	forma	ocorr.
demorancia	2	demorancia	2
folgãcia	1	folgãcia	1
tercia	2	tercia	2
gracia	1	gracia	1
Alcobaza	6	Alcobacia	6
comemoraciones	2	comemoraciones	2
seruizo	1	seruicio	1
undezima	1	ũdecima	1
faza	1	faca	1
fazam	7	facan	7

Algumas dessas grafias estabelecem oposição entre ambos os escribas, e ao mesmo tempo são constantes para cada um. Assim:

a) O escriba do testamento de Lisboa representa sempre a vogal do artigo definido e do pronome *o, os* pelo grafema <o>, enquanto o escriba do testamento de Toledo se divide entre essa mesma representação gráfica e outra por meio de <u>.

b) O mesmo comportamento adoptam no caso de *suso* (L) / *suso-susu* (T) e de *nõ* (L) / *nũ-nõ* (T). Curiosamente, a palavra *Porto* é sempre assim grafada por T, e sempre *Portu* por L, numa inversão consistente da tendência anterior.

c) No que toca à sibilante africada predorso-dental surda /ts/, é o escriba de T que consistentemente a representa como <ci>, enquanto o escriba de L a representa por <ci> em alguns vocábulos

e por <z> em outros vocábulos, sem deixar de grafar o mesmo vocábulo sempre da mesma maneira.

d) Os escribas opõem-se também, sem oscilação, no caso de *faça, façam* (L) / *faça, façan* (T). Em todos estes casos da africada, tal como no de *Portu* / *Porto*, parece haver um vínculo entre cada solução gráfica e certos vocábulos, o que sugere uma aprendizagem logográfica da escrita por unidades lexicais, que prescinde da análise fonética e não atenta na identidade sonora que subjaz a escritas diferentes. Mas nas restantes oposições <u> / <o>, a que essa explicação não é aplicável, dir-se-ia que o escriba de T revela ser mais sensível à oralidade que o seu colega, o que também se pode aplicar à oposição consistente entre *ao, aos* (contração da prep. *a* com o art. def.), em L, e o ditongo *ou*, que corresponde a uma evolução atestada em documentos medievais, que a norma não veio a consagrar. A oposição, igualmente consistente, entre nomes e verbos que, em L, terminam com um ditongo crescente /jɐ/ mas que, em T, se apresentam já com a eliminação desse ditongo (*recebia* > *receba*), prefigura, tal como os exemplos antes apontados, um quadro segundo o qual o escriba do testamento de Lisboa tem uma educação mais formal e conservadora, enquanto o escriba do testamento de Toledo reflecte influências de várias tradições gráficas, umas mais conservadoras (e por isso chegadas à do colega de Lisboa) e outras que acompanham mais de perto a evolução da língua falada, o que constitui um indício socioestrático interessante.

Mas o que mais importa é a consistência que se adivinha em ambos. Apesar de não estarem submetidos a uma norma gráfica comum, a uma única *scripta* (chamar-lhe ortografia seria anacrónico), cada um dos copistas claramente possuía uma espécie de «ortografia pessoal», que só poderia ter adquirido através do ensino e de uma prática assídua ao longo da vida. Não lhes teria sido possível evidenciar uma tão grande regularidade se se tratasse do seu primeiro ensaio de escrita em português; mais, obter *ex nihilo* duas regularidades independentes e contrastantes, ao mesmo tempo e no mesmo local, seria impensável. A inferência é a seguinte: embora na chancelaria real portuguesa ainda continuasse durante mais meio século a ser observado o costume de escrever em latim os documentos formais, destinados a assumir carácter oficial e a perdurar no tempo (costume quebrado no caso do testamento de 1214, por razões que os historiadores um dia encontrarão), já era uso, no início do séc. XIII, escrever em português certos textos de carácter efémero, tais como apontamentos, mensagens pessoais,

rascunhos, minutas, que pela sua natureza muito poucas possibilidades tinham de sobreviver, ou de carácter informal, como a notícia, que mesmo quando sobrevive é difícil de situar cronologicamente. Em tais exercícios se adestraram os escribas da casa real para escrever em português. A caracterização da «ortografia individual» de cada escriba talvez permita vislumbrar a proveniência do seu aprendizado e determinar se aprenderam a escrever romance em ambientes de influência castelhana ou leonesa.

Notícia de Torto

Um desses textos informais ou efémeros, contudo, chegou até nós. A *Notícia de Torto* tem sido considerada pela maioria dos autores uma minuta portuguesa de documento que, em forma limpa e final (*mundum*), seria escrita em latim. Por acidente histórico não explicado, foi a minuta que sobreviveu e não o produto final, se esse chegou a existir. Mas talvez se deva considerar que a informalidade e as «irregularidades» que o documento exhibe são mais próprias do género *notícia* que de um texto provisório, como a minuta notarial. É essa a proposta de Susana Pedro, para quem «a *notícia* é um género diplomático específico que tem por fim registar informalmente determinados factos e elementos com o fim de preservar a sua memória»:

É neste sentido que, em meu entender, se deve pôr de lado a ideia tradicional de que uma notícia, tal como foi repetidamente referido a propósito da *Notícia de Torto*, é um documento preparatório, um rascunho de um hipotético *mundum* perdido. É, sim, um documento final que não obedece, pelas próprias características do género diplomático, às normas aplicáveis aos documentos dispositivos. (Susana Pedro, 2004)

O suporte da *Notícia* é um rectângulo de pergaminho de forma irregular, mais estreito na zona inferior e com uma série de buracos e imperfeições na superfície da pele, que provavelmente existiam antes da escrita. É um opistógrafo, escrito primeiro na página da carne e continuado na do pelo, sem qualquer preparação das páginas para a escrita, o que reforça o seu carácter informal, que pode observar-se também ao nível do conteúdo e da forma como este aparece exposto: «o conteúdo confirma este carácter de apontamentos tomados um pouco ao acaso das informações que alguém

ia dando verbalmente a um notário» (Cintra, 1990: 24). Também Susana Pedro é de opinião que o escriba se limitou a tomar um ditado que alguém lhe fazia: «A frase da linha 35 surgiu entretanto, possivelmente uma súbita lembrança de quem estaria a ditar o texto,...» (Pedro, 1994: 54).

A *Notícia* recolhe uma série de queixas formuladas por Lourenço Fernandes da Cunha, importante fidalgo minhoto da região entre Braga e Barcelos¹¹, contra os filhos de outro nobre seu vizinho e parente, Gonçalo Ramires. Estes últimos, que deviam repartir com Lourenço Fernandes a herança recebida de seu pai, não só se recusaram a tal, como lhe infligiram uma série de *tortos*, ou ofensas e delapidações, que são os relatados neste documento. É daí, das primeiras palavras com que começa o texto, *De noticia de torto que fecerũ [...]*, que lhe vem o nome.

O pergaminho foi descoberto no começo do séc. XIX pelo paleógrafo João Pedro Ribeiro no arquivo do Mosteiro de Vairão, e publicado por ele em 1810, nas *Dissertações Chronologicas e Críticas sobre a História e a Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal* (2.^a ed. 1860), em transcrição que é inutilizável do ponto de vista linguístico. Em 1914 o paleógrafo e historiador Pedro de Azevedo voltaria a publicar o documento, guardado desde a extinção das ordens religiosas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na *Revista Lusitana*, vol. XVII, 1914, pp. 204-206. Além de alguns erros de leitura, como observa Cintra, o desenvolvimento das abreviaturas não está assinalado. Antes, Leite de Vasconcellos fizera uma cuidada edição, sem comentários, de um fragmento da *Notícia* na sua antologia *Textos Arcaicos* (1905, 14-15). As restantes edições do texto, excepto a publicada por A. Corrêa de Oliveira e Saavedra Machado (*Textos Portugueses Medievais*, Coimbra, 1959), remetem sempre para as já citadas. Em 1968, Lindley Cintra apresentou uma edição completamente nova, acompanhada de uma breve introdução dedicada à datação e localização do documento (Cintra, 1971a). Trabalhando independentemente, o Pe. Avelino de Jesus da Costa publicou novamente o texto, em 1979, acompanhado de uma série de documentos contemporâneos muito informativos sobre a biografia de Lourenço Fernandes da Cunha e, consequentemente, sobre a datação do texto (Costa, 1979). A sua leitura dife-

¹¹ Além de A. J. Costa, 1979, v. José Mattoso, *Ricos-bomens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães, 1982, 214-217.

re em diversas soluções da de Cintra, que depois fez nova edição (Cintra, 1990), em que adopta algumas das propostas de Costa. Em 1994, Susana Pedro (cit.) submeteu o manuscrito a um exame paleográfico e diplomático que trouxe novidades de relevo, com reflexos na leitura do texto. Em 2003, em colaboração com António Emiliano, apresentou uma nova edição do texto, com princípios diferentes da sua edição anterior (Emiliano-Pedro, 2004).

Não há, na escrita da *Notícia*, ao contrário do testamento de Afonso II, qualquer vislumbre de regularidade gráfica. De acordo com a análise de Susana Pedro (1994: 75), o escriba era «alguém com convivência com a escrita, o que se vê na variedade de alógrafos que pode apresentar para uma só letra. No entanto, pode ser uma convivência mais de leitura que de escrita propriamente, já que revela uma desorganização geral de traçado, de ocupação do espaço (com linhas que se encravam nas anteriores) e um grande leque de influências numa escrita que não nos parece totalmente formada, adquirida (...)» Exactamente o mesmo tipo de comportamento, a que apetece chamar autodidáctico, se observa no plano grafofonémico.

Em contraste com os escribas da chancelaria real, o autor material da *Notícia de Torto* hesita quanto à representação de certos sons, como se fosse uma novidade ter de interpretar e figurar a língua oral:

a) representa a fricativa labiodental surda /f/ tanto por meio do grafema <f> como do grafema <v>: *testiuigo* (l. 28) e *testifigo* (l. 30), de *testificare*;

b) inversamente, representa a correspondente fricativa sonora /v/ por meio dos mesmos grafemas <f> e <v>: *ueracin* (l. 14), *ueraci* (l. 35) e *feracin* (l. 52), de (*nilla*) *ueracini*, e também *fezes* (l. 34), *nices* (l. 34), *fice* (l. 53), de *nices*. Note-se que se trata de consoantes resultantes tanto de surdas como de sonoras latinas. Particularmente interessante é a grafia *tefuosa* (l. 16), para *tevosa* <TABULOSA, em que observamos as duas grafias alternantes a sucederem-se, numa espécie de emenda em curso de escrita. Mais nítido ainda, este fenómeno repete-se na l. 34, onde, como observou Susana Pedro (1994: 48), um *f* riscado precede a palavra *nices*, mostrando que o escriba ia escrever *fices*, mas decidiu de outro modo. Estamos nestes casos, indiscutivelmente, perante hesitação, arrependimento e correcção, acidentes de que se acha protegido quem escreve segundo regras que aprendeu na escola.

c) igualmente significativa – embora se possa dizer que aí não há

hesitações, vista a consistência com que procede – é a solução que o escriba dá ao problema de representar a africada palatal surda /tʃ/, fonema privativo galego-português (de *pl-*, *cl-*, *fl-* iniciais latinos) que obviamente não dispunha de tradição gráfica latina, nem ibero-românica central. Ao seu alcance não estava ainda a grafia <ch>, que só se difundiria com os documentos portugueses posteriores a Afonso III, embora o escriba do testamento de Lisboa já a usasse pontualmente com outro enquadramento fonológico em *Sancho*, de SANCTIUS. A sua solução é outra: representa a africada por meio do grafema <g>, em *agou* (= *achou*, l. 29), *agarũ* (= *acharõ*, l. 49), *gacarũ* (= *chagarõ*, ls. 51 e 52), e também por meio do grafema <i>, em *iagarũ* (= *chagarõ*, l. 54). Porquê dois grafemas? Porque eram os que ele conhecia para representar a africada palatal sonora /dʒ/, que, sendo o som acusticamente mais próximo, mais facilmente se prestava a ceder-lhe as suas grafias:

<g>: *agudas* (= *ajudas*, l. 27), *getarũ* (= *jeitarõ*, l. 51)
 <i>: *iuiço* (= *juízo*, l. 26), *aiuda* (= *ajuda*, l. 29), *ueriar* (= *verjar* < *uiridiaru*, l. 50)

Estes comportamentos confirmam a opinião acima referida de Susana Pedro: o escriba era mais um leitor que um profissional da escrita e não tinha, para todos os problemas, soluções gráficas adquiridas e enraizadas, ao contrário dos seus contemporâneos da chancelaria real. Deixava-se guiar pela análise que caso a caso ia fazendo do que ouvia, do que lhe era ditado. Daí grande parte do seu interesse para o linguista, porque a espontaneidade e a hesitação da sua mão deixam entrever factos da língua oral que um escriba habitual e formal teria filtrado e que se tornam, assim, naqueles momentos raros em que vemos «falar» um documento antigo. O seu recurso às grafias de /dʒ/, por exemplo, constitui um precioso testemunho de que este fonema ainda existia no português de inícios do séc. XIII.

d) ainda no capítulo da escrita hesitante – que não constitui uma anomalia, antes é um universal da prática escritória informal ou criativa, como sabe a crítica genética –, uma observação importante, que completa o que vimos atrás, é permitida pelo modo como o escriba transita de formas portuguesas para latinas dentro da mesma frase:

- l. 3 *tãto quome uno de suos filios d aquãto podesẽ auer de bona de seuo pater*
 l. 7 *a maior ajuda que illos hic cõnocerũ*
 l. 38 *E cũ ille existis de sua casa in ipso die que uola qũitarũ*
 l. 42 *se ar qũiserdes ouir as desõras que ante ihc furũ ar ouideas*

Percebe-se o padrão: as hesitações e variações gráficas verificam-se mais na escrita de palavras portuguesas que de palavras latinas, as quais oferecem uma estabilidade maior, quase logográfica. E a oscilação entre português e latim ocorre sempre dentro de uma frase; não é uma oscilação a nível da sintaxe (entre frases), nem na verdade a nível da morfologia e do léxico, mas apenas a nível «ortográfico», sendo certas palavras, porque mais técnicas ou mais familiares ao escriba (*filios, bona, pater, hic, in ipso die*), representadas por ele com grafias fixas latinas, enquanto outras o levam a exercícios de invenção fonética.

Em suma: ao escrever, ele oscila entre seguir modelos gráficos que domina parcialmente (daí a sua forte variação) e tentar reproduzir, com hesitações, a língua que falava e ouvia. Esta caracterização não deveria surpreender: o escriba da *Notícia de Torto* não trabalhava para o rei de Portugal, nem para um comendador da ordem do Templo, mas para um fidalgo arruinado do Minho, Lourenço Fernandes da Cunha, que não possuía chancelaria, nem escriba decente ou profissional, mas apenas aquilo a que hoje chamamos uma «mão inábil»¹². Essa titubeante invenção do escrever português, essa escrita não totalmente formada e adquirida, é fascinante em si mesma e, por contraste, põe em destaque quanto a prática dos copistas da corte era adquirida, longa e hábil.

Descoberta de documentos anteriores

Encontramo-nos assim perante provas de que, em 1214, os notários já dispunham de experiência na escrita do português e de que a possibilidade de escrever em português estava também ao

¹² É esta a tradução divulgada por Rita Marquilhas (*A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*, Lisboa, IN-CM, 2000, 235ss.) para a fórmula «scripteurs maladroits» de Claire Blanche-Benveniste («Les unités: langue écrite, langue orale», C. Pontecorvo e C. Blanche-Benveniste orgs., *Proceedings of the workshop on Orality versus Literacy: concepts, methods and data*, Strassbourg, European Science Foundation, 1993, 167-168); também «poor writers» e «escritores inexpertos».

alcance de escreventes que poderíamos cotar de autodidactas e amadores. Seria razoável, portanto, esperar que novas pesquisas nos arquivos portugueses dessem como resultado o aparecimento (ou a reclassificação) de documentos em português produzidos antes de 1214.

Por outro lado, as duas escrituras de Mogadouro, uma delas datada de 1253 e a outra quase sua contemporânea, eram um indício promissor de que o intervalo entre 1214 e 1255 tão pouco fora um deserto de escrita portuguesa. Impulsionada por uma pequena frase de Lindley Cintra – «Dans les archives portugaises, il y a un nombre extraordinaire de documents extrêmement intéressants du point de vue linguistique qui n'ont été ni publiés ni étudiés» (Cintra, 1963: 45) –, Ana Maria Martins procurou nas coleções da Torre do Tombo documentos que ocupassem esse período entre 1214 e 1255 em que, intrigantemente, parecia que não se escrevera em português. As buscas foram bem sucedidas e resultaram em seis documentos datados (Martins 1999 e 2001b):

1234	Vairão	2 docs.
1236	Ferreira de Aves	1 doc.
1243	Pedroso	1 doc.
1252	Pedroso	2 docs.

No território galego, pesquisas semelhantes têm sido feitas. José António Souto Cabo (1996) examinou um documento do Arquivo da Sé de Ourense que fora datado de 1230 (M. Romani, *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Oseira*, Santiago, 1989), mas Fernando R. Tato Plaza («Dous documentos en galego de 1229?», *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (Braga, 1996)*, Lisboa, APL, 1997, vol. II, 297-302), pôs em causa essa datação e situou em 1259 os mais antigos documentos em galego. Mais recentemente, Souto Cabo anunciou ter localizado dois documentos galegos de 1231 e 1233, do mosteiro de Santa Maria de Melom (2003: 330). Isto aponta para uma situação galega bastante semelhante à portuguesa, quanto à antecipação do advento da escrita romance.

Mas as descobertas de Ana Maria Martins não ficaram por po voar o deserto documental 1214-1255. Em período bem mais recuado do que esse, encontrou documentos, datados ou não, que não hesitou em considerar portugueses.

A peça central é uma *Notícia de Fiadores* (IAN/TT, CR, mosteiro

de S. Cristovão de Rio Tinto, maço 2, n.º 10), pequeno documento original que exhibe a data de 1175 e contém uma lista dos fiadores de Paio Soares Romeu, pertencente à família dos senhores de Paiva e irmão daquele João Soares de Paiva autor do sirventês *Ora fax ost'o senhor de Navarra*, de 1196, considerado a mais antiga composição trovadoresca galego-portuguesa (coincidência a não hipervalorizar, mas também a não silenciar, pois sugere um ambiente cultural em que o escrever latino não seria a única opção). Com a *Notícia* coabitam no mesmo suporte alguns outros documentos em latim e em português, estes de estrutura pouco formal e não datados, do tipo *notícia*. O primitivo ocupante do suporte é uma carta latina de doação, do pai de Paio Soares, datada de 1146, tendo os restantes documentos, relativos a assuntos da família, sido sucessivamente adicionados em áreas devolutas do pergaminho. O texto da *Notícia de Fiadores* é o seguinte, em leitura de Ana Maria Martins:

Noticia fecit pelagio romeú de fiadores Stephano pelaiz .xxi. solidos lecton .xxi. soldos pelaio garcia xx. soldos. Gūdisaluo Menendici .xxi. soldos
Egeas anriquici xxx^{ta} soldos. petro cōlaco .x. soldos. Gūdisaluo anriquici .xxxx^{ta} soldos Egeas Monúici .xx^{ti}. soldos Ihoane suarici .xxx.^{ta} soldos
Menendo garcia .xx^{ti} soldos. petro suarici .xx^{ti}. soldos ERa Ma. CC^{aa} xiii^{ta} Istos fiadores atan .v. annos que se partia de isto male que li avem

A classificação deste documento como português foi criticada por António Emiliano, que prefere ver nele um «documento notarial latino-português com um grau muito elevado de romanceamento scriptográfico» (Emiliano, 2003b: 275). Este autor defende o ponto de vista de que «a língua notarial latino-portuguesa, tradicional e imprópriamente designada por 'latim bárbaro' por filólogos e historiadores, constitui até aos séculos XII-XIII o único meio (por um lado disponível, por outro lado adequado) de comunicação contemporânea escrita entre falantes do português antigo» (Emiliano, 2003a: 19).

Uma outra restrição que tem sido formulada em relação a este texto baseia-se na sua pequena extensão e na relativa pobreza de material linguístico português, visto que parte considerável é ocupada por uma lista de nomes próprios e numerais. Com esse fundamento, José António Souto Cabo desvalorizou a importância da

Notícia de Fiadores, ao mesmo tempo que apresentava um outro documento como provavelmente «mais antigo» (Souto Cabo, 2003). Trata-se de um *Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais* (IAN/TT, Mitra de Braga, maço 1, n.º 26/A), não datado, que Souto Cabo situa entre Abril de 1173 e Abril de 1175, fornecendo dados histórico-biográficos muito ricos que ajudam à reconstrução do ambiente familiar de produção do documento, ambiente em que sugerem ter sido também criada a *Notícia de Torto*. Veja-se um fragmento do documento, segundo a leitura de Souto Cabo:

Ego gomenze pelaiz facio a *tibi* irmano. meo ramiru pelaiz isto plazo ut non intret meo maiordomo inilla uilla super *uostros* homines deslo mormuiral. & de inde âtre as cas sas dousenda grade & deluira grade. & ide pora pena lôga & de ista parte *perilla* petra cauada de sueiro ramiriz dou *uobis* isto que seiades meo amico bono. & irmano bono [...]

A datação baseia-se num argumento de probabilidade: no pergaminho, o *Pacto* está escrito no lado da carne; os escribas preferiam escrever primeiro desse lado do pergaminho, mais liso e branco que o lado do pelo; por isso, é possível que o *Pacto* tenha sido escrito antes do documento que se encontra no lado do pelo. A data deste outro documento – 15 de Abril de 1175 – serviria assim de limite *ad quem* para o *Pacto*. Como este declara ser válido por dois anos («jsto pleito est taliado de isto maio q(ue) uenit ad. ij^s. anos»), Souto Cabo conjectura que só depois de decorrido tal prazo e de perda a eficácia do pacto é que o pergaminho teria sido usado para o documento de 15 de Abril: assim, o pacto poderia ter sido escrito tão cedo como Abril de 1173.

A preferência dos escribas pelo lado da carne, a hipoderme, é um facto indesmentível. António Ribeiro Guerra¹³ examinou 3231 documentos portugueses do sécs. IX a XII e verificou que a quase totalidade (96,63 %) desses documentos tinha sido escrita pelo lado da carne. Mas, ao mesmo tempo, observa que eram raros os opistógrafos, isto é, os suportes escritos em ambas as páginas, apoiando-se tanto nos seus ricos materiais como na opinião de diversos outros paleógrafos. O que significa que o *Pacto*, ao conviver com outro documento no mesmo suporte, não se inscreve em prática escribal corrente (mas comum à *Notícia de Fiadores* e à *Notícia de Torto*).

¹³ António Joaquim Ribeiro Guerra, *Os Diplomas Privados em Portugal dos séculos IX a XII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, 102.

Esta restrição não chega para invalidar a afirmação de Souto Cabo de que o *Pacto* foi escrito em data anterior à do seu vizinho. Mas quanto anterior? Não só nada indica que o tenha sido com uma anterioridade de dois anos, como é mesmo possível que o intervalo temporal entre ambos os documentos tenha sido bem menor. Se o pacto não entrou em vigor e não passou de projecto logo abandonado, não haveria motivos para esperar dois anos antes de utilizar o pergaminho para outro fim. Ora, quando verificamos que o texto do pacto ocupa exactamente, e completamente, a metade superior da página, deixando em branco a metade inferior, parece evidente que esta se destinava inicialmente a receber uma segunda versão do texto, separada da primeira por uma linha em ABC, formato usual de duplicação de cópias destinadas às duas partes contratantes. Souto Cabo (2003: 351) confirma que a letra do *Pacto* foi comprimida para evitar que o texto invadisse a metade inferior da página e que esta parece ter sido preparada para receber outro texto; no entanto, o seu enregramento vai em sentido inverso ao do *Pacto*. Se a segunda cópia não chegou a ser escrita, não significará isso que houve ruptura do acordo, ainda antes de ser celebrado? Conclui-se, portanto, que, sendo razoável concordar com Souto Cabo que o pacto é anterior ao documento de 15 de Abril de 1175, pode tê-lo antecedido de poucos dias apenas. Não parece provado que seja, só por isso, anterior à *Notícia de Fiadores*, que não se sabe em que dia de 1175 foi escrita. De qualquer forma, a questão de saber se um documento é ligeiramente mais antigo do que o outro revela-se pouco interessante, face à venerável antiguidade de ambos e ao seu grande valor histórico e linguístico.

Mais importante ainda é que estão a aparecer em bom número documentos originados da segunda metade do séc. XII, alguns exactamente datados como a *Notícia de Fiadores*, outros datados aproximadamente como o *Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais*, outros sem data alguma, mas todos eles exibindo em maior ou menor grau formas romances, ou mesmo blocos compactos em romance, que nos mostram que já havia a possibilidade de escrever português um século antes de ele começar a ser regularmente usado na escrita dos documentos, meio século antes de o ter sido esporadicamente. Se os esforços dos investigadores envolvidos continuarem com o ritmo e o nível que têm revelado, talvez resulte daqui a constituição de um *corpus antiquíssimo galego-português*.

8.5 Comentário linguístico de textos

*Testamento de Afonso II (1214)**Texto*

São reproduzidas, face a face, as edições de L e T publicadas pelo Pe. Avelino de Jesus da Costa (Costa, 1979, pp. 312-321). Cada parágrafo corresponde a uma linha de texto no manuscrito L, estando numeradas as linhas de 1 a 27; a divisão do texto em T, que tem 37 linhas, é, assim, artificial e destina-se apenas a permitir o cotejo das duas versões. A mudança de linha em T aparece representada por barras oblíquas, com o número da linha seguinte em expoente. Os desenvolvimentos de abreviaturas praticados pelo editor são mantidos aqui, mas sem serem assinalados; Costa marcou-os com parênteses curvos, que sobrecarregam bastante o texto. Só não são acompanhadas algumas raras intervenções do editor (L9, L16, L22, L26), que visavam regularizar acidentes do manuscrito.

<i>Manuscrito L (ANTT)</i>	<i>Manuscrito T (Toledo)</i>
[1] En'o nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, temête o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Orraca e de meus filios e de meus uassalos e de todo meu reino fiz mia mada per que de-	En'o nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, temente o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Vrraca e de meus filios e de meus uassalos ² e de que todo meu reino fiz mia mada per de-
[2] pos mia morte mia molier e meus filios e meu reino e meus uassalos e todas aquelas cousas que Deus mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. Primeiramente mado que meu filio infante don Sancho que ei da raina dona Orraca agia meu reino entegramente e en paz. E ssi este for	pois mia morte mia molier e meus filios e meus uassalos e meu reino e todas aquelas cousas que Deus mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. Primeiramente mado que meu filio Ifan[te] don Sãcio que ei da raina dona Vrraca aia meu reino entegramente e en paz. E sse este for
[3] morto sen semmel, o maior filio que ouuer da raina dona Orraca agia o reino entegramente e en paz. E ssi filio baro nõ ouuermos, a maior filia que ouuermos agia'o. E ssi no tẽpo de mia morte meu filio ou mia filia que deuier a reinar nõ ouuer reuora, segia en poder	morto sen semel, o maior filio que ouuer da raina dona Vrraca aia o reino entegramente e en paz. ⁴ E sse filio baron nõ ouuermos, a maior filia que ouuermos aia'o. E sse no tẽpo de mia morte meu filio ou mia filia que deuier a reinar nõ ouuer reuora, seia en poder
[4] da raina sa madre e meu reino segia en poder da raina e de meus uassalos ata quando agia reuora. E ssi eu for morto,	da raina sua madre e meu reino ⁵ seia en poder da raina e de meus uassalos ata cado aia reuora. E sse eu for morto, rogo o apos-

rogo o apostoligo come padre e senior e beigio a terra ante seus pees que el recebia en sa comẽda e so seu difindemẽto a raina e meus filios e o reino. E ssi eu	toligo como padre e senior e beio a terra ante seus pees que el recceba en sa comenda e so seu defendimento a raina ⁶ e meus filios e o reino. E sse eu
[5] e a raina formos mortos, rogoli e pregoli que os meus filios e o reino segia en sa comẽda. E mado da dezima dos morauidiis e dos dieiros que mi remaserũ de parte de meu padre que sũ en Alcobaza e do outr'auer mouil que i posermos pora esta dezima que segia partido pelas manus	e [a] raina formos mortos, rogoli e pregoli que os meus filios e o reino seiam en sa comenda. E mado da dezima dos morauidiis e dos dieiros que mi remaserum da parte de ⁷ meu padre que sũ en Alcobacia e do outr'auer mouil que i posermos pora esta dezima que seia partido pelas manos
[6] do arcebispo de Bragaa e do arcebispo de Santiago e do bispo do Portu e de Lixbona e de Coĩbria e de Uiseu e de Lamego e da Idania e d'Euora e de Tui e do tesoureiro de Bragaa. E outrossi mado das dezimas das luctosas e das armas e doutras dezimas que eu tenio apartadas en te-	do arcebispo de Bragaa e do de Santiago e do bispo do Porto e de Lisbona e de Coimbra e de ⁸ Uiseu e de Lamego e da Idania e d'Euora e de Tui e do tesoureiro de Bragaa. Outrossi mando das dezimas das luitosas e das armas e doutras dezimas que eu tenio apartadas en te-
[7] souros per meu reino, que eles as departia assi como uirẽ por derecho. E mado que o abade d' Alcobaza lis de aquesta dezima que el ten ou teiuer e eles as departia segũdo Deus como uirẽ por derecho. E mado que a raina dona Orraca agia a meiadade de todas aquelas cousas mouils que eu ouuer	souros per meu rei- ⁹ no que eles as departan assi como uiren por guisado. E mado que o abade d' Alcobacia lis de aquesta dezima que el ten ou teiuer e eles as departan segũdo Deus como uiren por derecho. E mado ¹⁰ que a raina dona Vrraca aia a meiadade de todas aquelas cousas mouils que eu ouuer
[8] a mia morte, exetes aquestas dezimas que mado dar por mia alma e as outras que tenio en uoontade por dar por mia alma e non'as uiier a dar. Et mado que si a raina morrer en mia uida que de todo meu auer mouil agia ende a meiadade. Da outra meiadade solten ende primeiramente	a mia morte, exetes estas dezimas que mado dar por mia alma e as outras que tenio en uoontade por dar por mia alma ¹¹ e non'as uiier a dar. E mado que se a raina dona Vrraca morrer en mia uida que de todo meu auer mouil aia ende a meiadade. Da outra mia meiadade solten ende primeiramente
[9] todas mias devidas e do que remaser fazam en tres partes e as duas partes agia meus filios e mias filias e departiãse entr' eles igualmente. Da terceira o arcebispo de Bragaa e o arcebispo de Santiago e o bispo do Portu e o de Lixbona e o de Coĩbria e o de Uiseu e o d' Euora fazã desta	¹² mias devidas todas e do que remaser facan ende tres partes e as duas partes aian meus filios e mias filias e departans'entr' eles igualmente. E da terceira o arcebispo de Bragaa e u de Sãtiago ¹³ e u bispo do Porto e u de Lisbona e u de Coimbra e u de Uiseu e u d'Euora facan ende desta
[10] guisa: que u quer que eu moira quer en meu reino quer fora de meu regno fazam aduzer meu corpo per mias custas a Alcobaza. E mado que den a meu senior o papa III morauidiis, a Alcobaza II morauidiis por meu aũuersario, a Santa Maria de Rocamador II morauidiis por meu aũuersario	guisa: que u quer que eu moira, quer en meu reino quer fora de meu reino, facan aduzer meu corpo per mias custas a Alcobacia. ¹⁴ E mado que den a meu senior o papa III morauidiis, a Alcobacia II morauidiis por meu aũuersario, a Santa Maria de Rocamador II morauidiis, por meu aũuersario,

[11] a Santiago de Galicia Ī CCC morauidiis por meu añiuersario, ao cabidoo da Séé da Idania mille morauidiis por meu añiuersario, ao moesteiro de San Gurge D morauidiis por meu añiuersario, ao moesteiro de San Uicēte de Lixbona D morauidiis por meu añiuersario, aos caonigos de Tui mille	a Santiago de Galiza Ī CCC morauidiis por meu añiuersario, ou ¹⁵ cabidoo da Séé da Idania Ī morauidiis por meu añiuersario, ou moesteiro de San Iorgi D morauidiis por meu añiuersario, ou moesteiro de San Uicēte de Lisbona D morauidiis por meu añiuersario, ous conigos de Tui ¹⁶ Ī
[12] morauidiis por meu añiuersario. E rogo que cada un destes añiuersarios fazam sēpre no dia de mia morte e fazam tres comemoraciones en tres partes do ano e cada dia fazam cantar una missa por mia alma por sēpre. E ssi eu en mia uida der estes añiuersarios, mado que orem por mi co-	morauidiis por meu añiuersario. E rogo que cada uno destes añiuersarios facan sempre en dia de mia morte e facan tres comemoraciones en tres partes do ano e cada [d]ia facan cantar una missa por ¹⁷ mia alma por sēpre. E se en mia uida der estes añiuersarios, mado que oren por mi co-
[13] me por uiuo ata en mia morte e depois mia morte fazam estes añiuersarios e estas comemoraciones assi como suso e nomeado, assi como fazem en'os outros logares u ia dei meus añiuersarios. E mado que den ao maestre e aos freires d'Euora D morauidiis por mia alma, ao comen-	me por uiuo ata en mia morte e depois mia morte facan estes añiuersarios e estas comemoraciones assi como suso e nomeado, ¹⁸ moraciones assi como suso e nomeado, assi como fazen en outros logares u ia dei meus añiuersarios. ¹⁹ E mado que den ou maestre e ous fraires d'Euora D morauidiis por mia alma e ou comen-
[14] dador e aos freires de Palmela D morauidiis por mia alma. E mado que o que eu der daquesta mada en mia vida que non'o busque nenguu depos mia morte. E o que remaser daquesta mia terciã mado que segia partido iguالمعته en cinque partes das quaes una den a Alcobaza u	dador e ous fraires de Palmela D morauidiis por mia alma. E mado que o que eu der daquesta mada en mia vida que non'o busque nēgūu deposes mia morte. E u que remaser daquesta mia terciã ²⁰ mado que scia partido igualmente en cinque partes das quaes una den a Alcobacia u
[15] mando geitar meu corpo. A outra ao moesteiro de Santa Cruz, a terceira aos Tēpleiros, a quarta aos Espitaleiros, a quinta den por mia alma o arcebispo de Braga e o arcebispo de Santiago e os cinque bispos que suso nomeamos segūdo Deus. E den ende aos omces d'ordin	mado icitar meu corpo. A outra ou moesteiro de Santa †, a terceira ous Tēpleiros, a quarta ous Espitaleiros, ²¹ a quinta den por mia alma o arcebispo de Braga e u de Santiago e us cique bispos que suso nomeamos segūdo Deus. E den ende ous omces d'ordin
[16] de mia casa e aos leigos que eu nō galardeei seu seruido assi com'eles uirem por guisado. E as outras duas partes de toda mia meiadade segia departidas igualmente entre meus filios e mias filias que ouuer da raina dona Orraca assi como suso e dito. E mado que aqeste auer	de mia casa e ous leigos a que eu non galardeei ²² ei seu seruido assi com'eles uirem por guisado. E as outras duas partes de toda mia meiadade seian departidas igualmente antre meus filios e mias filias que ouuer da raina dona Vrraca assi co- ²³ mo suso e nomeado. E mado que aqest' auer
[17] dos meus filios que o tenia aquestes dous arcebispos cū aquestes cinque bispos ata quando agiã reuora. E a dia de mia morte se alguns de meus filios ouuerẽ reuora, agiã seu auer. E dos que reuora nō ouuerẽ mado que lis tenia seu auer ata quando agiã reuora. E mado que quen quer que	dos meus filios que o tenian aquestes dous arcebispos cum aquestes cique bispos ata quando aian reuora. E a dia de mia morte, se alguno de meus filios ou- ²⁴ uer reuora, aian seu auer. E dos que reuora nū ouueren mado que lis tenian seu auer ata quando aian reuora. E mado que quen quer que

[18] tenia meu tesouro ou meus tesouros a dia de mia morte que os de a departir aquestes dous arcebispos e aquestes cinque bispos, assi como suso e nomeado. E mado ainda que se s'asuar todos nō podem ou nō quiserẽ ou descordia for entr'aquestes a que eu mado departir aquestas dezimas	tenia meu tesouro ou meus tesouros a dia de mia mor- ²⁵ te que os de a departir a aquestes dous arcebispos e aquestes cinque bispos assi como suso e nomeado. E mado ainda que se s'asuar nō poderen ou nō quiseren ou descordia for ant'aquestes a que eu mado ²⁶ departir aquestas dezimas
[19] suso nomeadas, ualia aquilo que maderẽ os chus muitos per nōbro. Outrossi mado daqueles que mia mada an a departir ou todas aquelas cousas que suso sū nomeadas que si todos nō se poderẽ assunar ou nō quiserem ou descordia for entr'eles ualia aquilo que maderẽ os chus muitos per	suso nomeadas, ualia aquilo que maderẽ os chus muitos per nōbro. Outrossi mado daqueles que mia mada an a departir ou todas aquelas cousas que suso sū nomeadas que se ²⁷ todos non se poderen asuar ou non quiseren ou descordia for ant'eles ualia aquilo que maderen os chus muitos per
[20] nōbro. Mando ainda que a raina e meu filio ou mia filia que no meu logar ouuer a reinar se a mia morte ouuer reuora e meus uassalos e o abade d' Alcobaza sen demorancia e sen contradita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas e as outras cousas suso nomeadas	nōbro. Mado ainda que a raina e meu filio ou mia filia que no meu logo ouuer a rei- ²⁸ nar, se a mia morte ouuer reuora e meus uassalos e u abade d' Alcobacia sen demorancia e sen contradita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas e as outras cousas suso nomeadas ²⁹
[21] e eles as departiã assi como suso e nomeado. E ssi a mia morte meu filio ou mia filia que no meu logar ouuer a reinar nō ouuer reuora, mado empero que aquestes arcebispos e aquestes bispos departiã todas aquestas dezimas e todas aquestas outras cousas assi como suso e no-	e eles as departan assi como suso e nomeado. E se a mia morte meu filio ou mia filia que no meu logo ouuer a reinar nō ouuer reuora, mado empero que aquestes arcebispos e aquestes bispos departã ³⁰ todas estas dezimas e todas estas cousas outras assi como suso e no-
[22] meado. E a raina e meus uassalos e o abade sen demorancia e sen contradita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas e as outras cousas que teuerẽ, assi como suso e dito. E ssi dar nō li as quiserem, rogo os arcebispos e os bispos com' eu en eles confio que eles o demadem pe-	meado. E a raina e meus uassalos e u abade sen demorancia e sen contradita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas ³¹ e as outras cousas que teuerem assi como suso e dito. E se dar nū las quiseren, rogo os arcebispos e os bispos com' eu en eles confio que eles o demaden pe-
[23] lo apostoligo e per si. E rogo e prego meu senior o apostoligo e beigio a terra ante seus pees que pela sa santa piadade faza aquesta mia mada seer conprida e aguardada, que nenguu agia poder de uinir contra ela. E ssi a dia de mia morte meu filio ou mia filia que no	lo apostoligo e per si. E rogo e prego meu senior ³² o apostoligo e beyio a terra ante seus pees que pela sa sancta piedade faza aquesta mia mada seer conprida e aguardada, nō que nēgūu nū aia poder de uenir contra ela. E se a dia da mia morte ³³ meu filio ou mia filia que no
[24] meu logar ouuer a reinar nō ouuer reuora, mado aqueles caualeiros que os castelos teen de mi en' as terras que de mi teem os meus riquos omces que os den a esses meus riquos omces que essas terras	meu logo ouuer a reinar nū ouuer reuora mado a aqueles caualeiros que os castelos teen de mi en' as terras que de mi teen os meus ricos omces que os ³⁴ den a esses meus ricos omces que essas terras teueren.

teuerẽ. E os meus ricos omces den' os a meu filio ou a mia filia que no	E os meus ricos omces den' os a meu filio ou a mia filia que no
[25] meu logar ouuer a reinar quando ouuer reuora, assi como os dariã a mi. E mandei fazer treze cartas cū aquesta tal una come outra, que per elas toda mia mãda segia conprida, das quaes ten una o arcebispo de Braga, a outra o arcebispo de Santiago, a terceira o arcebispo	meu logo ouuer a reinar quando ouuer reuora assi como os da- ³⁵ rian a mi. E mãdei fazer treze cartas cū aquesta tal una como a outra que per elas toda mia mãda seia conprida, das quaes ten una o arcebispo de Braga, a outra o arcebispo de Santiago, a terceira ³⁶ o arcebispo
[26] de Toledo, a quarta o bispo do Portu, a quinta o de Lixbona, a sexta o de Coïbria, a septima o d'Euora, a octaua o de Uiseu, a nouea o maestre do Tẽplo, a dezima o prior do Espital, a undezima o prior de Santa Cruz, a duodecima o abade d'Alcobaza, a tercia dezima facer guarda[r] en	de Toledo, a quarta o bispo do Porto, a quinta o de Lisbona, a sexta o de Coïbra, a septima o d' Euora, a octaua o de Uiseu, a nona o maestre do Tẽplo, a decima o prior do Espital, a ũdeci- ³⁷ ma o prior de Santa ʃ, a duodecima o abade d'Alcobacia, a tercia decima faco eu aguardar en
[27] mia reposte. E forũ feitas en Coinbria IIII.º dias por andar de Junio, Era M. CC.ª L.ª II.ª	mia resposte. E foron feitas en Coimbra IIII.º dias por ãdar de Iunio Era M.ª CC.ª L.ª II.ª

Comentário linguístico

O texto do *Testamento* fornece indicações de interesse para conhecermos o estado da evolução da língua portuguesa no início do séc. XIII. Esta afirmação, sendo verdadeira para qualquer documento, ganha especial pertinência neste caso, porque das duas versões emanam informações díspares: como vimos, as grafias do copista do manuscrito de Toledo atestam evoluções fonéticas que não se encontram nas grafias do copista do manuscrito de Lisboa e que talvez permitam, pela sua modernidade, repensar alguns aspectos da gramática histórica do português.

Mas algumas formas linguísticas presentes no *Testamento* merecem também comentários explicativos pontuais, que esclareçam as suas dificuldades e ao mesmo sublinhem o seu carácter ilustrativo da língua que serve de matéria prima ao texto. Nos comentários que se seguem, serão feitas frequentes referências às gramáticas de Williams e Huber e às *Orígenes del Español* de Menéndez Pidal (as referências numéricas remetem para os parágrafos com que estas obras estão organizadas). Outras obras muito citadas são o *Compendio de Gramática Histórica Portuguesa* de José Joaquim Nunes e as *Lições de Filologia Portuguesa* de José Leite de Vasconcelos.

Linha 1

En' o (Williams, 137,4; Nunes, pp. 255-6)

Etapa intermédia no processo de contracção da preposição lat. IN com o artigo resultante do pronome lat. ILLU-: IN ILLLO > en (e)lo > en'lo > enno > êno > eno > no (séc. XV). A grafia é comum aos dois copistas e correspondia provavelmente à etapa *êno*, com a vogal tónica ainda nasal, pois a *Notícia de Torto* também tem *ino* (l. 21), forma contracta aproximável desta, ao lado da forma latina *in ille* (l. 4). A formação do artigo definido português é assim descrita por Williams (137, 1):

ILLE foi usado como artigo definido em latim vulgar. As formas portuguesas derivadas do acusativo latino são as seguintes:

lat. clássico	lat. vulg.	português		
illum	*lo	o	lo	no
illum	*la	a	la	na
illos	*los	os	los	nos
illas	*las	as	las	nas

Essas palavras eram inacentuadas e perderam sua primeira sílaba em latim vulgar, tornando-se **lo*, **la*, **los* e **las*, com / simples. E esse / simples se tornou medial em português em combinação com vogal precedente; seu desenvolvimento subsequente dependeu da final anterior com a qual estava em contacto, final anterior que podia ser a) uma vogal, b) r ou s, e c) n consonantal.

O facto de que a primitiva forma em português, ainda que aparentemente proclítica ao substantivo que determinava, pudesse estar tão estreitamente ligada à vogal da terminação da palavra precedente, que determinasse a queda do / do artigo, ou à consoante da terminação da palavra precedente, que determinasse sua assimilação ao / do artigo, parece determinar que o artigo se desenvolveu o mais comumente em posição intertónica, isto é, entre duas sílabas acentuadas.

Deus (Williams, 34,7; Nunes, p. 46)

a) O *e* era aberto, por derivar de Ê breve tónico latino, e a palavra dissilábica: [de-us]. Foi a semivocalização posterior [u] > [w], associada à ditongação anti-hiática, que provocou o fechamento assimilatório da vogal: [dews].

b) O vocabulário românico descende normalmente de formas do Acusativo, por isso chamado «caso regime». Mas algumas palavras, por motivos especiais, chegaram até nós com formas derivadas de outros casos latinos (Williams, 121; Nunes, 219; Huber, 314; Leite, *Lições*, p. 37):

– permanência do Nominativo: *Deus, Domingos, Macias, Marcos, Pilatos, Carlos, Jesus* (ao lado de *Jesu*, do Acusativo), *mestre* (MAGISTER, e não MAGISTRUM), *demo, virgo* (face a *virgem*, do Acus. VIRGINEM), *preste, bufô, cancer* (ao lado de *cancro*), *drago* (face a *dragão*, do Acus. DRACONEM), *soror*;

– permanência do Ablativo, nos advérbios em *-mente* (sufixo moderno, que no port. ant. era vocábulo separado, vindo de locuções do ablativo absoluto: *sancta mente* 'com espírito, ou intenção, santa'), e também em palavras como *Sagres* (< SACRIS), *Chaves* (< FLAVIIS), *agora* (< HAC HORA), *ogano* (< HOC ANNO), *ontem* (< HOC NOCTE, segundo Williams, ou AD NOCTE > anoite > onoite > ãoite > ãôte > ãte > ãtē, segundo Nunes, p. 344 e Huber, p. 257), *logo* (< LOCO), *nojo* (< IN ODIO);

– permanência do Genitivo: em topónimos formados com o nome do proprietário, VILLA VERACINI (Vila de Veracinus) > *veratsini* > *veradzini* > *verdzii* > *varzi* (*NdTorto*); em patronímicos formados com o nome do pai, seguido ou não do sufixo *-ic-* e da desinência do Genitivo (o filho de Martinus usava, após o seu nome próprio, o patronímico MARTIN-IC-I > *martinidzi* > *martüz(i)* > *martüs*).

eu

a) O processo fonético tem afinidades com o de *Deus*: ÈGŌ > εγo > eo > eu > ew; o Ō final latino, sendo átono, fechou sucessivamente para [o] e para [u]; no port. ant., a palavra era ainda dissilábica [e-u], tendo o hiato sido resolvido por ditongação, o que implicou a semivocalização [u] > [w] no séc. XIV e as mesmas consequências assimilatórias sobre [e] que vimos acima.

b) Aproveitemos para recordar o quadro geral da evolução do pronome pessoal sujeito do latim até ao português:

1.	ÈGŌ >	<i>eu</i>
2.	TŪ >	<i>tu</i>
3.	İLLE >	<i>ele, el</i> (em posição proclítica)
	İLLA >	<i>ela</i> [ela]
	İLŁUD >	<i>elo</i> (p. ant.)

4.	NŌS >	<i>nós</i>
5.	VŌS >	<i>vós</i>
6.		<i>elas, eis</i> (port. ant. e dial.), <i>elas</i> formaram-se analogicamente a partir do sing. <i>ele, el, ela</i> . Não tiveram, pois, origem no Nominativo lat. ILLI, ILLAE (Williams, 140,1).

don

Leite, *Lições*, p. 43, explica esta forma através do Vocativo de DOMINUS (DOMĪNE > domne > donne > done > dōe > dō), mas é difícil que tenha sido essa a sintaxe mais habitual da forma, em qualquer tempo; é muito mais plausível a proposta de Huber 158, que a deriva do caso regime (DOMĪNUM > domnu > donno > dōno > dō(no) > dō).

É a fase final da evolução que tem mais interesse: o resultado normal de *donno* é *dono*, como no fem. *donna* produz *dona*, ou *anno* produz *ano*. Não se aplica aqui, naturalmente, a regra gal.-port. da síncope de *-N-* intervocálico, por se tratar de um *-NN-* geminado etimológico; neste caso, o primeiro nasaliza a vogal anterior e conserva apenas uma articulação residual, enquanto o segundo se mantém intacto [dōⁿno]. O que ocorreu foi a especialização, em dois corpos fónicos diferenciados, das duas significações da palavra: ao lado da forma plena *dono* 'proprietário', desenvolveu-se com o valor de título de nobreza ou cortesia, sempre antecedendo um nome próprio (ou alcunha, mas nunca patronímico, nem apelido), a forma *dō*, obtida por apócope da sílaba final *-no*; esta apócope ocorre em situações de próclise, como também *santo* > *sã* > *são*. Para mais casos de próclise de palavras dotadas de acento tónico próprio, mas dependentes de palavra seguinte, ver Williams, 107, 1-2, Huber, 158, e Nunes, pp. 32-3.

gracia

A evolução fonética é perfeitamente regular: GRATIA > gratʃa > gratsa > grasa. No port. ant., não estando ainda concluído o processo evolutivo das sibilantes predorsais, a consoante era africada [gratsa] e surda; a sua não-sonorização, apesar da posição intervocálica, indicia uso semiliterário (Nunes, p. 144).

Os dois copistas L e T representavam essa africada surda [ts] com as grafias <ci> ou <c>, e L ainda com <z>, o que perturbou

um pouco os comentadores mais antigos. Na verdade, a grafia <ci> pode ser considerada uma hipercorreção, porquanto representa uma consoante cujo étimo é TI, que se confundia com CI, por terem confluído num único resultado românico (Williams, 89, 3-4). Huber, 191, 1, pensa que se trata de uma grafia semilatina e Leite, p. 68, sem discordar, avança a hipótese de ser um castelhanismo, daí partindo para a ideia de o escriba L (único que conhecia) ser castelhano. A corroboração trazida por T agou tal ilusão.

seendo

No português antigo, o verbo *seer* (< SEDERE 'estar sentado') tinha um campo significativo muito mais vasto que hoje: «ser, estar sentado, estar assente, encontrar-se». É esta última a acepção no texto. Cf. *estar* 'estar em pé, estar erguido'.

sano

Cf. L *raina* / T *reina* (l. 1), L *dieiros* / T *dineiros* (l. 5), L *manus* / T *manos* (l. 5), L *Lixbona* / T *Lisbona* (l. 6), L *comemoraciones* / T *comemoraciones* (l. 12), L T *una* (l. 25).

Em todas estas formas, a grafia <n> não representa uma consoante, mas apenas a nasalidade da vogal anterior, correspondendo a sua posição a um hiato: [sã-u, reĩ-a, dī-eiros, mã-us, lisbõ-a, comemoratsõ-es, ã-a]. A grafia de L <dieiros>, optando por uma representação não marcada da vogal nasal <i>, demonstra que <n> não era articulado.

A colecção de exemplos acima presta-se a traçar a história dos hiatos nasais, que entre os sécs. XIII e XV foram sendo eliminados de diversas formas:

a) semivocalização através de uma das vogais:

[sã-u > sãw, mã-us > mãws, comemoratsõ-es > comemorasõjs].

b) desenvolvimento epentético de uma consoante entre as vogais em hiato:

[ɲ] nasal palatal após [i], como [raĩ-a > rai-ɲ-a, dī-eiros > di-ɲ-eiros];

[m] após [ũ], como [ũ-a > u-m-a]

A epêntese de [ɲ] pode ter começado ainda no séc. XIII, a fazer fé na forma *dinheiro*, com o novo dígrafo provençal *nh* importado no tempo de Afonso III, forma que ocorre no *Livro de D. João de*

Portel (1262); no entanto, J. P. Machado, que dá esta informação, ainda regista em 1302 a forma em hiato *deejro*. A epêntese de [m] parece bem mais tardia: a grafia *uma* só se generaliza a partir do séc. XVI e a pronúncia [ũa] continua a ter vida dialectal hoje em dia.

O hiato de *Lisbõa* foi dos poucos que sobreviveram, em forma desnasalada, tal como em *boa* (BONA > *bõa* > *boa*).

Para completar o quadro das evoluções a partir de hiato, basta acrescentar que a epêntese também pode ser de uma semivogal [j], em casos como CENA > cẽ-a > ce-a > ce-j-a (ceia) ou ARENA > arẽ-a > are-a > are-j-a (areia). Uma outra modalidade de eliminação do hiato, aqui não exemplificada, é a crase de duas vogais iguais (DOLORE > door > dor), as quais por vezes precisam de se assimilar (MAIÖRE > maor > moor > mor).

día

DĪEM > *DĪAM > dia: no lat. vulgar, algumas palavras mudaram da 5.ª para a 1.ª declinação (Williams, 124, 9; Huber, 310; Leite, p. 250):

RABIEM > *RABIA > ravja > raiva
SANIEM > SANIA > sanha

Em francês e italiano, vingou um outro étimo mais recente, DĪURNUM (> jour, giorno).

mia

MĪA > mea > *mea > mja > ma

a) Pidal, *Manual*, p. 66, 1, explica como dissimilação o fechamento [ɛ > e]. A forma [mja], grafada <mha> ou, no texto, <mia>, ocorria em próclise, como *ma* (Huber, 89, 3). A forma moderna *minha* supõe *mĩa*, derivada de *mia* por nasalação progressiva (Huber, 91).

b) Aproveitemos para reunir a flexão do pronome possessivo, tónico.

1.	MĒUM	> mɛu > mew
	MĒAM (> mɛa > mea > mja)	> mĩa > minha
2.	TŪUM (> tou)	> tɛu > tew
	TŪAM	> tua

3.	SŪUM (> sou)	> sEu	> sew
	SŪAM		> sua
4.	NOSTRUM		> nosso
5.	VESTRUM > VOSTRUM		> vosso
6.	SŪUM (> sou)	> sEu	> sew

Houve no port. ant. uma série [mEu, tou, sou], depois substituída por [mew, tew, sew]: as 2.^a e 3.^a pessoas são analógicas da 1.^a. No feminino, a par da série tónica ['mia, 'tua, 'sua], existiu uma série átona [mja > ma, ta, sa], para situações de próclise.

Huber, 188, 3, explica *nosso* por uma assimilação -STR- > -ss-, mas Williams, 144, prefere conjecturar *NÖSSUM, analógica de NOS.

proe

PRÖDE > prode > proe (Huber, 299) = 'proveito'. Dissílabo.

māda

'testamento' (Viterbo, *Elucidário*). É substantivo pós-verbal de *mandar* 'recomendar, encomendar, legar'.

Linha 2

L depos, T depois

A formação com a prep. DE- prefixada não oferece problemas. Pode, lateralmente, admitir-se que não tenha sido a única em ibero-romance: cast. *después* e port. pop. *depois* postulam uma formação mais complexa, DE-EX-POST.

Sem solução satisfatória temos a questão do iode, se o étimo for POST, como supõe Williams, 97,7, que se limita a comentar que o -T apocopou em latim vulgar, sem justificar [pɔs > pojs]. No entanto, a dificuldade já fora advertida por vários autores: Nunes, p. 345, propõe um étimo conjectural *POSTI, enquanto Huber, 148 (de acordo com REW 6684, 6687) prefere a forma atestada PÖSTĒA, sem explicar o destino do -a. Ramón Lorenzo, partindo do mesmo étimo (*Gloss.*, p. 1036), admite tanto PÖSTĒA > *POSTIUS como PÖSTĒA > *POSTI. Leite (*Filologia Mirandesa* I, p. 450) é quem tem as propostas mais engenhosas, uma das quais se aproxima da linha seguida pelos autores que já vimos. Inspirando-se na evolução popular *quasi* > *quaise* > *quais*, imagina o seguinte destino para *POSTI > *poiste > *poist > pois. A verdade é que esta explicação, como as anteriores, só seria viável se a atrac-

ção do iode pela tónica, com a qual forma ditongo, se tivesse verificado ainda em lat. vulgar, antes do desaparecimento da consoante final. Se a deslocação se tivesse dado já em português, como a analogia estabelecida por Leite implica, então seria demasiado tarde para a síncope do -T.

Ora, a variação entre os dois copistas – de que ainda não falámos – não se conforma com uma evolução antiga e completamente estabilizada. Pelo contrário, esta parece ser uma das situações em que o copista L usa uma forma mais conservadora, *depos*, enquanto o copista T avança com uma novidade, *depois*, assim evidenciando a sua maior receptividade à variação contemporânea. Mas em que consistia essa variação, pelos dados presentes? Não era certamente uma variação entre dois momentos na deslocação do iode para junto da tónica. Era sim uma variação entre existência e inexistência de iode. A forma do copista mais conservador L, *depos*, é perfeitamente consistente com um étimo DE-POST, de onde port. *depós*, como *após*, além do cast. *después* (cujo ditongo necessita um Ö breve tónico latino). Esta contínua e documentada ausência de iode levaria a encarar o seu aparecimento no ms. T como uma inovação em fase de expansão, prescindindo-se assim de conjecturar um iode latino e recuperando a etimologia de Williams.

Claro que isto não resolve o problema, mas apenas o transfere para outro campo; seria preciso talvez admitir uma evolução como esta: POST > pɔs > pos > pɔws > pojs. Ou seja, o iode surgiria no âmbito da oscilação entre os ditongos [ow] e [oj], ficando por explicar o aparecimento de [ow].

Afastadíssima é a segunda imaginativa hipótese de Leite: por antítese com MÖX 'logo, depressa', ter-se-ia formado em latim um advérbio *PÖX 'depois, mais tarde', cuja evolução [POKS > pojs] seria análoga à de SEX > seis.

sten

'Estejam!', de STENT, 3.^a p. pl. do pres. conjuntivo de STARE. Trata-se do resultado regular da flexão latina:

STĒM	> este
STĒS	> estes
STĒT	> este
STEMUS	> estemos
STETIS	> estedes
STENT	> esten

Esta flexão foi mais tarde substituída por uma outra flexão analógica: *esteja* = *seja* (cf. adiante *segia*). As formas do singular eram de acentuação oxítona: *esté, estés, esté*, sendo o *-e* aberto.

folgãcia

'descanso, tranquilidade' (Leite, *Lições*, p. 71). Machado considera derivado, port., de *folgar* < FOLLĪCARE 'respirar com ruído, como fole'.

Leite interpreta a terminação *-cia* como latinismo ou então como castelhanismo, mas já vimos (cf. *gracia*) que se trata de simples representação da africada surda [ts].

filio

Notar a grafia para a palatal [ʎ], como antes em *molier*. Esta é a única grafia que a consoante apresenta no texto, e é comum aos dois copistas; não há exemplos de <ll>, que viria a prevalecer em castelhano e em galego, e ainda era cedo para <lh>. Quanto à grafia <l>, cf. adiante *rogoli*.

L infante, T ifante

a) < IN-FÁNTEM, de INFANS, part. presente de FARI 'falar'; significava literalmente 'aquele que (ainda) não fala'. Segundo R. Lorenzo (1977, *Gloss*: 728), na Pen. Ibérica aplicou-se até ao séc. XII ao jovem nobre que ainda não tinha herdado (os *infantes de Lara* eram filhos de conde). Depois do séc. XIII, passou a ser designação reservada aos filhos do rei e, no séc. XVI, aos filhos segundos, cabendo *príncipe* ao primogénito.

b) Não se manifesta no texto a assimilação NF > ff > f, que ocorreria, assistematicamente, em lat. vulgar: *infante* > *iffante*, *inferno* > *ifferno*, *confortar* > *cofortar* (Huber, 57 e 243; Nunes, p. 134, associa com NS > nn > n, que classifica de «queda»).

c) Observa Williams, 124, 11, que era subst. e adj. uniforme para masculino e feminino. O desenvolvimento de uma forma própria para o feminino, segundo o modelo da 1.^a declinação (tema em *a*), começou cedo mas só se generalizou no séc. XVI:

PARENTEM	> parente	> parenta
INFANTEM	> infante	> infanta
SENIOREM	> senhor	> senhora

Esta generalização tem, contudo, numerosas excepções (*a estudante*, *a madre superior*, etc.).

L Sancho, T Sãcio

< SANCTIUS; para CT > [tʃ] cf. Pidal, 50.

É interessante que a grafia <ch> para a africada palatal surda, que viria a ser geral em port., só ocorra no copista L, enquanto T, tão atento às distinções fonéticas, se limita a representar esta palatal como faz com a predorsal, por <ci>.

ei

'hei': HABEO > abjo > ajo > aj > ej. O verbo *haver* funcionava ainda como forma plena e com o significado etimológico de 'possuir'.

O pres. ind. teve ainda em lat. vulgar uma flexão contracta, devido ao seu uso frequente em ênclise, como verbo auxiliar (Williams, 186):

(HABEO)	> ajo	> aj > ej
(HABES) > *HAS		> as
(HABET) > *HAT		> a
HABEMUS		> avemos
		(mas tb. HEMUS > emos)
HABETIS		> avedes > aveis (séc. XVI)
		(mas também HETIS > edes > eis)
(HABENT) > *HANT		> ã > ão (séc. XV)

L agia, T aia

'haja': HABĒAT > abja > aja > adʒa, pres. conj. do mesmo verbo *haver*. A africada palatal sonora [dʒ], tal como a sua correspondente surda, suscita comportamentos variantes por parte dos copistas: L <gi>, T <i>. O escriba da *NdTorto*, por seu lado, oscila entre ambas as grafias.

L enteg(ra)m(en)te, T enteiram(en)te

ĪNTEGRUM > entegro > inteiro (Leite, *Lições*, p. 72). Para GR > jr, cf. também Williams, 92, 4: FRAGRARE > flagrar > tʃajrar > tʃejrar (= cheirar). O contraste entre as grafias para o iode, L <g> e T <i>, recorda o que acabamos de ver quanto a [dʒ].

*Linha 3*L *semmel*, T *semel*

'descendência' (Leite, *Lições*, p. 73), de SĚMEN 'semente, geração'.

a) SĚMĪNEM > sem'ne > semle > semel. Esta é a explicação de Leite: *mn* dissimilou em *ml*, como em ANIMA > an'ma > alma e HIERONYMUM > Jeron'mo > Jerolmo, embora não se trate nem do mesmo grupo consonântico, nem do mesmo condicionamento. Williams, 57, 2, discorda: se o ĩ breve intertónico estava entre M e N, não sincopava:

NOMĪNĀRE > nomēar > nomear

SEMĪNĀRE > semēar > semear

Logo, SĚMĪNEM > semēn > semē, embora isto deixe por explicar o -l. Machado, com verosimilhança, acha que a forma «deve representar adaptação culta do lat. SEMEN, com dissimilação do -n ~ -l», embora fosse mais adequado dizer «adaptação popular do cultismo *semem*».

b) Neste contexto, a variação dos copistas < mm / m > deve ser desprovida de valor fonético. A acentuação da palavra era paroxítona, como em latim, e o [e] tónico era fechado: [ˈsemel].

reuora

'1. maioridade; 2. capacidade de outorga ou confirmação de contrato'.

a) Leite, *Lições*, p. 74, considera *revóra* (ou *robora*) substantivo posverbal de *roborar* < RŌBŌRĀRE 'consolidar' < RŌBUR 'carvalho; robustez'.

b) A grafia <u> = [v] de ambos os copistas sugere uma sonorização latina do -B- intervocálico, que não foi notada por Leite. O ponto teria, no entanto, de ser examinado no quadro da cronologia de V=B em port. ant., já que o betacismo v > b é inovação tardia originária do norte.

L *segia*, T *seia*

'seja': SĚDĚĀT > sedja > sedʒa > sedʒa (Huber, 200,1).

Cf. *agia* / *aiā*: embora o étimo de [dʒ] seja diferente, os copistas usam as mesmas grafias.

*Linha 4*L *sa*, T *sua*

Cf. *mia*, para possessivos átonos. Depreende-se que, embora o contexto seja claramente enclítico, *reina sua madre*, o copista T não sentiu necessidade de usar a forma átona do pronome, possível sintoma do seu declínio.

madre

< MATREM. No port. ant., *madre* e *padre* eram mais usados que *mãe* e *pai*, mas eram arcaísmos já no séc. XV.

ata

a) < ár. HATTĀ 'até que, a fim de que' (Leite, RL IX, 11; Lorenzo, *Gloss.*, p. 192); seria de esperar, no entanto, o resultado *fāta*.

b) < *AD TENUS > *AD TENES > atēes > atem > até (Nunes, p. 352; Machado, p. 343).

c) Huber, 158e, admite as duas formas coexistindo, tendo a sua sinonímia provocado finalmente a redução de *ata* a *até* (cf. Baldinger, p. 164).

L *beigio*, T *beio*

'beijo': BĀSĪUM > bazio > bazjo > bajzo > bejzo > bejʒo (Williams, 89).

a) A sonorização da apical [s > z] requiere contexto intervocálico, logo antecede a semivocalização [ĩ > j], a qual é responsável pela palatalização [z > ʒ], sem passar por qualquer fase africada, depois da atracção do iode pela tónica e do fechamento assimilatório desta [aj > ej] (Williams, 40, 2; Huber, 81b). Significa isto que, no *Testamento*, as grafias podem corresponder à forma fonética actual da palavra. De onde, os copistas L e T usam as grafias <gi> e <i> para representar a fricativa palatal sonora [ʒ], além da africada (dʒ), o que não ajuda a decidir se no séc. XIII ainda eram fonemas distintos.

b) Nunes, p. 146, recorda BASSĪĀRE > baiʒar (= <baixar>), para sublinhar que -SS- geminado latino tem resultado surdo.

c) A grafia <beio> levanta outra questão: corresponderá ela a uma monotongação [ej > e], que Ana Maria Martins relaciona com a

palatal contígua? Sem rejeitar esta hipótese, que atribui ao copista T uma inovação fonética, pode igualmente pensar-se que o copista tenha cumulado no grafema <i> duas funções – representar o iode do ditongo [ej] e a fricativa palatal [ʒ] –, pelo que não haveria variante fonética entre os copistas, mas apenas gráfica. Este procedimento não é invulgar (cf. *NdTorto*).

L recebia, T receba

RECĪPIAT > recebia > receba (Huber, 230, 1).

A acentuação proparoxítona latina manteve-se em português, facilitando a síncope do [i] postónico. É um dos exemplos mais claros de como o estado de língua mais evoluído é transmitido pelo copista T.

Linha 5

rogoli e pregoli

[ʎi] < *li < ILLI, dat. de ILLE (Huber, 64). A aférese do *i-* inicial deve-se à posição apoclítica do pronome. A forma *li* aumenta o inventário das grafias do [ʎ] palatal; além de antes encontrado, temos agora <l>. Exactamente como na *NdTorto*.

L remaserū, T remaserum

REMANSERŪNT > remaserō; de REMANĒRE 'ficar, restar' (Leite, *Lições*, p. 82).

Mais interessante que a assimilação -NS- > -S- é a frequência das duas terminações verbais – L <-ū> e T <-um> –, que etimologicamente deveriam corresponder a [ō], mas que levam a admitir a hipótese de no início do séc. XIII a 3.^a p. pl. do pretérito ter tido uma articulação mais elevada, que os copistas interpretariam como [ū].

Notícia de Torto

Texto

(Leitura a partir do ms., confrontada com as leituras de Susana Pedro, Lindley Cintra e AJ Costa. Principais divergências: S. Pedro desenvolve sempre til e nunca assinala os desdobramentos; Cintra assinala muitos, mas não todos, os desdobramentos. Normas principais: 1) as reconstituições editoriais são assinaladas entre [] e as formas canceladas entre < >; 2) as abreviaturas são desenvolvidas em itálico; 3) o til nunca é desenvolvido.)

- 1 D[e] noticia de torto que fecerū a laurēcius fernādiz por plazo qve fece gōcauo
- 2 ramiriz antre suos filios e lourēco fernādiz quale podedes saber: e oue auer de erd[ade]
- 3 e d auer tāto quome uno de suos filios d aquāto podesē auer de bona de seuo pater; e fio li os seu
- 4 pater e sua mater. E depois feceruū plazo nouo e cōuē uos a saber quale: in ille seem¹
- 5 taes firmamētos quales podedes saber. <E f...q> ramiro gōcaluiz e gōcaluo gōca[luiz e]
- 6 eluira gōcaluiz forū fiadores de sua irmana que o[to]rgase aqu[e]le plazo come illos
- 7 Super isto plazo ar fe[ce]rū suo plecto. e a maior aiuda que illos hic cōnocerū que les
- 8 acanoce<r>se laurēzo fernādiz sa irdade per plecto que a teuese o abate de sancto martino
- 9 que como uēcesē o[ct]ra que asi les dese de ista o abade. E que nunca illos lecxasē
- 10 daquela irdade d. sē seu mādato. Se a lezarē itregarē ille de octra que li² plaza
- 11 E D auer que ouerū de seu pater nu[n]qua <le> li īde derū parte. Deu <a laurē....> dū gōcalu
- 12 o a laurēco fernādiz e marfi gōc[a]luiz xii <a> casaes por arras de sua auó
- 13 E filarū li illos inde vi casaes <quāto er> cū torto. E podedes saber como man
- 14 do Dū gōcauo a sua morte. De xvi casaes de ueracin que defructarū³ e que li
- 15 nunca īde der[ū] quinnō. E de vii e medio casaes antre coina e bastuzio unde li
- 16 nunca derū quiniō. E de tres ī tefuosa unde li nu[n]qua ar der[ū] nada. E ii^{os} ī figeerec
- 17 do unnde nū<nada>qua li derū quinnō. E ii^{os} ī tamal ūde li nō ar derū quinnō. E da sena
- 18 ra de coina ūde li nō ar derū quinnō. E d uno casal de coina que leuarū īde iii anos
- 19 o fructu cū torto. E por istes tortos que li fecerū tem qua a seu plazo quebrātado

- 20 e qua li o deuē por sanar. E de pois ouerū seu mal e meteu o abade paz a[n]tre illes
- 21 ño carualio de laurecco. E rogou o o abate tâto que beiso cū illes. E derū li
- 22 xviii Morabitinos qui li filarū E de pois iste plecto pre[n]derū li ⁴ <on> o seruical otro
- 23 ome de sa casa. e troserū no xviii dias per mōtes e fecerū les tã máá prisō
- 24 per que leuarū deles quãto poderū auer. E de pois li desūro gōcauo gōcauiz
- 25 sa fili[a] pechena. E irmar[ū] li xiii casales unde perdeu fructu. E isto
- 26 fui de pois ⁵ que furū ffjdos ant o abate. E de pois que furū ifiados por iuizo de ilo
- 27 rec. E nūqua ille feze neu<n> mal por todo aqeste. E feze les <ta qua> agudas
- 28 quales aqui ouirecdes: Super sua aguda fez testiuiço cū gōcauo cebolano
- 29 E super sa ajuda ar fui li a casa e filo li quãto que li agou e deu a illes. E super sa
- 30 ajuda oue testifigo cū petro gomez omezio que li custou maes <qua> Ka .c. Morabitinos
- 31 E super sa ajud[a] oue mal cū goncaluo gomez que li custou multo da auer
- 32 e muita perda. E in sa ajuda oue mal cū go[n]caluo suariz. E in sa ajuda
- 33 oue mal cū ramiro fernādiz que li custov muito auer muita perda.
- 34 E in sa ajuda fui ii ⁶ fezes a coi[m]bra. E in sa ajuda dixे mul[tas] <f> uices
- 35 (linha aqui adicionada)
- 36 seu torto al rec. E super sa iud[a] mādóc lidar seus omes cū mar
- 37 <M> tin iohanes que quir[i]a desūrar sa irmana. E cū ille e cū sa casa
- 38 e cū seu pam e cū seu uino uēcestes uosa erdade. E cū ille
- 39 existis de sua casa ⁶ in ipso die que uola quitarū. E ille teue a uosa
- 40 rezō. E otras ajudas multas que < > fez. E plus li a custado
- 41 uosa ajuda qua li inde cae d erdade. E subre becio e super
- 42 fjm̃to se ar quiserdes ouir as desōras que ante ihc furū
- 43 ar ouide as: Venerū a uila e fila[rū] li o porco ante seus filios e com
- 44 erū si lo. Venerū alia uice er filarū otro ante illes
- 45 er comerū s o. Venerū alia ⁷ uice er filiarū una ansar ante
- 46 sa filia er comerū s a. I alia uice ar filiarū li o pane ante
- 47 suos filios. I alia uice ar ue[ne]rū hic er filarū ide o uino
- 48 ante illos
- || (verso)
- 49 Otra uice uenerū li filar ante seus filios quãto que li agarū iquele
- 50 casal. E furū li <o> u ueriar e prēderū ide o cōlazo unde mamou [?]
- 51 re e gacarū no e getarū i tera polo cecar e le[ua]rū delle quãto oue.
- 52 I alia uice ar furū a feracī e prēderū ii ⁸ omes e gacarū nos e leuarū ⁸

- 53 deles quãto que ouerū. I otra fice ar prēderū otros ii ⁸ a se[u] irmano pelagio
- 54 fernādiz e iagarū nos. I otra ue[ne]rū a [?]ge [?]tros e leuarū s o [?]
- 55 ante pelagio fernādiz
- 35 e ora in ista tregua furū a ueracī amazarū li os omes erma[rū] li x casaes

Notas

- | | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 1. seem] segundo e entrelinhado | 5. de pois] ois entrelinhado |
| 2. que li plaza] li entrelinhado | 6. sua casa] casa entrelinhado |
| 3. defructarū] de entrelinhado | 7. i alia uice] alia entrelinhado |
| 4. pre[n]derū li] li entrelinhado | 8. leuarū] ua entrelinhado |

Território e história

Partindo da presunção, convincente, de que a *Notícia* foi escrita no próprio local onde vivia o seu autor moral, Lourenço Fernandes, e onde se passaram os acontecimentos que relata, Lindley Cintra construiu uma espécie de mapa da região, com base na identificação dos topónimos contidos no documento. Se descontarmos *Coimbra*, mencionada acidentalmente como meta de uma viagem de Lourenço Fernandes e assim posta fora do território de sua residência, os topónimos são oito:

- Cunha (sob a forma gráfica *Coina*)
- São Martinho (*Sancto Martino*)
- Varzim (*Veracin, Veracī, Feracī*)
- Bastuço (*Bastuzio*)
- Tebosa (*Tefuosa*)
- Figueiredo (*Figueerecdo*)
- Támel (*Tamal*)
- Louredo (*Laurecdo*)

Todos estes topónimos, salvo *Varzim*, correspondem a povoações ou lugares vizinhos, existentes hoje e então, de uma pequena região situada entre Braga e Barcelos, em torno da Serra de Bastuço, hoje chamada de Airó (para mais pormenores, Castro 1991: 225-230). Num contraforte desta serra encontra-se a aldeia de Cunha, onde em 1171 Lourenço Fernandes comprou um casal a sua irmã Elvira Fernandes para construir um solar fortificado e uma quinta («ubi tu facis tuam quintanam et turrem», Costa, 1979: 292), com os lucros do saque a Sevilha, em que participou com o futuro

rei D. Sancho, em 1176. Boa parte dos problemas de Lourenço Fernandes giram em torno desta sua quinta, que anos mais tarde foi destruída pelos soldados de Sancho I, como conta a *Mentio de Malefactoria*, um outro documento com queixas de Lourenço Fernandes, desta vez em latim, e pouco anterior à *Notícia*:

miserunt ignē in sua quintana de Cuina et cremauerunt eā totā quia pre igne nichil ibi remansit. Et dirribauerunt de ipsa turre quantā potuerunt et quod non potuerunt miserunt in eā ignē qui eā findidit. (Costa, 1979: 292)

Antes disso, os soldados tinham despovoado e saqueado setenta casais seus, «unde est perditū presentē fructū quod in eis habebat et quod debet euenire». Deduz desta frase o Pe. Avelino de Jesus da Costa que «o ermamento deve ter-se dado depois das sementeiras, quando os frutos já estavam pendentes», ou seja no verão de 1210. Esta datação serve também para a redacção da *Mentio*, obviamente escrita em cima do acontecimento. Serve, além disso, para ajudar a datar a *Notícia de Torto*. Examinemos esta questão.

O Pe. Avelino de Jesus da Costa distingue duas fases nas hostilidades movidas a Lourenço Fernandes pelos herdeiros de Gonçalo Ramires:

a) linhas 1-20: recusa em lhe entregarem o quinhão a que tinha direito na herança de D. Gonçalo; este contencioso, que decerto se arrastou por muito tempo, pode ter sido anterior ao episódio da *Mentio*, e à sua súbita queda em desgraça;

b) linhas 20-55: a segunda fase, a mais violenta, não pode, segundo o Pe. Avelino, ser anterior a 1214, por causa dos furtos de colheitas: «Lourenço Fernandes da Cunha afirma que, durante três anos, lhe levaram à força – «cum torto» – os frutos do casal de Cunha. Como os frutos de 1210 se perderam, por os casais de Cunha terem sido incendiados, aqueles três anos só podem contar-se a partir de 1211, o que implica que a *Notícia* não podia ser escrita antes de 1214.» Na realidade, a *Notícia* poderia ter sido escrita ainda em 1213, após o tempo das colheitas. Mas pode tê-lo sido ainda mais cedo, visto que a identificação que o Pe. Avelino faz entre o «casal da Cunha» e a quinta queimada em 1210 parece questionável. Esta é designada por «quintana» nos documentos que conhecemos: é certo que Elvira Fernandes, na citada escritura de 1171,

fala do seu «casal», mas acrescenta que Lourenço Fernandes está a erguer nele uma «quintana» («meo casale de Coina, quod habeo ubi tu facis tuam quintanam et turrem»); e é como «quintana» que ele se lhe refere na *Mentio* e numa doação que dela fez à mulher, em 1219. Nunca se lhe refere como sendo «o casal». Nada nos permite supor, portanto, que dele falasse quando, na *Notícia*, menciona (e repare-se no artigo indefinido) «uno casal de Coina que leuarū ãde III anos o fructu cū torto» l. 18-19). Muito pelo contrário, sendo este um dos casais incluídos na herança de Gonçalo Ramires, causa da primeira fase do litúgio, nada pode ter a ver com a quinta da Cunha, que pertencia a Lourenço Fernandes desde 1171. Assim, os três anos consecutivos de roubo de colheitas, anteriores à redacção da *Notícia*, não precisam de ser contados a partir de 1210, mas podem incluir-se ainda na primeira fase. Mesmo sem tirar a conclusão de que a *Notícia* terá sido escrita logo após a *Mentio*, nenhum facto obriga a que o intervalo entre os dois textos seja longo. Pode concluir-se que a *Notícia* é certamente posterior a 1210 e anterior a 1216; mas foi mais provavelmente escrita nos primeiros anos desse período que nos últimos, podendo ser assim mais antiga que o Testamento de Afonso II. Uma fórmula prudente para a datar será «cerca de 1214».

O mais provável é que esta redacção tenha ocorrido em casa de Lourenço Fernandes. Conjecturaremos, assim, que o ambiente linguístico que lhe serviu de pano de fundo fosse um dialecto da área inicial do galego-português; o povoamento de tipo particular e monástico, bem documentado na *Notícia*, resultara numa dispersão da propriedade e da população, a qual pouco afectada fora por contactos com árabes ou moçárabes.

Comentário Linguístico

Dispõe a *Notícia de Torto* de um comentário extenso e pormenorizado em Cintra, 1991. Vamos limitar-nos, por isso, a alguns aspectos, como sejam a estrutura do texto, certas particularidades da escrita e um pouco de grafemática.

Estrutura: Foi feita referência à divisão da *Notícia* em duas partes, ou actos (Costa 1979). Em todo o caso, pode introduzir-se no texto uma compartimentação menor, o que ajuda à sua compreensão:

- Linhas 1-4:* Por um acordo antigo, Lourenço Fernandes deveria herdar a quinta parte dos bens de Gonçalo Ramires, tal como qualquer dos seus quatro filhos. A lista dos bens vem a linhas 13-19.
- 4-10:* Por um segundo acordo, os filhos de Gonçalo Ramires comprometeram-se a não alienar qualquer parcela dos bens recebidos do pai sem anuência de Lourenço Fernandes.
- 11-20:* As partilhas nunca foram feitas. Pior ainda, os filhos de Gonçalo Ramires apoderaram-se de casais e de bens que pertenciam a Lourenço, o qual considera que o acordo foi rompido.
- 20:* Ocorre um incidente grave, o «nab», entre Lourenço Fernandes e os Gonçalves.
- 20-22:* Paz do Louredo. Indemnizações.
- 22-27:* Nova série de assaltos, sequestros e violações.
- 27-41:* Lista das «ajudas» que Lourenço Fernandes presta aos Gonçalves.
- 41-55:* Continuação dos assaltos posteriores à paz do Louredo. Interrupção do documento.

Como se vê, a narrativa não é cronologicamente linear: p. ex., as «ajudas» devem ter sido contemporâneas ou anteriores ao segundo acordo. As discordâncias entre sequência normal dos acontecimentos e narrativa, tornando problemática a compreensão desta, sugerem que ela foi escrita sob ditado, como uma espécie de tomada de depoimento verbal, ficando a sequência sujeita a variações do declarante (Lourenço Fernandes), que seriam regularizadas em ulterior passagem a limpo do documento.

Escrita: Uma interessante característica da escrita da *Notícia* é a quantidade de erros que contém e que não foram emendados, ou o foram de modo que, mais uma vez, evidencia tratar-se de um documento pouco preocupado com a forma. Em vez de riscar ou mesmo rasurar os erros, o escriba limita-se a escrever-lhes à frente a correção, deixando para a passagem a limpo eliminar a forma superada.

Na linha 3, lê-se *seuopater*, mas a grafia do possessivo não significa que tal forma existia. O escriba começou por escrever o possessivo romance *sen*, antes de decidir passar para a forma latina *suo*,

talvez por harmonização com *pater*, que ia escrever a seguir. Em vez de cancelar as letras *eu*, contentou-se em acrescentar-lhes um *o* e apagar (mentalmente) o *e*.

Outro exemplo: em *Tefuosa*, linha 16, não estamos perante um topónimo real, mas sim perante uma correção de *u* para *f*, usando o mesmo sistema. O escriba preparava-se para escrever *Teuosa*, mas decidiu passar para *Tefosa*, no quadro das suas hesitações *v/f* de que já falaremos de novo.

Nem todos os erros do manuscrito estão reparados desta forma, que exige ter sido o lapso advertido no momento em que estava a ser cometido, havendo espaço disponível para logo o emendar. Há alguns casos de letras ou palavras riscadas e emendadas na entrelinha, processo mais habitual, do que dão conta as notas finais da edição do texto.

Grafemática: As oscilações do escriba na representação gráfica de certos fonemas constituem, talvez, o aspecto mais importante da *Notícia* enquanto documento linguístico.

Antes, há que reconhecer que o escriba se divide entre É isto que nos interessa observar.

A irregularidade, a oscilação e, por vezes, a comprovada hesitação na escolha das grafias fazem pensar que o escriba não possuía uma ortografia individual (ao contrário dos escribas da chancelaria real, seus contemporâneos). Acha-se assim na obrigação de, em certos momentos, inventar grafias para representar certos sons, o que serve para reconstituirmos partes do sistema fonológico do galego-português. À sua disposição tinha dois códigos gráficos, nenhum dos quais parece dominar: um de aspecto alatinado, que apenas usa em palavras muito fáceis e próprias da linguagem legal, *bona* (bens), *suos filios*, *pater*, *mater*, *illos*, *super*, *hic*, *in ipso die*, etc.; e outro de características romances, sendo difícil decidir se corresponde a uma scripta determinada ou se radica em improvisos.

São estas grafias romances ou romanceadas que mais nos interessam, deixando de lado as latinas, por não corresponderem a uma representação da realidade oral: *Laurécius* ou mesmo *Laurêzo* não provam que o ditongo latino [aw] ainda estivesse vivo, pois coexistem ao lado de *Lourêzo*, cuja grafia <ou> não deixa dúvidas quanto à existência do ditongo [ow], que podemos supor se encontrasse oculto também sob a grafia <au>. Do mesmo modo, *suos* ou *multo* correspondem, de forma graficamente artificial, às pronúncias romances [sews] e [mujtu], respectivamente.

a) Ocupemo-nos primeiro dos ditongos. Um inventário exaustivo de grafias, ainda que não de formas, revela a existência de cinco ditongos, todos decrescentes: [ew], [ow], [ej], [oj] e [uj].

O ditongo [ew] tem sempre a grafia <eu>:
<eu>: 3 *seu*, 11 *deu*, 20 *meteu*, 25 *perdeu*

O ditongo [ow] tem quatro grafias:
<ou>: 2 *Lourẽxo*, 21 *rogou*
<ov>: 33 *custov*
<oc>: 10 *ocra*, 36 *mãdoc*
<o>: 3 *fiã*, 11 *ouerũ*, 13 *mando*, 21 *beiso*, 23 *troserũ*, 49 *otra*

A grafia <ov> talvez se possa considerar mera variante paleográfica de <ou>, até porque ocorre uma única vez. Quanto a formas como *ouerũ*, pensa Cintra que «o u da grafia representa simultaneamente a semi-vogal do ditongo e a consoante labio-dental v seguinte» (Cintra, 1991: 54). Embora tais casos de cumulação de funções fonológicas em um mesmo grafema não sejam invulgares nos textos da época, parece escusado pôr essa hipótese neste caso, vista a abundância de exemplos de <o> para representar o ditongo.

O ditongo [ej] é representado por quatro grafias, a primeira das quais não é, curiosamente, a mais numerosa:
<ei>: 21 *beiso*
<ec>: 7 *plecto*, 9 *lexasẽ*, 27 *rec*, 41 *becio*
<ee>: 16 *Figeerecdo*
<e>: 10 *lexarẽ*, 51 *getarũ*

O ditongo [oj] tem três grafias:
<oi>: 20 *de pois*
<o>: 22 *de pos*
<ui>: 26 *fui*

A forma *depos* presta-se a duas interpretações: ou corresponde à pronúncia não-ditongada [pɔs], etimologicamente justificada (<POST), ou corresponde a ditongo, sem marcação da semivogal. O precedente de outros casos análogos torna a segunda a mais plausível. Quanto à grafia <ui>, inclinamo-nos a considerá-la variante de <oi>, com a oscilação <o/u> muito frequente, neste texto e em outros do séc. XIII.

Finalmente, o ditongo [uj] tem duas grafias:
<ui>: 32 *muita*
<uc>: 14 *defructarũ*, 25 *fructu*

Não há, na *Notícia de Torto*, representantes dos restantes ditongos decrescentes do port. ant. [aj], [aw] e [iw] (Teyssier, 1982: 26). Dada a pequena dimensão do texto, isso não deve surpreender.

Examinando em conjunto todas as grafias recolhidas, constatamos as seguintes equivalências:

[w]:	<u>	<c>	<Ø>	<v>
[j]:	<i>	<c>	<Ø>	<e>

Ou seja: se descontarmos os casos singulares de <v> e de <e>, encontramos paralelismo na representação de ambas as semivogais. Além das correlações [w]: <u> e [j]: <i>, que são de tradição latina, tanto uma como outra podem ser representadas por <c> ou por coisa nenhuma, <Ø>. O primeiro caso pode explicar-se ora por grafia etimológica, ora por hipercorreção. O segundo não pode corresponder a uma monotongação do tipo [ow > o] ou [ej > e], já que *otra* coexiste com *ocra*, *mando* com *mãdoc*, *fiã* ('fiou') com *rogou*, *lexarẽ* com *lexasẽ*. Além disso, tal monotongação não ocorre hoje ainda no dialecto minhoto central, pelo que seria estranha na época. Não será de ver, nesta omissão que afecta por igual as duas semivogais, alguma incerteza do escriba quanto à natureza dos fonemas semivocálicos e talvez mesmo quanto à distinção entre eles?

b) Onde não há dúvida de que ele hesita constantemente quanto ao som que deve representar é no par [f/v]. Trata-se de uma «vacilação rara» para Cintra, que não conhece «outros exemplos deste indício de indistinção entre esta consoante surda e a sonora correspondente». Também Clarinda Maia não o conhece, registando uma única forma que com ele parece relacionada, *apofeytedes*, em documento galego de Pontevedra, 1271 (Cintra, 1991: 49; Maia, 1986: 473). Na *Notícia*, os exemplos são os seguintes:

(<i>Varzim</i>):	14 <i>Ueracin</i> , 35 <i>Ueraci</i> , 52 <i>Feraci</i>
(<i>vez</i>):	34 <i>fezes</i> , 34 <i>nices</i> , 53 <i>fice</i>
(<i>Tevosa</i>):	16 <i>Tefuosa</i> , ou seja <i>Tefosa > Teuosa</i>

É uma labiodental sonora [v] que o escriba ora representa por <u>, equivalendo a <v>, ora por <f>. De facto, *Varzim* deriva de uma UILLA UERACINI, *vez* de UICE (< UIX), e a actual povoação *Tebosa* de um lat. TABULOSA, que deveria ter originado regularmente *Tevoza*, como aparece na *Notícia* e em todos os documentos medievais (Cintra, 1991: 31-32).

Em *Tefuosa*, o escriba ia cometer o erro de representar [v] por <f>, quando se deteve e acrescentou a grafia correcta. Nos outros exemplos, variou entre as duas grafias. Aparentemente, tinha dificuldade em reconhecer a labiodental sonora dessas palavras.

O fenómeno inverso também ocorre. Uma labiodental surda etimológica, 30 *testifigo* (< TESTIFICARE), pode ser escrita como 28 *testiuigo*. Fica assim claro que se trata não apenas da dificuldade em reconhecer a sonora, mas sim da dificuldade em distinguir um do outro dois fonemas que são separados apenas pelo traço de sonoridade. Sinal, talvez, de que esse traço não era marcado distintamente no dialecto local, induzindo em confusão um escriba vindo de outra região? Ou estaremos perante uma manifestação muito antiga, e sem continuação directa, do comportamento que, nos dialectos setentrionais, caracterizaria a sonora [v] ao evoluir para a fricativa bilabial [β]? Não deixa de intrigar que [v] se comporte sempre com instabilidade, embora as consequências dessa instabilidade sejam diversas.

c) Mas o som que o escriba mais claramente tem dificuldades em representar é a africada [tʃ]. Produto exclusivamente galego-português resultante de PL, CL, FL, não dispunha esta africada palatal surda de qualquer grafia latina ou tradicional e o escriba não conhecia as soluções que, na mesma época, eram ensaiadas pelos copistas do Testamento de Afonso II (*Sancho e Sancio*).

Por isso, limitou-se a tomar emprestadas as grafias que conhecia para a africada sonora correspondente [dʒ], ou seja <g> e <i>:

<g>: 27 *agudas*, 51 *getarū*

<i>: 26 *iuizo*, 29 *aiuda*, 50 *ueriar*

Estamos aqui perante resultados de I- inicial latino (IUDICIU, IACTARE) e de DI (ADIUTARE), os quais convergiram para a africada palatal sonora [dʒ], que mais tarde se simplificou para a fricativa

[ʒ]. Mas no tempo da *Notícia*, como ficará claro, a africada ainda não se confundia com a fricativa. Por isso, não incluímos nesta colecção, ao contrário de Cintra (Cintra, 1991: 45), a forma 21 *beiso*, de BASIARE, cuja fricativa palatalizou por influência do iode sem ter passado por uma fase africada. Também não contamos a forma 55 *Pelagio*, por ser um cultismo gráfico.

Um comentário especial merece a forma *ueriar* 'horto, pomar', do latim UIRIDIARIU. Sendo certo que o resultado mais habitual de DI + vogal é a predorsal [s], como em ARDEO > *arço*, AUDIO > *ouço* (Williams, 89.6), a sua evolução para a africada sonora, neste caso, poderá explicar-se através da forma provençal *vergier*, a qual, aliás, está ainda mais próxima deste *verjar* que de outras formas medievais portuguesas, igualmente explicadas como provençalismos, *vergel* e *vergen*.

Temos assim a africada palatal sonora [dʒ] com duas grafias: <g> e <i>. São exactamente as mesmas que servem à sua correspondente surda [tʃ], e apenas elas (descontado o latinismo 40 *plus*, que aparece no Testamento como *chus*):

<g>: 29 *agou*, 49 *agarū*, 51 *gacarū*

<i>: 54 *iagarū*

Duas conclusões se tiram:

a) a africada surda [tʃ] não dispõe de grafias próprias, recorrendo o escriba não a uma, mas ao conjunto das grafias da consoante mais próxima, o seu par sonoro [dʒ]; este comportamento não tem paralelo na vasta documentação analisada por Clarinda Maia:

A africada pré-palatal surda /tʃ/ aparece, de uma maneira invariável, em todas as épocas e regiões estudadas, representada por *ch*. (Maia, 1986: 468)

b) isto prova a existência autónoma da africada sonora na língua da época, ou no dialecto local: de facto, se se confundisse com a fricativa [ʒ], não haveria nenhum motivo para serem as suas grafias escolhidas pelo escriba para representar [tʃ], pois então o som mais próximo deste seria a africada predorsal surda [ts], cujas grafias, na *Notícia*, são <c> e <z>. Este resultado é interessante quando posto em confronto com a opinião de Clarinda Maia:

pode ter-se como altamente provável que, no séc. XIII, já se tinha iniciado o processo de transformação da africada pré-palatal sonora em fricativa. (Maia, 1986: 472)

Bibliografia

- BALDINGER, Kurt 1958, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, Madrid (2.ª ed. 1972)
- BATALHA, Graciete Nogueira 1983, "Situação e perspectivas do Português e dos crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong-kong, Malaca, Singapura, Indonésia)", *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, 287-304
- BAXTER, Alan 1990, "Some observations on verb serialization in Malaca Creole Portuguese", *Boletim de Filologia*, XXXI, 161-184
- BOLEÓ, Manuel de Paiva e M. Helena Santos Silva, "Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental", *Actas do IX Congresso Int. de Linguística Românica*, vol. III, Lisboa, 85-112
- BRIGHT, William 1992, *International Encyclopedia of Linguistics*, 4 vols., N. York-Oxford
- CARVALHO, José Gonçalo Herculano 1959, "Moçarabismo linguístico ao sul do Mondego", *Estudos Linguísticos*, I, Coimbra
- CARVALHO, José Gonçalo Herculano 1964, "Porque se fala leonês em terras de Miranda?", *Estudos Linguísticos*, Coimbra (2.ª ed. 1984)
- CASTRO, Ivo, "Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da Post-Vulgata", *Boletim de Filologia*, XXVIII, 1983, 81-98.
- CASTRO, Ivo, Rita Marquilhas e León Acosta 1991, *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa
- CINTRA, Luís Filipe Lindley 1962, "Áreas lexicais no território português", *Boletim de Filologia*, XX, 273-307 (repr. Cintra 1983a)
- CINTRA, Luís Filipe Lindley 1963, "Les anciens textes portugais non-littéraires. Classement et bibliographie", seguido de "Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII^{ème} siècle", *Revue de Linguistique Romane*, XXVII, 40-77; 2.ª ed. Lindley Cintra. *Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, ed. Isabel H. Faria, Lisboa, Cosmos, 1999, 199-215.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley 1971a, "Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: La *Noticia de Torto* (Lecture critique, date et lieu de rédaction)", *Actele celui de-al XII-lea Congres International de Linguistica si Filologie Romanica*. Bucarest, 161-174.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley 1971b, "Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses", *Boletim de Filologia*, XXII, 81-116 (repr. Cintra 1983a)

- CINTRA, Luís Filipe Lindley 1983a, *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa
- CINTRA, Luís Filipe Lindley 1983b, “A língua portuguesa no Mundo”, *Expresso*, 6 de Julho.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley 1990, “Sobre o mais antigo texto não-literário português: A Notícia de Torto (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia*, vol. XXXI, 21-77.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley 2004, “Dois textos não-literários transmontanos do século XIII (Leitura crítica e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia*, XXXIII.
- COELHO, Adolfo 1881, “Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vols. 2-6 (1880-6), repr. *Estudos Linguísticos: Crioulos*, Lisboa, 1967
- COSERIU, Eugenio 1967, “Sistema, norma y habla”, *Teoría del Lenguaje y Lingüística General*, Madrid
- COSTA, Avelino de Jesus 1979, “Os mais antigos documentos escritos em português Revisão de um problema histórico-linguístico”, *Revista Portuguesa de História*, XVII, 1979, 263-340; 2.ª ed. muito revista em *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, 1992, 167-255.
- CUNHA, Celso 1981, *Língua, Nação e Alienação*, Rio de Janeiro
- CUNHA, Celso 1985, *A Questão da Norma Culta Brasileira*, Rio de Janeiro
- CUNHA, Celso e L. F. L. Cintra 1984, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa
- CUNHA, Celso e L. F. L. Cintra 1985, *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa
- EMILIANO, António 1999, “O mais antigo documento latino-português (882 a.D.) – edição e estudo grafémico–”, *Verba*, vol. 26, 7-42.
- EMILIANO, António 2003a, *Latim e Romance na segunda metade do século XI. Análise scripto-linguística de documentos notariais do Liber Fidei de Braga de 1050 a 1110*, Lisboa
- EMILIANO, António 2003b, “Sobre a questão d’os mais antigos textos escritos em português”, *Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos oferecida a Maria Helena Mateus pela sua jubilação*. Lisboa
- EMILIANO, António e Susana Pedro 2004, “De notícia de torto: aspectos paleográficos e scriptográficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido”, *Zeitschrift für romanische Philologie* 120/1, 1-81.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco 1988, “Posición do Galego entre as línguas românicas”, *Verba*, 15, 79-107
- FRANCHETTO, Bruno 2000, “O que se sabe sobre as línguas indígenas no Brasil”, em *Povos indígenas no Brasil 1996-2000*. São Paulo, 84-88.
- GONÇALVES, Perpétua 1983, “Situação actual da língua portuguesa em Moçambique”, *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, 243-251
- GRANDA, Germán 1978, *Estudios lingüísticos hispánicos, afrohispanicos y criollos*, Madrid
- HANCOCK, Ian 1979, “On the origins of the term pidgin”, *Readings in Creole Studies*, Ghent, 81-89
- HEGER, Klaus 1960, *Die bisher veröffentlichten Hargas und ihre Deutungen*, Tübingen
- HENRIQUES, Maria Augusta 1983, “Situação e perspectivas do português na Guiné-Bissau”, *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, 234-241
- HERMAN, Josef 1975, *Le latin vulgaire*, Paris
- HOLM, John 1989, *Pidgins and Creoles*, 2 vols., Cambridge
- HUBER, Joseph 1933, *Gramática do Português Antigo*. Lisboa, trad. 1986.
- KREUTZ, Lúcio 2000, “A educação de imigrantes no Brasil”, em *500 anos de educação no Brasil*, E. Lopes et alii (orgs.), Belo Horizonte, p. 347-370
- LAPESA, Rafael 1986, *Historia de la lengua española*, Madrid, 9.ª ed. (1.ª ed. 1942)
- LOPES, David 1936, *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*, Porto (2.ª ed. 1969)
- LORENZO, Ramón 1977, *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. II: *Glosario*. Orense
- MAIA, Clarinda de Azevedo 1977, *Os falares fronteiriços do Concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*, Coimbra
- MAIA, Clarinda de Azevedo 1986, *História do Galego-Português*, Coimbra (2.ª ed. 1997)
- MARQUES, Irene Guerra 1983, “Algumas considerações sobre a problemática linguística de Angola”, *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, 205-223
- MARTINS, Ana Maria 1999, “Ainda ‘os mais antigos textos escritos em português’: documentos de 1175 a 1252”, *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Cosmos, 491-534.
- MARTINS, Ana Maria 2001a, *Documentos portugueses do Noroeste e da região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI*, Lisboa.
- MARTINS, Ana Maria 2001b, “Emergência e generalização do português escrito. De D. Afonso Henriques a D. Dinis”, *Caminhos do Português*, Lisboa, 23-71.
- MATEUS, Maria Helena 1986, “A língua portuguesa: unidade e diversidade”, *Actas do I Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 145-163
- MATEUS, Maria Helena Mira et aliae 2003, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa
- MATIAS, Maria de Fátima Rezende 1984, *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos*

- numa região luso-espanhola (Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença), Coimbra
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia 1991, *O Português Arcaico. Fonologia*. São Paulo
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia 1994, *Morfologia e Sintaxe do Português Arcaico*. São Paulo
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia 2004, *Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro*. São Paulo
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón 1904, *Manual de Gramática Histórica Española*, Madrid (12.ª ed. 1966)
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón 1906, *El Dialecto Leonés*, Oviedo (2.ª ed. 1962)
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón 1926, *Orígenes del español (Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI)*, Madrid (9.ª ed. 1980)
- MÜHLHÄUSLER, Peter 1986, *Pidgin and creole linguistics*, Oxford
- NARO, Anthony 1973, "Crioulização e mudança natural", *Estudos diacrónicos*, Petrópolis, 97-110
- NASCENTES, Antenor 1953, *O linguajar carioca*, Rio de Janeiro (2.ª ed.)
- NUNES, José Joaquim 1919, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa. Fonética e Morfologia*. Lisboa (8.ª ed. 1975)
- OTERO, Carlos-Peregrín 1971-76, *Evolución y revolución en romance*, Barcelona
- PEDRO, Susana 1994, *De Notícia de Torto*, dissertação de mestrado inédita, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- PEDRO, Susana 2004, "Tipologia diplomática de documentos privados não-dispositivos: notícia e inventário", mesa-redonda sobre "A antiga documentação de Portugal", *Actas do XIX Encontro Anual da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa.
- PIEL, Joseph-M. 1975, "Uma antiga latimidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Mínho e Galiza", *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa, 1989, 55-60
- RAMOS, Belmiro 1983, "Situação actual da língua portuguesa em Cabo Verde", *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, 225-232
- RAMOS, Maria Ana 1994, «O Cancioneiro da Ajuda. História do códice. Descrição e problemas», *Cancioneiro da Ajuda. Edição fac-similada do códice existente na Biblioteca da Ajuda. Apresentação, Estudos e Índices*. Lisboa, pp. 27-47.
- RIBEIRO, Orlando 1947, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa (4.ª ed. 1986)
- RIBEIRO, Orlando 1981, *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*, Lisboa
- SANTOS, Maria José de Moura 1967, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*, Coimbra
- SILVA NETO, Serafim 1952, *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro (4.ª ed. 1986)

- SILVA NETO, Serafim 1957, *História do latim vulgar*, Rio de Janeiro (2.ª ed. 1977)
- SOUTO CABO, José António 1996, "O 'testamento de Estêvão Peres' (1230). Aproximação à escrita galego-portuguesa na Galiza", *Revista de Filologia Românica*, 13, 123-149.
- SOUTO CABO, José António 2003, "Nas origens da expressão escrita galego-portuguesa. Documentos do século XII", *Diacrítica*, 17-1.
- TEYSSIER, Paul 1982 *História da Língua Portuguesa*, Lisboa
- THEBAN, Laurentiu 1983, "Situação e perspectivas do Português e dos crioulos de origem portuguesa na Índia e no Sri-Lanka", *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, 269-286
- THOMAZ, Luís Filipe 1983, "A língua portuguesa em Timor", *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, 313-339
- TRIGO, Salvato 1981, *Luandino Vieira, o Logoteta*, Porto
- VALDEAVELLANO, Luís G. 1977, *Curso de Historia de las Instituciones Españolas*, Madrid, 7.ª ed.
- VÁRVARO, Alberto 1988, *Historia, problemas y métodos de la lingüística románica*, Barcelona
- VASCONCELOS, José Leite de 1901, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Lisboa (3.ª ed. 1987)
- VASCONCELOS, José Leite de 1929, *Opúsculos*, IV, Lisboa
- VASCONCELOS, José Leite de 1955, *Filologia Barranquenha*, Lisboa
- VASCONCELOS, José Leite de 1911, *Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e M. Albertina Mendes da Luz 1971³ *Gramática Portuguesa*, Madrid
- VIDOS, B. E. 1956, *Manual de lingüística románica*, Madrid (trad. esp. 1963)
- XAVIER, Carlos 1983, "O declínio da Língua Portuguesa em Goa, Damão e Diu (Algumas sugestões a sua divulgação)", *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, 305-312
- WILLIAMS, Edwin 1938, *Do Latim ao Português*. Rio, trad. 1975³
- ZAMORA VICENTE, Alonso 1963, *Dialectología Española*, Madrid

www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/index.html: Centro Virtual Camões (Instituto Camões, Lisboa)

<http://bnd.bn.pt/memorias/ecrans/lingua.html>: Fontes da Linguística Portuguesa (Biblioteca Nacional, Lisboa)

www.ethnologue.com: Línguas do Mundo

[Os mapas das páginas 78 e 79 são provenientes de K. Baldinger, 1958]